

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP**

**Cristiane da Silveira**

***(Re)leituras de Manoel Bonfim: a escrita da história do Brasil e o  
ser negro na passagem do século XIX para o XX***

**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**São Paulo  
2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP**

**Cristiane da Silveira**

***(Re)leituras de Manoel Bonfim: a escrita da história do Brasil e o  
ser negro na passagem do século XIX para o XX***

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Estefânia Knotz Kanguçu C. Fraga.

**São Paulo  
2011**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga – PUC/SP

---

Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato – UFU

---

Profa. Dra. Márcia Barbosa Mansor D'Aléssio - UNIFESP

---

Profa. Dra. Maria do Rosário Cunha Peixoto – PUC/SP

---

Profa. Dra. Yvone Dias Avelino – PUC/SP

*A Edeilson Matias de Azevedo (in memória).  
Sua perda inesperada deixou grande saudade e tristeza. Sempre levarei suas lições  
de amizade, solidariedade e compromisso com o próximo.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita é um ato solitário, mas um trabalho desta envergadura é fruto de nossas relações com os outros, pois sozinhos nada construímos. Assim, muitos foram as pessoas essenciais para a conclusão deste trabalho, construído entre as minhas idas e vindas para São Paulo, Uberlândia e também – a trabalho – o interior do Amazonas. Aqui registro os nomes de alguns importantes protagonistas deste meu trilhar intelectual e pessoal. Mas lembro que é impossível o registro de todos.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela oportunidade da realização do curso de doutorado em História.

À professora Estefânia Kanguçú Fraga, pela orientação serena, coerência e preocupação em agregar qualidade a este trabalho. A senhora me proporcionou muitas lições de sabedoria, crítica às fontes históricas e amor à vida. Por tudo sou especialmente grata.

À CAPES, pela bolsa de estudos que ajudou na realização do curso de doutoramento.

Aos professores do programa de doutorado em História, mas em especial: à professora Yvone Dias Avelino, pela composição da banca de qualificação e defesa. Aos professores Maria Odila Leite, Fernando Londoño e Maria Izilda pelas contribuições ao longo das disciplinas que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

A professora Márcia Barbosa Mansor D'Aléssio, pela orientação inicial deste trabalho e por sua presença na banca de defesa.

Aos colegas de curso, mas em especial: à amiga Patrícia Rodrigues da Silva, companheira nos “tempos difíceis” em nossa “aventura paulistana”. Ao Antonio Alves de Almeida, pela oportunidade única da convivência e múltiplos aprendizados.

À professora Christina da Silva Roquette Lopreato, por ter me acompanhado desde o mestrado com sua sensibilidade, humildade e tranquilidade. Mas, fundamentalmente, por acreditar em meu trabalho. Sem seu apoio – que foram além dos muros da Academia – este trabalho não teria tido um “bom” final.

À grande amiga Marileuza Reduccino agradeço, a preocupação, o incentivo e as leituras. A distância espacial não a impediu de contribuir para a realização deste trabalho.

Chegadas e partidas fazem parte do “viver no interior do Amazonas”. Assim, no período de feitura deste trabalho tive o prazer de conviver na Universidade do Estado do Amazonas com Marisa Rossi Monteiro, Claudia Regina dos Santos Ferreira, Frabício Valetim da Silva, Eloá Gomes, Leni Rodrigues Coelho, Dalvo Santiago da Cruz e Whasgthon Almeida Aguiar. O carinho e a ajuda de todos vocês, em momentos difíceis, seja com palavras ou leitura do trabalho, foram fundamentais, pois me ajudaram a acreditar que era possível terminar a “tese”.

Ao Aldo Duran Gil, por acompanhar minhas idas e vindas, na maior parte idas, tornando-as menos solitárias. Sei que não foi fácil. Agora podemos sonhar com outras conquistas.

Enfim, mas não menos importante, agradeço o apoio incondicional de minha família, em especial de meu pai Sebastião e minha irmã Valéria. Eles que são a base da minha vida e estiveram presentes em todos os momentos.

A todos sou muito grata.

## RESUMO

A pesquisa a que propusemos para a construção desta tese traz como tema as “(Re) leituras de Manoel Bomfim: a escrita da história do Brasil e do ser negro na passagem do século XIX para o XX” subsidiada no texto de sua respectiva autoria: “América Latina: Males de Origem”. A problemática que reverberou esta pesquisa foi o de discutir como, a partir dos escritos de Bomfim, são construídas imagens para a história do Brasil e do ser negro brasileiro.

Defende-se a tese de que Manoel Bomfim não deve ser entendido como pensador esquecido, no pensamento social brasileiro, mas intérprete singular e genial da história do Brasil. Para isso, identifica-se como os escritos de Manoel Bomfim contribuíram para a construção de imagem das identidades no Brasil, na virada do século XIX para o XX. Bomfim destoou do pensamento intelectual de seu momento, ao defender as relações sociais travadas entre brancos, negros e índios no Brasil como desiguais, sendo impossível analisar igualmente, povos com diferentes cultura e educação.

Para tanto, centra-se em três objetivos: a) discutir a trajetória de vida de Manoel Bomfim e como a construção de sua Imagem no pensamento social brasileiro, a partir de vários pesquisadores; b) evidenciar os discursos construídos sobre a inferioridade racial a partir de Silvio Romero, Nina Rodrigues e o Jornal do Commercio; c) investigar as narrativas de Bomfim e construção de imagens para o negro, que pretendiam fugir da teoria de incapacidade inata do negro, da educação como instrumento para a transformação social e meio para o fomento da igualdade.

A produção de Manoel Bomfim possibilita pensar a formação das identidades, a partir da solidariedade, da liberdade e da igualdade, rompendo com os discursos pautados nas teorias de inferioridade racial em voga no seu momento. Os escritos de Bomfim foram produzidos em um período de transição da sociedade brasileira; neles é perceptível essa tensão, o que não os invalidou como contra-discurso em seu tempo e lugar.

**Palavras-chave:** Manoel Bomfim, identidades, História do Brasil.

## ABSTRACT

The research developed for the building of this thesis reflects the “(Re) readings of Manoel Bomfim: the writing of the history of Brazil and of the black people in the turn of the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century, based on his text “Latin America: Maladies of the Origin”. The outstanding issue in the research was discussing in which ways images are built for the history of Brazil and for the being a black Brazilian person from the writings of Bomfim.

We sustain that Manoel Bomfim must not be understood as a forgotten thinker in the Brazilian social thinking, but rather as a singular and ingenious interpreter of the history of Brazil. To do so, we identify how the writings of Manoel Bomfim contributed to the making of the image of identities in Brazil, in the turn of the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century. Bomfim kept aside of the intellectual thinking of his moment when he defended that social relations established among white people, black people and Indians were unequal, making it impossible to analyze peoples with diverse culture and education from an equal perspective.

Thus, this work has three main aims: a) discuss the life trajectory of Manoel Bomfim and how he built his image in the Brazilian social way of thinking; b) point out discourse based on racial inferiority from Silvio Romero, Nina Rodrigues and “Jornal do Commercio” (Business Newspaper); c) investigate Bomfim’s narratives and the construction of an image to black people, which intended to escape the theory of the innate incapacity of black people, of education as a tool for social transformation and as a means to nourish equality.

Manoel Bomfim’s production allows us to think of identity formation stemming from solidarity, freedom and equality, breaking up with discourse based on theories of racial inferiority fashionable at his time. The writings of Bomfim were produced at a time of transition in the Brazilian society; it is possible to notice such tension in them, which did not invalidate them as the counter-discourse of his time and place.

**Key words:** Manoel Bomfim, identities, the History of Brazil

## SUMÁRIO

<b>PALAVAS DE INÍCIO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – CIÊNCIA <i>VERSUS</i> PAIXÃO, EM MANOEL BOMFIM, E NOS ESCRITOS SOBRE O BRASIL.....</b>	<b>33</b>
1. Imagens de origem do Brasil .....	34
2. Manoel Bomfim: o homem e seu tempo .....	40
3. Representações do Brasil na historiografia .....	56
4. Manoel Bomfim na história e no pensamento intelectual brasileiro....	64
5. Sentimentos morais nos escritos de Bomfim .....	80
<b>CAPÍTULO II - “(RE)INVENTADO (PRE)CONCEITOS: RAÇA E RACISMO NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX” .....</b>	<b>85</b>
1. Os fios e os nós: o negro no olhar ocidental .....	86
2. Silvio Romero: entre a crítica e o personalismo .....	111
3. Na urdidura da palavra: Jornal do Commercio e Nina Rodrigues.....	117
4. Outros fios: Bomfim e seu contra-discurso.....	122
<b>CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÕES DE MANOEL BOMFIM NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL E A IDENTIDADE DO “SER” NEGRO.....</b>	<b>130</b>
1. Bomfim e seus fios de latinidade e do progresso .....	132
2. O “ser negro” na história do Brasil: a solidariedade que constrói identidade(s) .....	146
<b>À GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO .....</b>	<b>162</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>165</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>166</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>176</b>

## – PALAVRAS DE INÍCIO –

*- Ora, doutor! Desculpe-me! Já me havia esquecido do senhor... Não sabe como ando atarefado. Hoje já assinei 1,557 decretos... Sobre tudo! Sobre tudo! Neste país está tudo por fazer! Tudo! Em dias, tenho feito mais que todos os governos deste país. Já assinei 2.725.832 decretos, 78.345 regulamentos, 1.725.384.671 avisos... um trabalho insano! Fala inglês? (Lima Barreto, p.494, Prosa Seleta)*

Inventar, ação que se faz em pensamento... a partir da invenção pode-se (des)construir ações, vidas, cidades e experiências ... até mesmo um país inteiro, mas continua-se em busca das primeiras idéias que se fizeram, em pensamento, verossímeis. Toma-se a história como uma peça de artesanato, fiada a várias mãos, sendo que os desenhos traçados não estavam, necessariamente, em seu início, definidos, mas encontraram seu caminho durante o ato da tessitura. A história do Brasil foi tramada não apenas a partir das ações reais, mas também das ideias, em um misto de ficção e realidade, barbárie e civilidade, luz e escuridão, progresso e retrocesso, razão e paixão...

Destrinchar, compreender o caminho de cada fio integrante da história que se desenha, não é tarefa fácil, mas é do ofício do historiador<sup>1</sup>, cuja tarefa é desvendar alguns dos caminhos percorridos, ou seja, (des)fazer suas tramas, e não, como de costume, na ação de um tecelão, fazê-las, ou “guiar” os fios para a confecção do artesanato final.

A história do Brasil, foi pensada, em suas primeiras décadas republicanas, a partir das várias tramas que compuseram sua escrita, sua imagem e sua identidade. Nesse movimento investiga-se as narrativas que Bomfim construiu sobre a história do Brasil e a identidade brasileira, à luz das questões raciais, a partir da perspectiva encontrada nos escritos do pensador. Entende-se que essas questões

---

<sup>1</sup> Ginzburg ao buscar os fios condutores do ofício do historiador nos fala sobre a história, a verdade, o fictício, a poesia, fios que se misturam na tessitura da história, construindo tramas, desatando nós: “Os historiadores, escreveu Aristóteles (*Poética*, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire D’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.14.

foram centrais na obra de Bomfim, pois, este destoou da intelectualidade de sua época e trilhou caminhos para a análise dos fenômenos sociais, pautado na paixão pelo país; no reconhecimento da igualdade na diferença – isso no que dizia respeito às várias etnias presentes no contexto brasileiro e na reflexão sobre o progresso social que se contrapunha ao progresso capitalista. Enfim, buscou construir outra história do Brasil, que não nos moldes do positivismo<sup>2</sup>.

O fio primeiro e central de análise foram os escritos de Bomfim e sobre Bomfim. A partir dele, foram puxados outros fios temáticos, na medida em que as questões constituídas na análise, tendo como foco Bomfim, apontavam relações desse autor com outros intelectuais, particularmente, Silvio Romero, Nina Rodrigues e mesmo artigos publicados no *Jornal do Commercio*<sup>3</sup>. Este movimento possibilitou entender o negro a partir de diferentes vozes. Imagens de depreciação da figura do negro, do anseio pelo branqueamento do Brasil e do “não” lugar do negro na sociedade brasileira da virada do século XIX para XX entraram em evidência. Bomfim possibilitou pensar o negro a partir da diferença de cultura e da possibilidade da igualdade social, a partir da popularização da educação. Estes foram os movimentos do (des)fiar, isso porque artesão de idéias, e o olhar do historiador é permeado pelas experiências atuais, mas sempre buscando sua relação com o passado.

As perspectivas de análises historiográficas contemporâneas da História possibilitaram trazer à tona os textos de Manoel Bomfim (1868-1932) produzidos na passagem do século XIX para o XX, os quais construíram singular análise acerca da construção histórica brasileira e da discussão racial presente naquele momento. A pesquisa a que propusemos realizar para a construção desta tese traz como tema as “(Re) leituras de Manoel Bomfim: a escrita da história do Brasil e do ser negro na passagem do século XIX para o XX”, subsidiadas no texto de sua respectiva autoria: “América Latina: Males de Origem”. Abordagens acerca da inclusão do negro e de suas respectivas culturas, na conjuntura sociocultural brasileira, evocam categorias como a da cultura, da etnia e da nacionalidade, pois a construção nacional e

---

<sup>2</sup> O pensamento positivista dominou o panorama intelectual brasileiro no período da constituição da história enquanto campo da ciência, na virada do século XIX para o XX, tendo como referência autores como Augusto Comte. A esse respeito ver, por exemplo: LINS, IVAN. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1967.

<sup>3</sup> Bomfim escreveu para os jornais de sua época, no entanto, por delimitar-se as análises na obra “América Latina: Males de Origem”, não se pesquisou seus artigos no *Jornal do Commercio*. A intenção no contato com o respectivo jornal foi compreender o meio como era divulgada a imagem do negro naquele periódico.

patriótica foi forjada nos lastros da ideologia europeia. Assim, em um contexto histórico, em que as elites intelectual e econômica do Brasil tratavam o negro como ser inferior e incapaz de alcançar o grau de civilização e de progresso na sociedade então estabelecida, Manoel Bomfim, com seus escritos, foi na contramão desses discursos e lançou outro olhar sobre o negro, considerando o grau de cultura em que se encontravam os povos e a educação como instrumento de transformação social. Nesse sentido, foi possível entender a identidade nacional a partir de outros parâmetros, com a possibilidade de inclusão do negro na história e na realidade da sociedade brasileira. Tal identidade e inclusão, de acordo com os escritos de Bomfim, se faria a partir da igualdade e da solidariedade entre as raças. Nesse sentido, evidenciou-se os discursos construídos por Nina Rodrigues, Silvio Romero e também os artigos do *Jornal do Commercio*. Discutiu-se a identidade construída, a partir de Manoel Bomfim, tendo a educação como instrumento para a promoção da transformação social, colocando o negro em igualdade de direitos com o restante da sociedade.

Para além do tratamento aos textos históricos de Bomfim, em outro movimento, discutem-se sua trajetória de vida e as análises realizadas, ao longo da formação do pensamento social brasileiro. A partir dos anos de 1990, seus escritos foram alvo de outros olhares, que não apenas o de pensador esquecido, na intelectualidade brasileira, como entendido até então. Assim, pesquisadores pertencentes ao século XX e XXI foram chamados, no sentido de nos proporcionar subsídios para fortalecer esta tese ou seja, a de que a imagem de Bomfim, na atualidade, não corresponde ao esquecimento, mas sim à de fecundo e singular interprete da história do Brasil.

A epígrafe que abre este trabalho, do literato Lima Barreto, diz respeito a um Brasil por se fazer, e que estava colocado, não apenas no momento de sua escrita, na primeira década republicana, mas como predicado explicativo do Brasil, permanecendo até os dias atuais. O Brasil “inventado” tem duplo fio: o dos europeus e o dos brasileiros, que naquelas primeiras décadas da República, buscava se fazer país moderno e democrático. A proposta é a de “(des)fiar” as tramas deste duplo fio na feitura da peça. Tem-se consciência que, neste trabalho, são muitos os nós que merecem ser desatados, para a compreensão das narrativas que consolidaram a escrita da história brasileira e sua identidade, mesclando o olhar do europeu e do nacional.

Manoel Bomfim (1868-1932) sergipano, médico, historiador, educador, enfim, um homem político, que escreveu vasta obra<sup>4</sup> abrangendo vários campos do conhecimento, quando estes ainda não estavam configurados tal como nos dias atuais, entre eles a história, a psicologia, a medicina e a educação. Apesar de a obra apresentar-se como significativa, no conjunto do pensamento social brasileiro, foi relegada, por algumas décadas, em meio ao silêncio, o que não significou dizer que tenha sido completamente banida do meio intelectual. Em seu tempo, Bomfim, apesar de seu prestígio social<sup>5</sup>, não obteve, efetivamente, de seus contemporâneos, o reconhecimento da importância de suas análises. Essa realidade produziu, como fruto, o fato de muitas das explicações sobre o Brasil formuladas por Bomfim, posteriormente, estarem presentes em alguns argumentos de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e outros, mas sem nenhuma relação com as argumentações desenvolvidas pelo pensador. Este tema foi analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

Efetivamente, a obra do pensador foi (re)descoberta, a partir dos anos de 1980, e tornou-se objeto de estudo, em nível de pós-graduação, em várias áreas do conhecimento, principalmente na História, nas Ciências Sociais, na Geografia e na Educação. Esta década no Brasil é de fundamental importância para se entenderem os caminhos trilhados pela sociedade brasileira e pela Academia, com a configuração de novas perspectivas e trajetórias, tendo como pano de fundo o processo de redemocratização do país e os acontecimentos internacionais.

Com as fortes crises políticas e econômicas ocorridas no mundo contemporâneo e a emergência dos movimentos sociais, irradiada do movimento operário, para os chamados “movimentos de minorias” ou por que não dizer “maioria” – mulheres, negros, gays –, surgiram novas interpretações sobre a realidade social, tornando a História mais aberta às imprecisões e às múltiplas

---

<sup>4</sup> Obras de Manoel Bomfim: *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electrus, 1923; *O Brasil na História: deturpações da tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932; *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993; *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; *Através do Brasil: prática da língua portuguesa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Cultura e Educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongentti. Deve-se lembrar que Bomfim também produziu na área de psicologia e educação e artigos de variados temas para periódicos.

<sup>5</sup> Manoel Bomfim contribuiu para a organização da Academia Brasileira de Letras, mas não figurou entre os intelectuais consagrados do período; desempenhou importante papel na administração pública, no âmbito da educação no Rio de Janeiro; frequentava rodas de intelectuais e foi deputado federal pelo estado de Sergipe.

possibilidades “do que foi e como foi feito” pelos homens no passado. Entende-se que uma leitura sobre a participação popular na realização da história foi possível, em função de novas abordagens historiográficas elaboradas por pensadores, instigados por uma realidade que extrapolava os marcos dos registros tradicionais, cujas preocupações básicas eram a “verdade” e a “objetividade” do conhecimento social, comprováveis pelos documentos oficiais, produzidos no âmbito das instituições administrativas. Nesse sentido, atualmente, muito se tem falado sobre os novos temas e os novos problemas da História e, simultaneamente, sobre novos personagens ao lado dos “heróis” e “políticos famosos”:

... se estes foram tempos eufóricos para uns, foram tempos difíceis para outros. Assim, Antonio Domingos Guimarães, vulgo Zé Galego, levantara-se ainda de madrugada, como de hábito, naquele dia fresco e cinzento de 18 de abril de 1907.

Vestiu uma calça de casemira escura, uma camisa de fustão branco e um paletó preto, calçou as botinas de pelica amarela e ganhou a rua em direção à Estação Marítima. Pouco tempo depois de deixar a casinha da avenida em Santo Cristo onde morava com a mulher e os três filhos pequenos, Zé Galego chegava aos armazéns da Hard, Rand & Companhia, onde trabalharia pela manhã no carregamento de café de um navio que deveria partir ainda aquele dia.<sup>6</sup>

Esta citação encontra-se logo no início do livro do historiador Sidney Chalhoub, publicado em 1986, que deixa claro quem são os sujeitos da história contada sobre o Rio de Janeiro do início do século XX: os trabalhadores pobres das docas, também construtores da cidade, das relações sociais, da cultura e dos valores da época. Essa é uma perspectiva historiográfica que emergiu, a partir dos anos 1930, apontando novas problematizações, apresentando indagações que inicialmente foram delineadas por L. Febvre e Marc Bloch, com a criação da *Revista dos Annales*.

As discussões iniciadas, naqueles tempos, na França, foram ampliadas nos anos 1970 e 1980, pelos teóricos da História Nova e pelos historiadores marxistas ingleses, deixando de lado a pretensa objetividade do historiador, que exigia o distanciamento do objeto de investigação, em favor da valorização da época contemporânea e de suas angústias, admitindo a interferência da subjetividade e do compromisso político com a pesquisa empreendida.

---

<sup>6</sup> CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-10.

As duas correntes historiográficas difundiram-se por toda a Europa e para as Américas, redirecionando o olhar dos estudiosos para os sujeitos excluídos das páginas da História e das benesses da sociedade.<sup>7</sup> O trabalho dos historiadores marxistas ingleses<sup>8</sup> trouxe novas dimensões à pesquisa histórica, rompendo com os “condicionamentos” estruturais e puramente econômicos. Thompson procurou valorizar outras categorias antes ignoradas pela História como *cultura e experiência*, possibilitando compreender formas diversas e ativas de como os trabalhadores exprimem suas experiências coletivas e como elas contribuem para a constituição dos vários espaços na cidade.

A perspectiva historiográfica de se considerar o viés do “Materialismo Histórico Cultural”<sup>9</sup> proporcionou avanços qualitativos às interpretações em relação à vida dos grupos excluídos. Como um vendaval, desorganizou certezas e moldes tidos como imprescindíveis para o conhecimento das sociedades, da cultura e da organização política dos trabalhadores. Abrindo-se os caminhos para os Estudos Culturais<sup>10</sup>. Para Stuart Hall, vive-se em um período denominado pós-colonial:

O termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de formas distintas é claro). Daí a

---

<sup>7</sup> Le GOFF, J. e NORA, P. (org.) *A História: Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (coletânea em 3 volumes, com textos dos historiadores franceses da Nova História); RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; THOMPSON, E. *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.; FONTANA, J. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru/SP: EDUSC, 1998. No Brasil podem ser lembradas: MARONI, A. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira*. Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983; LOPES, J. S. L. (org.) *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987; SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988; entre outros.

<sup>8</sup> Os nomes mais conhecidos dessa corrente são: E. P. Thompson, Eric Hobsbawn, Christopher Hill, Raymond Williams.

<sup>9</sup> Expressão utilizada por THOMPSON. E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

<sup>10</sup> Maria Elisa Cevasco argumenta que “os estudos culturais caracterizam pela polêmica e pela falta de direções consagradas: quase todas as definições ressaltam a dificuldade de restringir a um aspecto definidor de um campo novo, ainda em expansão [...] Para um de seus nomes mais conhecidos, Stuart Hall (1932) [...] as origens estão na publicação de três livros a que já me referi aqui: *The Making of the English Working Class* (1963), de Edward P. Thompson; *Culture and Society, 1780-1950* (1958), de Raymond Williams; e *The Uses of Literacy*, de Richard Hoggart”. CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. 2ª. ed., São Paulo: Boitempo, 2008, p.60. Importante ressaltar que estas obras nasceram do fruto do trabalho destes intelectuais com a alfabetização de adultos, muito comum na Grã-Bretanha, após a 2ª. Guerra mundial, num projeto didático permeado pelo experimentalismo e a necessidade da “*superação do antigo sistema de educação tanto como mecanismo de imposição de valores das classes dominantes como no modo de superar estes valores*”. Idem, p.63. Em decorrência desta militância é que entendemos a quebra de investigação sobre os fenômenos sociais, configurando novo olhar sobre a ação das classes ditas marginais.

subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, uma das principais contribuições do termo “pós-colonial” tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados.<sup>11</sup>

O termo instiga problematizações e inquietações. O debate acadêmico sobre o conceito pós-colonial, na atualidade, é intenso, gerando críticas e simpatizantes. Os limites do conceito são tênues e de difícil caracterização, mas coloca em relevo o direito à diferença e à interpretação da identidade a partir “das consequências culturais do processo colonizador em termos “diaspóricos” ou de uma forma não originária – isto é, *através* e não em torno do “hibridismo”?”.<sup>12</sup>

Para além destas questões, a pesquisa histórica que procura trazer à tona os fazeres, os saberes e as sensibilidades dos atores esquecidos passou a ter, como uma das colunas de sustentação, as relações de poder constituídas através dos jogos políticos. Apoiada sobre essa coluna, consolida-se uma nova conotação atribuída à *história política*, que não mais se preocupa com os *grandes marcos* e os homens que os protagonizam, mas sim com a realidade vivida pelos mais variados indivíduos, que constroem sua subjetividade na trama das relações engendradas no dia a dia da experiência social.

O político ao qual nos referimos, não está presente apenas nas relações estabelecidas entre o Estado e os seus gestores, mas em todos os âmbitos da vivência social, pois *o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social*<sup>13</sup>, a qual se concretiza no cotidiano, sendo, então, em cada dia reelaborado de acordo com as expectativas e experiências pessoais, deixando de ficar circunscrito meramente às práticas administrativas oficiais.

Diante dessas transformações, afirma-se que a produção do conhecimento de história, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, apresentava quadro bastante deficitário, não havendo a consolidação dos estudos histórico-científicos nacionais bem definidos, sendo as obras de análise sobre o país

---

<sup>11</sup>HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.101-102.

<sup>12</sup> Idem, p.108, grifos do autor.

<sup>13</sup> RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

reduzida, apresentando, em sua maioria, pouca reflexão crítica, como afirma Lapa<sup>14</sup>. No entanto, já na década de 1980, identifica-se a preocupação de muitos historiadores, como no exemplo apresentado por Chaluby, de trazer à tona o cotidiano das pessoas simples e suas mais variadas formas de existência/resistência.

Difundiu-se, dessa forma, entre os pesquisadores, a compreensão da importância das ações de todos os agentes sociais na produção da realidade. Nos dias atuais, identifica-se grande preocupação com a necessidade de inserir, na escrita da história sujeitos históricos negligenciados, até então, como os pobres, as mulheres e os negros. A busca da inclusão, iniciada nos discursos que anunciam os projetos sociais, expandiu-se para as reivindicações por melhores condições de vida, pela participação na vida econômica e política – nas páginas da História. É no movimento de mudança da pesquisa histórica e de quebra de paradigmas que se analisam os escritos de Bomfim.

Em seu tempo e lugar, Bomfim viveu experiências únicas, no conjunto de sua obra, refletiu sobre a realidade brasileira, formulando, por meio da escrita – livro de leitura<sup>15</sup> e ensaios históricos – interpretações singulares sobre o Brasil, sua identidade e a formação das camadas sociais que o compõem, em uma perspectiva de conflito multirracial, muitas vezes negada pelo discurso hegemônico, ou seja, pelos grupos que dominavam o cenário político e econômico, pautados em noções de civilidade, branqueamento da população e progresso econômico.

Esta pesquisa investigou a escrita da história do Brasil e a identidade brasileira no período posterior à abolição do trabalho escravo (1888) e à instauração da República (1889), presentes na obra de Bomfim. Identificar as imagens do negro, presente em autores contemporâneos a Manoel Bomfim, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, compreender a narrativa da escrita da história do Brasil, construir outras imagens para a identidade brasileira a partir do negro, foram os pontos norteadores deste trabalho. Para se alcançar esses objetivos, esta pesquisa se detém na análise

---

<sup>14</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>15</sup> “Livros de Leitura” foram utilizados como livro didático nos primeiros anos republicanos, tendo como objetivo consolidar, a partir da leitura, os sentimentos nacionais. De acordo com André Botelho “*Através do Brasil*” “é dos primeiros e mais consistentes exemplares daquilo que seus contemporâneos chamaram de literatura escolar nacional. Compreendendo o conjunto diversificado de obras designadas genericamente pela expressão livros de leitura, em função do uso didático a que então se destinavam.” BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002, p.22.

do livro “América Latina: Males de Origem”, escrita no alvorecer do século XX. Optou-se pela obra, por trazer problemas e argumentos exaustivamente analisados por Bomfim e abranger parte de seu pensamento, dedicado às questões historiográficas, da constituição do Brasil e do ser brasileiro. Esta foi sua obra inaugural e seu pensamento sofreu transformações, ao longo de sua vida; muitas de suas análises sofreram mudanças.

Para além destas questões, privilegiamos a figura do negro no processo de formação da identidade brasileira, atrelado ao estigma de inferioridade racial. Neste sentido, depara-se com outro ponto a ser investigado, o *lugar social* pertencente ao negro, o preconceito racial e o silêncio sobre a contribuição do ser negro na formação e no processo de desenvolvimento do Brasil.

A argumentação de Bomfim foi elaborada, a partir do estudo da história do Brasil, no contexto latino americano, e intentou traçar marcos representativos para a escrita da história do Brasil, que não os baseados na narração de fatos oficiais, heróis e datas. Bomfim, por um conjunto de elementos a serem analisados posteriormente, destoou do pensamento intelectual de seu momento ao defender as relações sociais travadas entre brancos, negros e índios no Brasil como desiguais. Para o pensador, era impossível analisar igualmente, povos com diferentes condições de cultura e de educação. Assim, rompeu com a discussão da superioridade de um povo sobre o outro, qual seja, o europeu/branco, e trilhou outros caminhos para compreender a formação da nacionalidade.

Ao discordar das teorias raciais de dominação, Bomfim fiou outros caminhos para o entendimento do passado e do presente brasileiros, no quais o negro não mais é interpretado como raça inferior a ser extinta, mas como grupo social que necessitava de educação para seu desenvolvimento. Bomfim entendeu o negro como sujeito no processo de formação e de desenvolvimento brasileiros e suas análises mesmo destoando das da maioria dos intelectuais, encontrou ressonância, por exemplo, em Manoel Querino<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Manoel Querino, mulato, foi um pensador contemporâneo de Manoel Bomfim, que analisa a questão do negro em uma perspectiva particular, de modo a valorizar o negro na formação da cultura brasileira. Para Guimarães: “Manoel Querino opera com “O colono preto como fator da civilização brasileira” com dois importantes de corte com a historiografia tradicional: primeiro trata o africano como “colonizador” e não apenas como elemento passivo, mão de obra escrava, segundo apontam seu papel civilizador e sua atuação como elemento que cria e promove civilização, invertendo a tradicional associação do “preto” com a “barbárie” e como objeto da obra civilizadora do branco português. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Manoel Querino e a formação do pensamento negro no Brasil, entre 1890 e 1920*.

Para além das questões já delineadas, neste trabalho, analisa-se e problematiza-se a imagem cristalizada de Bomfim como pensador esquecido no pensamento intelectual brasileiro, seu interesse pela melhoria e democratização da educação no Brasil e seu sonho em construir um país pautado na solidariedade, com vistas ao progresso social e não somente econômico. Em linhas gerais, detem-se o olhar, principalmente, no que concerne à escrita da história do Brasil e à problematização da construção da identidade brasileira, questionando-se seus traçados. Não se pode esquecer que, naquele momento, virada do século XIX/XX, as elites econômica e política almejavam homogeneizar os conflitos raciais presentes na sociedade brasileira, a partir do silenciar dos conflitos presentes nas relações etno-sociais estabelecidas.

As décadas que precederam a abolição da escravidão e a proclamação da República se fizeram em processo de constante mutação, de outros contornos para a política brasileira. Entende-se que foi principalmente após a instauração da República, que as camadas sociais no Brasil se consolidaram, baseadas em critério de identificação econômica, e não a partir da relação entre sujeitos iguais. No Brasil a igualdade se deu apenas no discurso, cujo exemplo é a escrita da primeira Constituição brasileira, de 1824, influenciada pelos princípios da Revolução Francesa (1789): Igualdade, Liberdade, Fraternidade.

O tema da identidade brasileira e da escrita da história do Brasil foi caro à Manoel Bomfim. A partir de seu olhar, identificam-se as singularidades de sua obra e o discurso hegemônico, proporcionando outras nuances da escrita da história do Brasil. Portanto, entende-se como o negro foi retratado na obra em questão, haja visto que Bomfim, a partir da denuncia do passado de escravidão e as conseqüências para o momento em que vivia, demonstrou outro lugar para o negro. A questão da identidade estava presente em Bomfim, mas em perspectiva diferente da encontrada entre os intelectuais de seu tempo, como Nina Rodrigues e Silvio Romero. Estes também discutiam a identidade brasileira, mas na perspectiva do branqueamento da sociedade.

No “silêncio” dos discursos sobre a identidade brasileira, outras imagens sobre o ser negro e um Brasil pautado na solidariedade e na educação, para que as

relações sejam estabelecidas em patamares de igualdade e não de tolerância ou repulsa racial, compreender o outro, na diferença, é um dos fios que se encontram na obra de Bomfim. A partir deste, fio têm-se outras imagens do Brasil e do ser brasileiro. Sendo assim, fiam-se identidades do Brasil, pautadas nos sentimentos morais que perpassam os discursos construídos pelo pensador.

Bomfim escreveu, na primeira metade do século XX, colocando em relevo importantes aspectos da escrita da história, da sociedade brasileira e dos conflitos raciais, a partir da busca do entendimento sobre a configuração dos *lugares sociais* no país. Para a compreensão dessa(s) história(s) em construção, contextualiza-se o autor, em seu tempo e lugar, seguindo os sinais de Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira<sup>17</sup>, ao refletirem sobre a problemática da literatura e a construção histórica, e por isso passível de análise e interpretação. Ressaltamos que Chalhoub e Pereira analisaram a relação entre o literato e sua obra. Entende-se que as pistas não devem ser seguidas apenas nos estudos literários, mas redirecionando-se suas análises para a pesquisa que aqui se desenvolve. Assim, estas pistas direcionam o olhar sobre a temática em estudo, ou seja, a escrita da história do Brasil e o *lugar social* pertencente à população negra nas narrativas de identidade em Bomfim.

A produção de uma obra, seja ela histórica ou literária, está intrinsecamente associada ao seu tempo histórico, refletindo narrativas, *angústias* e *sonhos* de agentes sociais contemporâneos à sua criação. Entende-se, tal como Marc Bloch e Lucien Febvre, que o historiador investiga suas questões com os pés fincados em seu tempo. Bloch em “Apologia à História” apresenta uma nova forma de fazer história, com métodos científicos, mas enfatizando o constante movimento da pesquisa histórica, que, em seu ato de tessitura, constrói novas tramas narrativas<sup>18</sup>.

Na literatura, o escritor mescla elementos de ficção, experiências vivenciadas, mas também realidades passíveis de acontecimento. O escritor/historiador não está além de seu tempo, mas junto com ele, olhando-o de modo singular, e, em sua escrita, identifica-se as múltiplas possibilidades de interpretação do vivido. A obra de ficção, como no exemplo do livro de leitura

---

<sup>17</sup> CHALLOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo de Lima. *A História Contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>18</sup> Bloch ensina que “O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”. BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch. Publicações Europa-América, 1997, p.109.

“Através do Brasil”, escrito por Bomfim e Olavo Bilac, apesar de sua peculiaridade, não deixou de lidar com ações sonhadas, sentimentos compartilhados, e a intermediação entre o real e as aspirações individuais e coletivas, revelando a fala de sujeitos que se encontraram fora do “socialmente” aceito ou desejável. Bilac e Bomfim, em “Através do Brasil”, descreveram imagens múltiplas do Brasil e do ser brasileiro. Chalhoub e Pereira argumentam que a obra literária constitui-se como parte do mundo, das criações humanas e transforma-se em testemunho de determinado contexto histórico-social; por isso, “*qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é situada no processo histórico*”<sup>19</sup>. Não se deve esquecer que outras distintas imagens foram delineadas por escritores como Euclides da Cunha e Silvio Romero, privilegiando outros personagens e outros fatos, discursos devidamente analisados no segundo capítulo.

No pensamento intelectual brasileiro contemporâneo, há certo consenso sobre a imagem de Manoel Bomfim, como autor esquecido na historiografia brasileira. Diversos pesquisadores como Dante Moreira Leite<sup>20</sup>, Antonio Candido<sup>21</sup>, Ronaldo Conde Aguiar<sup>22</sup>, entre outros, enfatizam este aspecto como norteador das análises. O intuito desta pesquisa foi o de compreender essa imagem de Manoel Bomfim, e a partir dela identificou-se número expressivo de trabalhos sobre o pensador, que instigou a identificação de sua imagem, não como figura esquecida, mas personagem atuante em seu tempo e fecundo analista da realidade brasileira. Nesse sentido, perseguiu-se, a partir de estudos realizados sobre o autor e o próprio movimento da historiografia contemporânea brasileira, outro adjetivo explicativo de Bomfim, qual seja, a de singular interprete do Brasil, que não mais merece o estigma de pensador marginal ou esquecido.

Ressalta-se que, durante parte da história do Brasil, ou seja, da década 1930 até 1980, poucos foram os intelectuais que se dedicaram à análise de sua obra. Celso Noboru Uemuri chamou atenção para o fato de que “*nos anos de 30 do*

---

<sup>19</sup> CHALLOUB, Sidiney e PEREIRA, Leonardo de Lima. Op. Cit., p. 07

<sup>20</sup> LEITE, Dante Moreira. *Caráter Nacional Brasileiro* História de Uma Ideologia. 4 ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

<sup>21</sup> CANDIDO, Antonio. Radicalismos. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, v.4(8): 4-18, janeiro/abril, 1990.

<sup>22</sup> Ronaldo Conde Aguiar intitulou a biografia de Bomfim como “*O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*”. AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topopbooks, 2000. No entanto, desmitifica esta idéia no decorrer do texto, mas a primeira impressão, pelo título, é a de cristalização da imagem de Bomfim, como autor esquecido no pensamento intelectual brasileiro.

*século passado, o seu pensamento serviu ao propósito da política cultural do Estado Novo, que queria “redescobrir” as raízes da brasilidade”*<sup>23</sup>. Muitos de seus argumentos foram utilizados por outros autores, como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, o que leva a crer que suas idéias não foram banidas ou esquecidas do âmbito intelectual brasileiro.

Gilberto Freire foi visto pela intelectualidade brasileira como o primeiro intelectual que argumentou sobre a mistura entre as raças, para a formação do Brasil, como elemento positivo para a formação brasileira. No entanto, esse mesmo argumento encontrava presente no pensamento de Bomfim: *“O indígena foi fator essencial na construção do Brasil. Só não teve importância igual à do português porque coube a este a direção. Mas afora isto, a ação dos naturais foi constante, eficaz, essencial”*<sup>24</sup>. Assim, Bomfim construiu outros traços para história brasileira, a partir do indígena e do negro.

Em linhas gerais, a proposta deste trabalho foi a de analisar os escritos de Manuel Bomfim, a construção da escrita da história do Brasil e sua identidade brasileira, à luz da questão racial, ou seja, como o autor construiu tais narrativas, a partir da igualdade, da solidariedade. Parte-se do pressuposto que os discursos formulados por este pensador encontravam-se em um contra-discurso, pois ao não compactuar com as idéias e com os preconceitos identificados no discurso hegemônico, elaborou narrativas que permitiram (re)pensar a história do Brasil, por outros parâmetros, quais sejam, os alicerçados nos sentimentos morais. Esta afirmativa carrega alguns elementos: o da defesa da obra de Manoel Bomfim, como importante intérprete do Brasil, inserindo-o na historiografia, ao lado de intelectuais consagrados como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, entre outros e o da busca de uma interpretação da história do Brasil que fuja ao olhar europeu, direcionado para o progresso econômico e volte-se para a solidariedade, a coletividade e a diferença.

Para além dessas discussões, identifica-se que o discurso hegemônico veiculado pelas classes dominantes, por meio de jornais e da intelectualidade daquele momento,<sup>25</sup> não valorizavam a diferença entre os sujeitos, mas tentavam

---

<sup>23</sup> UEMURI, Celso Noboru. *Explorando em campo minado: A sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 2006, p.07.

<sup>24</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p.238.

<sup>25</sup> Como se identifica no pensamento de Nina Rodrigues e Silvio Romero.

abarcam todos em um discurso único, no qual as diferenças étnicas, sociais e econômicas foram apagadas, ou seja, silenciadas. Com isso, no conceito de identidade brasileira forjado nas primeiras décadas republicanas, em um contexto de “guerra” entre as raças e os grupos sociais, predominaram preconceitos, através dos quais os conflitos foram silenciados. Nesse sentido, foi cristalizado um conceito homogêneo da identidade e da escrita da história do Brasil.

Muitos foram os pesquisadores que se dedicaram à obra do pensador. Rastreá-los, em sua totalidade tornou-se inviável, dado o número crescente da produção sobre Bomfim. No entanto, traçou-se um caminho, no qual vários foram os fios que se entrecruzaram, para a construção da própria imagem, ou lugar de Bomfim. Para além da atualidade de seus escritos, vislumbrou-se uma significativa mudança no “olhar sobre Bomfim”, que figura como pensador estratégico e singular para se pensar o Brasil. Nesse sentido, mencionam-se três obras de referência. A primeira, “Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente”, organizada por Antonio Bittencourt e José Vieira da Cruz<sup>26</sup>. Os textos publicados nesta obra foram produto de um seminário, que celebrou o centenário do lançamento de “América Latina: Males de Origem”, em 2005, que reuniu estudiosos de Bomfim como Ronaldo Conde Aguiar, Terezinha Alves de Oliva, Ricardo Sequeria Bechelli, Maria Théthis Nunes e outros importantes nomes da historiografia brasileira como Marcos Silva e José Carlos Reis. Importante ressaltar que esta obra deve ser analisada, não pela data de sua publicação, mas sim pelo seu momento de realização, ou seja, o ano de 2005, pois as análises são pontuais daquele momento. A segunda e a terceira, respectivamente, ampliaram as discussões ali apresentadas, “Um enigma chamado Brasil”<sup>27</sup> e “Introdução aos Trópicos”<sup>28</sup> possibilitaram reafirmar a imagem de Bomfim, como interprete singular e estratégico da história do Brasil, não sendo mais possível rotulá-lo como autor esquecido no pensamento social brasileiro.

Para além de comemorar o centenário de “América Latina”, a reunião desses autores serviu como instrumento de divulgação da obra de Bomfim e lugar

---

<sup>26</sup> CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.50.

<sup>27</sup> BOTELHO, André; SCHWACZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>28</sup> MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 2ª. Ed., São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

privilegiado de fomentador de imagens, permitindo sedimentar a afirmativa de seu outro lugar no pensamento social brasileiro. Assim, a partir das análises realizadas algumas imagens de Bomfim tomam força: “pioneiro”, “polêmico”, “atual”, “pensador interdisciplinar”<sup>29</sup>. Para Maria Thétis Nunes: *“Realmente, poucos hoje conhecem esse escritor sergipano. Mas, no Brasil, poucas obras foram escritas, apresentando tão lúcida compreensão e interpretação da realidade brasileira e impregnadas de autêntico nacionalismo quanto a sua.”*<sup>30</sup>

No prefácio desta obra Marcos Silva diz:

É chegada a hora, portanto, de enfatizarmos a importância intrínseca dessa obra (América Latina: males de origem), colocá-la no mesmo nível de seus contemporâneos ilustres e mais ou menos presos aos modelos explicativos de cunho racial – o desafeto Sylvio Romero, o brilhante estilista Euclides da Cunha; e identificar seus companheiros do contra – o ensaísta Alberto Torres e o ficcionista Lima Barreto, dentre outros.<sup>31</sup>

Consolidando-se outra imagem de Bomfim que não a de pensador esquecido de seu tempo, é possível se identificarem as potencialidades de sua obra e não as imagens de pensador esquecido, até então cristalizada. “Pensador interdisciplinar”, este foi o termo encontrado nesse trabalho para definir Bomfim e os múltiplos temas por ele abordados. No entanto, deve-se ressaltar que, em seu tempo, os campos de conhecimento não estavam definidos tal como são conhecidos na atualidade. Terezinha Alves de Oliva analisou o lado do geógrafo em Bomfim:

Nos livros em que ele trata da América Latina e do Brasil, é costume destacar-se a análise histórica, sociológica, antropológica ou política. Entretanto, as suas reflexões sobre o espaço nacional, as referências, implícitas e explícitas, aos autores da geografia do seu tempo, assim como a abordagem de temas que constituíram os grandes objetos de estudo da geografia que se praticou no Brasil pré-30 são as razões para a inserção do autor na história do pensamento geográfico brasileiro”.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> OLIVA, Terezinha Alves de. O pensamento geográfico em Manoel Bomfim. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.108-109.

<sup>30</sup> NUNES, Thétis Maria. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.186.

<sup>31</sup> SILVA, Marcos. Prefácio – BOM FIM: outros começos. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.12.

<sup>32</sup> Idem, 107.

Aqui, depara-se com os múltiplos olhares de Bomfim sobre a sociedade brasileira. Assim, os autores aqui citados, de uma maneira ou de outra tocaram na imagem de Bomfim como autor esquecido no pensamento social brasileiro, no entanto, há também outros olhares. Desse modo, caracterizar Bomfim como pensador esquecido não mais condiz com a realidade, pois, ao longo do tempo, foi alvo de pesquisas e seu pensamento é ativo. Assim, firma-se outra imagem que foge desses estigmas sobre Bomfim, no alvorecer do século XXI, qual seja, a de pensador que contribuiu para a formação do pensamento social brasileiro e possibilitou a compreensão do negro, a partir da diferença, utilizando a educação como meio para inserir o Brasil em relações de igualdade cultural. Esta discussão estará presente no terceiro capítulo deste trabalho.

Para se compreenderem as múltiplas facetas da construção da escrita da história do Brasil e da sua identidade, analise-se o *lugar social* reservado ao negro, presente nas narrativas produzidas nesse período, a partir do discurso de Bomfim, em diálogo com seus contemporâneos, como afirmado anteriormente. Esta opção evidencia um novo fio nesse artesanato: o de empreender outros parâmetros para o estudo da história do Brasil, movimento presente em outros autores, especialmente em Maria Stella Bresciani. A obra “O charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil” instiga a busca por outros caminhos para a escrita da história do Brasil, que não apenas a partir da visão de autores já consagrados na historiografia nacional, mas de outros. Assim, Bresciani problematiza “[...] *Oliveira Vianna o estigma de pensador conservador e autoritário, divulgador de teorias racistas, merecedor de pouco crédito em razão das posições políticas assumidas antes durante e mesmo após a ditadura do Estado Novo*”<sup>33</sup> e o coloca entre os intérpretes do Brasil. Neste movimento, rompe com a tríade criada, involuntariamente, por Antonio Candido no prefácio de “*Raízes do Brasil*”.

Estudos sobre a obra de Manoel Bomfim possibilitam este mesmo movimento, qual seja, pensar a história do Brasil, a partir de outras falas que não apenas as canonizadas na historiografia nacional. Aqui, abre-se um parêntese e ressalta-se que Bomfim foi o primeiro pensador brasileiro que buscou realizar interpretação crítica do passado brasileiro, antecedendo a geração de historiadores dos anos de 1930 e 1940, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda,

---

<sup>33</sup> BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, p. 162.

Roberto Simonsen e Caio Prado. Interessante é perceber que foi citado apenas por Gilberto Freire e este o criticou por sua “indianofilia exacerbada” (1996).

A partir deste olhar, este trabalho (des)fiou estudos sobre o Brasil, a partir de narrativas que demonstraram a importância dos sujeitos marginalizados no processo de constituição do Brasil e da identidade brasileira, ou seja, os descendentes dos ex-escravos africanos, os indígenas, os setores menos favorecidos da sociedade. Portanto, evidencia-se a escrita da História do Brasil, a partir destes mesmos sujeitos, antes marginalizados pela matriz ideológica vigente no contexto social e político do pensador privilegiado para as análises.

Para o tratamento da obra de Manoel Bomfim foram necessárias algumas reflexões sobre o ato de interpretação/tradução do texto histórico. Esta pesquisa se faz, a partir da interpretação dos discursos de Bomfim, e de seus contemporâneos, como Nina Rodrigues e Sílvio Romero, mas também de artigos em jornal como testemunho histórico. O conhecimento histórico lida, a todo o momento, com diferentes representações que se fazem de um “texto” (quer seja escrito, iconográfico, pictórico ou áudio-visual) analisado, sendo movido pela busca de sua re-significação, e, nessa ação, tem-se como base a cultura em que se está inserido, com signos e significados próprios. Estes, por sua vez, ao serem “lidos” por outros, que não seus criadores, desvendarão outros signos e significados, que talvez nem sejam seu correspondente exato.

Identifica-se esta dinâmica, não apenas no que se refere à língua, como também a outros aspectos da comunicação entre os diferentes indivíduos, que é complexa e, por vezes, incompreendida. No (des)fiar deste artefato, a leitura dos discursos, ou seja, de textos escritos é relevante. Entã, eis mais um fio, o da palavra, do significado. Neste emaranhado de significados e interpretações, tem-se o que Steiner<sup>34</sup> denomina de “processo de repetição original”. Para exemplificá-lo, o referido autor analisa a apresentação pública de uma peça musical. A execução de uma peça musical nunca será a mesma, vários são os elementos determinantes, entre eles: o músico que interpreta a canção, o grau de ansiedade ou cansaço deste músico, o instrumento utilizado, a platéia para a qual se apresenta, entre inúmeros outros aspectos, o que transforma, em primeira instância, a interpretação como única, não podendo, com isso, ser “repetida” nem mesmo pelo próprio músico.

---

<sup>34</sup> STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem de tradução*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

Importante ressaltar que a interpretação, independentemente de seu contexto, será sempre reprodutiva, mas também inovadora, o que a torna singular.

Em sua argumentação, Steiner utilizou o exemplo da peça musical, mas essa assertiva se refere à tradução de modo geral, quer seja de uma língua, de uma música, de um desenho, de um texto, ou simplesmente, da palavra falada. Novos significados estão, a todo o momento, sendo (re)construídos... e infinitas são as possibilidades de interpretação, sendo constantemente (re)criadas por seu receptor.

No permanente jogo da tradução, o campo da língua é de tensões e conflitos, espelho da realidade vivida nas sociedades. Em uma mesma língua, existem variadas formas de apropriação, que demarcam o *status* social, o valor, a atividade profissional, a idade e o sexo de quem fala e de quem recebe a mensagem. Assim, a dificuldade não se encontra apenas nas diferenças entre os dialetos, sendo que o mais difícil é identificar a apropriação que cada grupo faz da língua em uso. Mulheres, crianças e homens também usam diferentes linguagens e, na maioria das vezes, as primeiras são mantidas em condições de inferioridade.

Neste momento abre-se um parêntese, para lembrar que a partir das relações estabelecidas na sociedade brasileira, no período estudado, o negro também ocupava e ainda ocupa lugar de inferioridade, haja vista que durante a escravidão, possuía significado apenas de mercadoria e não de ser humano, situação que pouco se modificou, com o fim do trabalho escravo e a instauração de uma República democrática no Brasil. Nas várias situações de conflitos, sua voz pode ser ouvida, re-significada, ou talvez, decodificada. Assim, é fato que as linguagens próprias se manifestam, no campo tenso de embates entre o gênero, o econômico e as relações de poder e são perceptíveis as diferenças na forma de utilização e apropriação da linguagem.

Na linha de raciocínio de Steiner, a tradução está implícita em todo ato de comunicação: na emissão e recepção de todos os modos de significar. *“Compreender é decifrar. Alcançar significado é traduzir”*, assim, os meios, os problemas de estrutura e os de operação são essenciais no ato de tradução e, por sua vez, está integralmente presente no ato da fala, da escrita ou da decodificação pictórica no interior de qualquer língua. A tradução entre diferentes línguas é uma implementação particular de configuração e modelo fundamental do dizer humano, mesmo onde ele é monoglota.

Neste sentido, Steiner afirma que cada língua, individualmente, interpreta (ou mapeia) o mundo de forma diferente e, então, não há línguas inferiores e primitivas, pois todas constroem um conjunto de mundos possíveis e cartografias de memória, não sendo possível mensurá-las por suas singularidades. “*São os tempos verbais do passado que constituem a história*”.

A partir do exposto, se evidenciam dois aspectos. O primeiro diz respeito ao próprio ato de tradução e seus múltiplos significados, e o segundo, a como é carregado de tensão, pois se faz a partir da colisão entre dois mundos diferentes: do tradutor e do que é traduzido, o que nos leva à complexidade do significado do ato de tradução. Ainda que sempre praticado, o ato de tradução nem sempre é reconhecido, ou seja, explícito. Este se mostra mais acentuadamente quando se traduzem línguas de diferentes povos. Por exemplo, a leitura de um texto antigo. Neste ato o máximo que se faz, na maioria das vezes, é recorrer a notas de rodapé, e por aí acredita-se alcançar a tradução de determinados conceitos ou palavras e seu correspondente do passado no tempo atual. No entanto, é necessário ater-se a algumas questões.

Não é consenso geral que palavras as quais se recorra possuam o mesmo significado do passado que nos dias atuais, pois os conceitos se definem a partir de seu contexto histórico, por isso ao “traduzir” um texto, a tradução é feita da maneira mais aproximada possível. A língua encontra-se em constante transformação e seus significados. A afirmação de Steiner que “*um contexto histórico e um contexto individual são ambos relevantes*”<sup>35</sup> para o entendimento do significado, indica como são constantes suas transformações.

O contexto histórico em que foi construído o conceito determina seu sentido e geralmente os leitores posteriores, não captam a essência de seus significados, pois pertencem a outro tempo histórico. Muitas palavras aparecem e desaparecem, expressões são tabus em um tempo, em outro não, as palavras são ditas e podem, ao mesmo tempo, não serem compreendidas. Este é um dilema que se deve enfrentar como historiadores, na busca da tradução dos textos que nos são dados a ler. Nas palavras de Steiner a tradução é um complexo e dinâmico ato de interpretação:

Deve-se denominar um contexto espacial e temporal de um texto, as amarras que prendem as mais idiossincráticas das expressões

---

<sup>35</sup> STEINER, George. Op. Cit., p.28.

poéticas ou idioma circundante. Familiaridade do autor, o tipo de intimidade inquieta que exige conhecer toda sua obra, do melhor, do pior, da *juvenilha* ao *opus posthumum*, facilitará a compreensão a cada momento.<sup>36</sup>

Todo ato de comunicação é, na verdade, um ato de tradução. Em todos os momentos, os indivíduos buscam entrar um no universo do outro. Esse universo tanto pode se referir a uma cultura de diferente etnia, quanto à mesma etnia. Nessa tentativa, travam-se batalhas, nas quais as relações sociais (re)significam os sentidos das palavras. O constante embate entre os sujeitos determina a transformação dos sentidos e a formação de novos valores e significações.

A leitura do documento histórico necessita de tradução para alcançar significado. Aqui, a partir dos escritos de Manoel Bomfim, de suas palavras, evidencia-se o significado de um Brasil em formação. Ao “serem lidos” estes textos produzimos uma interpretação única. Na tradução do documento, os sentidos das palavras, das idéias e seu momento histórico são elementos determinantes para o entendimento dos significados. Assim, identifica-se que o valor expresso nos escritos de Manoel Bomfim destoou do imaginário que comungava da idéia de uma escrita factual e de enaltecimento de heróis, e fez emergir, em sua escrita, outros sujeitos na formação histórica brasileira.

Em seu tempo, Bomfim rompeu com a discussão corrente sobre a superioridade de um povo, qual seja o europeu/branco, sobre os povos latino-americano e africano, pois acreditava não ser possível analisar igualmente povos com diferentes culturas e educação. No entanto, no momento em que escrevia, a superioridade da raça branca justificava a dominação dos povos europeus sobre os povos latinos e a dominação dos brancos sobre os negros. Bomfim, ao não compactuar com essas teorias raciais de dominação, inaugurou outro olhar sobre o passado e o presente brasileiros. Neste, o negro não mais é interpretado como raça inferior, passível de extinção, mas como grupo social que necessita de educação para o desenvolvimento pleno

Compreender o pensamento de Manoel Bomfim significa perseguir as idéias de um pensador que interpretou a história do Brasil, permeada com as explicações das causas impeditivas do desenvolvimento brasileiro, construindo

---

<sup>36</sup> STEINER, George. Op. Cit., p.52.

outras formas de entendimento da história do Brasil. Bomfim busca em uma tradição esquecida, fatos que determinaram a formação política e social da Nação.

O período privilegiado – virada dos séculos XIX/XX – configura-se como tema de estudo já muito discutido na historiografia brasileira. No entanto, identifica-se a possibilidade de novos olhares sobre a questão da identidade nacional à luz do debate racial. Os resultados deste processo histórico ainda são perceptíveis para a população que sofreu e ainda sofre com o preconceito racial, impedindo-a do acesso pleno à cidadania e a alguns “lugares sociais”, haja vista que grande parcela da população afro-descente brasileira ainda pertence aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo.

Paulo Vinicius Baptista da Silva e Fúlvia Rosemberg identificaram que a partir dos anos de 1890, parte da população negra brasileira foi transferida para a região nordeste do país. Nesse período, houve “aumento do percentual de brancos na região sul e sudeste (de 44% em 1890 para 63,5% em 1940) e impeliu as populações negras para o Nordeste, região que já apresentava decadência econômica”<sup>37</sup>. Os salários encontrados pelos mesmos pesquisadores demonstram em números, que os ganhos do trabalhador negro são menores do que o do trabalhador branco.

O espaço temporal selecionado para as análises é de fundamental importância para o entendimento da consolidação da escrita da história do Brasil. Muitos desses discursos construídos silenciaram vozes e cristalizou-se um lugar marginal no processo de consolidação da modernidade no país, para as ditas minorias raciais. Para alcançar esse objetivo, trabalha-se com os textos históricos de interpretação do Brasil, de Manoel Bomfim, e problematiza-se a identidade brasileira, a partir de sua obra, para construir uma identidade na perspectiva do negro, e não apenas a difundida, que possuía como matriz o caráter branco e burguês. Desatam-se os nós de fios pouco utilizados no gosto das elites. Estes, quando desatados desenham instigantes imagens do Brasil, construídas com respeito às diferenças e pautada na solidariedade.

Aqui outras mãos ajudarão na tessitura, pois serão guiados os teóricos que instigaram a reflexão sobre a identidade em busca das diferenças, da

---

<sup>37</sup> SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: TEUN A. Van DIJ (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p.76.

identificação entre os grupos, como, por exemplo, Stuart Hall e Yves Deloye. Estes autores indicam a complexidade do conceito de identidade, questionando a existência de uma noção única de identidade, baseada na unidade da língua, da cultura e da região. Entende-se que, em seu tempo, Bomfim utilizou-se de outros instrumentos para caracterizar as identidades do Brasil. Hoje, o que se realiza é uma (re)leitura de seus escritos.

O trabalho se dividiu em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Razão *versus* paixão, em Manoel Bomfim, nos escritos sobre o Brasil” possui como fio condutor a trajetória de vida de Manoel Bomfim, o tempo histórico em que estava inserido e seu lugar no pensamento intelectual brasileiro, a partir da análise dos trabalhos já realizados sobre sua obra. Recupera-se Bomfim como interprete singular da história deste país. Nesse sentido, algumas perguntas nortearam as análises: Manoel Bomfim, homem de seu tempo ou à frente dele? Foi apenas um pensador esquecido no pensamento intelectual brasileiro, ou homem que viveu intensamente seu tempo e seus ideais? É possível construir interpretações sobre a obra de Bomfim desatrelando-o da imagem de autor esquecido no tempo? Estas são algumas, das muitas perguntas, que instigaram a analisar a trajetória da vida e a obra deste pensador. Relaciona-se a vida do pensador aos momentos conturbados da vida política, social e econômica da sociedade brasileira, nos últimos anos do Império e nas primeiras décadas da República e sua visão sobre o Brasil e o ser brasileiro.

No segundo capítulo, “(Re)Inventado (pré) conceitos: raça e racismo no Brasil em Manoel Bomfim na virada do século XIX para o XX”, visou compreender o processo de construção da noção de raça e de racismo, presente nas relações sociais brasileiras na virada do século XIX/XX. Muitos foram os discursos forjados sobre a inferioridade racial, que acabaram por naturalizar as relações de opressão em que o negro, o mulato e o pobre em geral foram – e continuam sendo até os dias atuais – alvos.

A raça e o racismo foram idéias “inventadas” em um contexto histórico específico e terminaram por legitimar a dominação do “velho mundo” sobre o “novo mundo” “recém-descoberto”. Assim, estes discursos nasceram e se naturalizaram – para entendê-lo trabalha-se com a noção de conceito nativo de Guimarães – no ideal de busca da civilidade e da modernidade, no processo de constituição do Brasil enquanto Estado-Nação, e que, conseqüentemente, criou a necessidade da

formação do ser brasileiro. Assim, analisa-se os discursos em voga. Isto a partir do diálogo entre o Jornal do Commercio, dos escritos de Sílvia Romero, Nina Rodrigues e, em contraposição, os de Manoel Bomfim. Entendem-se estes discursos, a partir de seu contexto histórico, ou seja, da posição social que os intelectuais em análise ocupavam na sociedade em que viveram e os diálogos travados direta ou indiretamente entre eles.

No terceiro capítulo, “Contribuições de Manoel Bomfim na escrita da história do Brasil e a identidade cultural do ser negro”, debruça-se sobre questões candentes na obra de Bomfim, ou seja, os argumentos de Bomfim sobre a questão do negro que rompe com o discurso racial presente em seu tempo. Com os escritos de Bomfim identificou-se outra perspectiva a de se compreender a identidade do negro no Brasil, que partiu da denuncia da exploração do negro na escravidão e busca a perspectiva da solidariedade e do progresso social, construído a partir da educação para todos como instrumento de rompimento com as desigualdades vividas, naquele momento, fortemente interligada à questão étnica.

**– CAPÍTULO I –**

**CIÊNCIA VERSUS PAIXÃO, EM MANOEL BOMFIM E NOS ESCRITOS  
SOBRE O BRASIL**

Este capítulo tem como objetivo analisar as representações da história do Brasil, a partir de suas idéias de origem, e a tentativa da sistematização da escrita de sua História, tendo como fio condutor a obra de Manoel Bomfim. Neste sentido, defende-se no decorrer desta tese, que Bomfim foi intérprete singular da história deste país e, na atualidade, não deve ser entendido como intelectual esquecido no pensamento social brasileiro.

Manoel Bomfim, homem de seu tempo ou à frente dele? Foi apenas intelectual “esquecido” no pensamento social brasileiro, ou um homem que viveu intensamente seu tempo e seus ideais? Os escritos de Bomfim permitem analisar os sentimentos morais na escrita da história do Brasil? Até que ponto Bomfim conseguiu se libertar das amarras do pensamento dominante conservador e empreendeu outro olhar sobre a realidade brasileira? Estas são algumas, das muitas perguntas, que instigaram a análise da trajetória da vida e da obra deste pensador.

Nos primeiros movimentos de confecção deste artefato, busca-se (des)fiar algumas imagens de origens, construídas sobre o Brasil, as que foram confeccionadas pelas mãos européias, mas estas em posterior contraponto ao pensamento de Bomfim. Investigar essas imagens se fez necessário, uma vez que apenas se compreende a consolidação do conhecimento intelectual brasileiro a partir destes traçados iniciais. Com isso, a atenção está voltada à primeiramente, na “invenção” do Brasil, na consolidação dos ideais de Nação e nos primeiros escritos da História do Brasil. Naquele contexto, o território brasileiro sofreu constantes diásporas dos povos, tanto no que diz respeito à vinda dos europeus, africanos e outros, como dentro do próprio território brasileiro. Com a colonização, o Brasil se fez, a partir das constantes “descobertas” de novos e até então (in)definidos espaços, entre eles a região amazônica, o sertão e o litoral<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup>Márcia Regina C. Naxara buscou nas narrativas de três viajantes brasileiros – General Couto de Magalhães, Joaquim de Almeida as formas de expressão e a linguagem para a compreensão da idéia de “conquista” do oeste e da construção de “outros” espaços num território em permanente

Depois sim, a atenção se volta para Manoel Bomfim, em um duplo movimento. O primeiro diz respeito à sua trajetória de vida e o segundo à escrita da História e do pensamento social do Brasil. O tempo e as idéias de Manoel Bomfim e seus contemporâneos foram fruto das imagens de origem, ou seja, de um Brasil em busca da civilização, razão, modernidade e progresso econômico. Esses ideais ganharam, nas narrativas de Bomfim, contornos que levam a construir uma imagem do Brasil pautada em sentimentos morais: a igualdade, a solidariedade e a liberdade. Estas interpretações se distanciam do entendimento da sociedade e do progresso, apenas como caminho para o desenvolvimento econômico, muito presente naquele momento no cenário brasileiro.

### 1. Imagens de origem do Brasil

A origem dos mitos e dos discursos sobre o Brasil, principalmente os primeiros, possuem raízes no início da colonização portuguesa. Esses, por sua vez, traçam imagens e representações diversas sobre a origem do país, sua imensidão, sua beleza natural e seus habitantes nativos. Essas são permeadas de pré-conceitos e uma visão etnocêntrica, nos quais os limites entre o belo e o assombro são tênues, colocando em evidência a relação entre o homem e a natureza, em um triplo fio, traçado por africanos, indígenas e colonizadores/europeus. Neste sentido, o período das grandes navegações e da colonização do continente latino americano experimentou, a partir do século XVI, experiências conflitantes, ou seja, a busca pela civilização e a barbárie. Estas se misturaram, em um misto de tragédia e etnocentrismo para com os primeiros habitantes brasileiros.

Frantz Fanon, ao analisar o processo de descolonização das colônias francesas, demonstra que a “originalidade” do contexto colonial reside no fato da separação do mundo ocidental em duas partes, na qual o elemento demarcatório “é

---

construção e (re)descoberta: “Representação que se realiza e pede para ser lida na contraposição entre civilização e barbárie e, dentro dessa leitura, como “marcha”, como “conquista” de uma pela outra, como e principalmente, culturais e inerentes ao processo civilizador. Conquista do oeste, ocupação da fronteira aberta, seja ela dos sertões ou das florestas, os “desertos” do Brasil. Leitura que toma por base o processo de colonização como inexorável processo civilizador na formação das jovens nações americanas”. NAXARA, Márcia Regina C.. ‘Encantos’ e ‘Conquistas’ do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Horácio Gutiérrez, Márcia Regina C. Naxara e Maria Aparecida de S. Lopes(orgs.). Franca: UNESP; São Paulo: Olho D’Água, 2003, p.227-228.

*antes de mais nada pertencer ou não a tal espécie, a tal raça*<sup>39</sup>. Neste contexto, o europeu, imbuído de uma suposta superioridade, não identifica o “outro” como semelhante, mas como inferior, em todos os aspectos. Não o reconhece como igual na diferença, princípio primeiro da alteridade.

Este estado leva o colonizador a transformar o colonizado no “outro”, o “inimigo” que habita sua própria terra. Neste sentido, é emblemático o título da obra de Frantz Fanon “Os condenados da terra”, pois instiga a reflexões sobre a construção do “outro” em meio à dominação europeia sobre a América, a África e seus habitantes em tempos de colonização e, posteriormente, no processo de descolonização. O sentimento de alteridade se perde em meio aos conflitos gerados, pois remete às relações, em que um ser humano vê o outro, o reconhece e por ele é visto e reconhecido. Não há alteridade em relações de desigualdade, como as vivenciadas entre os europeus, latino-americanos e africanos. Mas o seu contrário foi experimentado. No processo de constituição do “outro”, com a colonização, imagens sobre os índios – e posteriormente sobre os africanos – foram cristalizadas pelos europeus, nas quais:

O indígena é declarado impermeável a ética, ausência de valores, como também negação de valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário das coisas maléficas, instrumento inconsciente e irre recuperável de forças cegas.<sup>40</sup>

Os fios que desenham as imagens dos índios ao longo dos primeiros séculos de colonização justificam para os europeus a inferioridade indígena, sendo este entendido como ser sem moral e sem valores, portanto, *necessitando* das benesses que a cultura europeia, supostamente, proporcionaria. Esses sujeitos são transformados, no discurso, em “povos primitivos” e “sem fé”. Os índios se distanciavam de todas as regras que o europeu entendia por civilizado. Na visão ocidental, seus rituais, crenças e línguas, por não seguirem um padrão único, não eram compreendidas pelos europeus. Nessa direção, convém lembrar as reflexões elaboradas por Steiner<sup>41</sup> sobre o ato da tradução, em que tudo o que não se

---

<sup>39</sup> Frantz FANON. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1968, p.29.

<sup>40</sup> Idem, p.31.

<sup>41</sup> STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem de tradução*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

consegue decodificar é visto a partir da ótica do diferente, mas principalmente, do inferior. Portanto, as relações travadas entre estes sujeitos – europeus, indígenas e, posteriormente, africanos – são permeadas de conflitos, contradições e, em muitos momentos, de incompreensão, pois eram mundos diferentes que se chocavam. O olhar europeu não buscou compreender o “outro”, mas sim impor sua língua, suas visões de mundo e sua cultura.

No velho mundo, a partir do século XVI, consolidou-se uma série de gestos e rituais, os quais indicavam como se portar perante o “outro”. Nesse movimento os europeus ingressaram propriamente no campo do que foi entendido, posteriormente, como civilidade. Os séculos XVI e XVII foram significativos para a construção da civilidade e permitiu aos sujeitos a *“delimitação de si conforme hábitos que implicam na contenção, a postura: atitude de polidez, consideração, estima, honra, esses usos que ocorrem em um espaço de formas de mediação, são na modernidade, progressivamente tidos como direitos”*<sup>42</sup>. Ainda, esclarece Claudine Harouche:

A propriedade visível de si nos gestos e condutas (Karl Marx, Maurice Halbwachs) é atestada, portanto, no espaço concreto, físico, material das instituições, em particular, e dos espaços sociais, de modo mais amplo. Induz a um determinado tipo de comportamento: as posturas e atitudes são regidas por usos e rituais codificados, segundo uma ordem de precedências.<sup>43</sup>

Civilidade, em termos gerais, significou, em um primeiro momento, um conjunto de regras e valores, experimentado no espaço público e privado do velho mundo e construiu parâmetros a serem seguidos, homogeneizando as formas do agir, do falar e do pensar. Estas novas experiências foram permeadas pela razão, conquistada com o desenvolvimento da ciência e o anseio por descobrir novos territórios, passíveis de dominação econômica e cultural.

Passado, presente e futuro se misturam no encontro entre estes dois mundos distintos. Por um lado, a cultura européia, como analisada, buscava a padronização, a partir de gestos medidos, da ciência e da razão. Por outro lado, os latino-americanos existiam no “novo mundo” com grande pluralidade de línguas, de

---

<sup>42</sup> HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002, p.3.

<sup>43</sup> Idem, p.2.

valores e de cultura, tendo como consequência multiplicidades de experiências, fala e trato com o outro.

Na linha de pensamento de Fanon, é necessário lembrar dos milhares de índios e negros que foram mortos e escravizados pelos colonizadores brancos, ditos civilizados, sendo as vítimas, estigmatizadas como seres primitivos, sem alma ou religião. Assim, os colonizadores portugueses, justificaram para as outras nações, ditas civilizadas, suas ações de dominação cultural e servidão dos indígenas, ou escravidão negra. Nesse movimento, a catequização, ou seja, imposição dos preceitos da religião católica ao índio, foi colocada como missão de salvação para o colonizador. Mas, em outra vertente, ou seja, a do indígena – e também a do africano – representou o extermínio dos valores, das crenças, das formas de socialização, de trabalho e das línguas das diferentes nações. Atente-se para o fato de que a história escrita dos indígenas esteve impregnada do olhar europeu, os fios tramados foram essencialmente a questão da cultura/identidade e a terra. Para Maria Regina Celestino de Almeida:

os índios surgiam na história, em geral apenas no momento do confronto, quando pegavam em armas e lutavam contra os brancos, para saírem dela logo que, derrotados, deixavam de ser obstáculos à ocupação da terra. Integradas à colonização, as populações indígenas perdiam, junto com a guerra, suas culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência, passando a constituir massa amorfa e inerte à disposição dos missionários, colonos ambiciosos e autoridades corruptas que disponham dele à vontade. As relações de contato entre os índios e a sociedade ocidental eram vistas como simples relações de dominação impostas aos índios, de tal forma que não lhes restavam margem de manobra alguma a não ser de submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas que os levaria à descaracterização e à extinção étnica. Nesta perspectiva, os índios do Brasil integrados à colonização, quer na condição de escravos ou aldeados, diluíam-se nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da colônia. Assim, os tamois, os aimorés, os goitacases eram índios bravos mas perderam a guerra, foram absorvidos pelo sistema colonial como vítimas indefesas, aculturaram-se, deixaram de ser índios e saíram da história.<sup>44</sup>

Por um longo período, a história do índio no Brasil foi contada de forma a complementar a “saga” dos colonizadores, e não em uma perspectiva de

---

<sup>44</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades Étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavras, 2003, p.67.

desmistificação das primeiras imagens criadas e a tentativa de compreensão da complexa realidade e cultura indígena. Nesse momento cabe uma pergunta para desatar um dos nós desse artefato: quem eram os bárbaros, naquele momento singular da história latino-americana? A América, quando conhecida pelos europeus, ganhou espaço privilegiado em seu imaginário e se, por um lado, foi identificada como espaço intocado, impenetrável, enfim, um mundo fantasmagórico; por outro, foi visto como possibilidade de conquista de infinitas riquezas. Imagens do paraíso e do inferno vieram à tona para representar as terras brasileiras.

Esta é apenas uma face das narrativas sobre a história do Brasil, pois, como indica Marilena Chauí, a América não foi “descoberta” pelos europeus e sim “achada” em um período de franca expansão territorial, além mar, para a dominação e a exploração de novos territórios e a formação de mercados consumidores. No entanto, essa ideologia foi disseminada por longa data. O Brasil não estava à espera de Cabral, mas já existia, quando ele o encontrou, com seu povo e organização singular. Assim, para a autora os “achamentos” foram construções históricas construídas pelos europeus que acabaram “inventando” o Brasil como uma terra abençoada por Deus:

Na Europa a realidade precedeu o nome. A América, pelo contrário, começou por ser uma idéia. Vitória do nominalismo: o nome engendrou a realidade. [...] O nome que nos deram nos condenou a ser um mundo novo. Terra de eleição do futuro: antes de ser, a América. No entanto, em outras narrativas, como já afirmado, o país aparece mergulhado na escuridão de seus habitantes e por isso atrasado e necessitando da luz da modernidade européia.<sup>45</sup>

Para Chauí, no decorrer dos séculos XVI e XVII, foi construído o mito fundador sobre o Brasil, alicerçado na natureza e na formação do Estado-Nação. Assim, defronta-se com a “invenção do Brasil” em ideias narradas de modo a integrá-lo ao contexto mundial. As análises da autora, no que diz respeito às diferenças entre as palavras fundação e formação dos mitos, são iluminadoras para se compreender as origens das narrativas sobre o Brasil:

Quando os historiadores falam em *formação*, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em *transformação* e,

---

<sup>45</sup> CHAUÍ, Marilena. *Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p.57.

portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processo temporais. [...] Diferentemente da formação, a fundação se refere a um passado imaginário tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal que lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo e da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar.<sup>46</sup> Grifos da autora

Marilena Chauí chama a atenção para as nuances da caracterização dos conceitos de “formação” e de “fundação” dos mitos. O primeiro, construído por historiadores e em determinado contexto histórico-social-econômico não se encerra em si mesmo, ou seja, possui uma historicidade, na qual foi construído e (re)significado, encontrando-se em permanente transformação. A fundação dos mitos foi estabelecida por ideologias construídas e cristalizadas, sem mutações, servindo, muitas vezes, como forma de legitimar o poder de determinados grupos sociais sobre outros. Esses mitos, se referem à história do Brasil, foram elementos constitutivos de sua imagem e identidade nacional. Assim, identificam-se os mitos fundadores e a formação de construções discursivas em contextos específicos da história brasileira, os quais integram um emaranhado de hipóteses e pressupostos, que se opõem, ao mesmo tempo, em que se complementam, para justificar a subjugação dos povos indígenas e africanos e a suposta superioridade européia. Este tema será posteriormente analisado neste trabalho.

A partir do século XVI, o “fazer” do Brasil em ideias foi momento fértil na construção de imagens que o “inventaram”, em um misto de ficção e realidade. Assim, literatos, ensaístas, artistas plásticos e viajantes construíram imagens sugestivas de um território em permanente mutação. Num primeiro momento, figuram os relatos de viajantes estrangeiros e naturalistas que instigam o medo e a fantasia sobre territórios até então inexplorados. Posteriormente, as narrativas retratam a ação dos colonizadores e a necessidade de civilizar o solo americano. Com a abolição do trabalho escravo e a instalação da República, outras imagens foram construídas, mas, permanecendo a sede pela civilização e o progresso, por vezes personificada no ideal de branqueamento, no desenvolvimento econômico, na introdução dos hábitos e gostos europeus. Assim, as leituras e as imagens do Brasil, por se como nação civilizada e a busca pelo esquecimento dos séculos de escravidão foram delineadas na virada do século XIX para o século XX, seja na

---

<sup>46</sup> CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. p.9-10.

literatura, nos jornais, nas revistas científicas, como também nos discursos de especialistas e sanitaristas. Na multiplicidade de discursos sobre o Brasil do período, situa-se a produção de Manoel Bomfim, e posteriormente, a produção de intelectuais sobre sua obra e a consolidação de seu lugar no pensamento social brasileiro. Para se compreender seus discursos e suas imagens, se faz necessária a análise deste duplo movimento, ou seja, os fios traçados pelo pensador e a crítica produzida sobre ele. A partir desse movimento, encontram-se as narrativas e visões de Bomfim, como discurso que muito se distanciou do que era usualmente aceito, no que dizia respeito ao negro, a história do Brasil e a outros temas.

Identifica-se, nas narrativas de Manoel Bomfim, a possibilidade de construir a história da América, mas, em particular, a do Brasil, por outro viés, que não apenas a do olhar europeu, buscando o “Brasil real”. No entanto, para esse movimento antes se faz necessário ater-se aos meandros da escrita da história do Brasil, em um contexto marcada pelo parâmetro positivista. Para se compreender o pensador e seus escritos, passa-se a análise de sua vida. Sua obra foi reflexo do momento em que viveu, mas também de seus anseios particulares. Nessa perspectiva, recupera-se as análises de Nicolau Sevecenko<sup>47</sup> em “*Literatura como missão*”, ao problematizar a posição do literato frente ao seu tempo. Como analisa Sevecenko, muitos literatos possuem fala marginal na sociedade em que vive, mas, em contraponto a esse lugar, escreve sobre o seu tempo, as várias possibilidades que viveram, mesmo não concretizadas, sendo estas passíveis de realização, trazendo à tona angústias, sonhos e os mais variados conflitos. Tomando-se o argumento de Sevecenko e ampliando-o, afirma-se que historiadores, literatos, sociólogos, pensadores, de modo geral, não se encontram além de seu tempo, mas dentro dele, com olhar arguto e questionador.

## **2. Manoel Bomfim: o homem e seu tempo**

Na ação de se fiarem idéias, não se está sozinho, mas acompanhado de vários outros, quer seja na invenção do Brasil e do brasileiro, quer seja nas imagens construídas sobre Bomfim. Nesse momento reporta-se à biografia do pensador por

---

<sup>47</sup> SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Ronaldo Conde Aguiar, “O Rebelde esquecido”<sup>48</sup> em que encontra-se alguns elementos para confeccionar outros traçados para a interpretação de seu pensamento. Destarte, será a partir da leitura da biografia e da obra “America Latina: Males de origem”<sup>49</sup>, de Manoel Bomfim que intentamos construir a figura não de um “*pensador a margem de seu tempo*”, mas de personagem atuante, em seu tempo e lugar, no que diz respeito às questões intelectuais, políticas, e educacionais, esta última, o fio central de sua vida.

A biografia do pensador foi escrita por Aguiar, não apenas construindo/narrando a história da sua vida, como fica delineada no interessante quadro do conturbado momento político em que viveu, levando ao contato com Bomfim em seu tempo e lugar. O caminho percorrido por Aguiar, para a escrita da biografia, é o reflexo da dificuldade da montagem de um quebra-cabeça, para o qual faltam algumas peças, dado a imprecisão de alguns pontos da vida de Bomfim:

Diversos momentos e fases da vida de Manuel Bomfim estão irremediavelmente perdidos ou envoltos em versões desconstruídas e confusas. Ao contrário de tantos outros escritores do passado e do presente, Bomfim não era uma pessoa comunicativa a respeito de sua vida pessoal. Não escreveu um só ensaio autobiográfico. Não expôs sua intimidade ao conhecimento do público, nem falou de si, ou dos parentes, nos seus escritos. A discrição era um traço muito próprio de seu temperamento e da sua obra e do mundo.<sup>50</sup>

São evidentes algumas das dificuldades encontradas para a compreensão mais ampla das experiências vividas por Manoel Bomfim<sup>51</sup>. No entanto, este aspecto não foi impedimento para se colocar em evidência a vida de um dos mais fecundos pensadores brasileiros. Em sua escrita, Aguiar, optou por uma “biografia sociológica”<sup>52</sup>, o que o instigou não apenas a construir narrativas da

<sup>48</sup> AGUIAR. Op. Cit.

<sup>49</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina*, 1993.

<sup>50</sup> Idem. p.17-18.

<sup>51</sup> A dificuldade de análise da vida íntima de Bomfim também foi alvo das preocupações de Uemuri, pois “[...] não existem de Bomfim diários, cartas, autobiografia, memória, que são elementos importantes para o pesquisador interessado em reconstruir a uma trajetória intelectual [...]. A tentativa de incluir Bomfim nas redes de sociabilidade de sua época é uma empreitada difícil. Há poucas informações a respeito de sua participação em rodas boêmias, grupos literários, salões.” UEMURI, Celso Noboru. *Explorando em campo minado: A sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 2006, p.09. Este pesquisador ressalta o fato de Bomfim ter se utilizado desta rede de relações para a conquista do cargo de diretor e de inspetor escolar para seu amigo Olavo Bilac, o que indica, grosso modo, que ele não estava fora dela.

<sup>52</sup> “A forma literária que usei para escrever esta biografia sociológica não é algo novo no campo dos estudos sociais, políticos e históricos. Inúmeros autores brasileiros já o fizeram, inclusive os chamados autores de marca, os quais souberam combinar ciência e literatura, conceito e informação,

vida de Bomfim, mas também relacioná-la ao seu contexto político e social, não sendo raras as vezes em que elaborou instigantes análises sobre sua obra, rompendo com alguns estigmas sobre os escritos de Bomfim. Para além destas questões, é perceptível a dificuldade do acesso à obra em si, pelo fato de que algumas de suas obras foram contempladas com apenas uma edição, tornando sua leitura, com o passar dos anos, de difícil acesso, pois não foi alvo de várias reedições. Atualmente o conjunto de sua obra, mas nem sempre o total, é encontrado em poucas bibliotecas universitárias do Brasil<sup>53</sup>. Outro fato a ser destacado é que muitos dos artigos jornalísticos escritos por Bomfim se perderam, impossibilitando o acesso ao conjunto de seus escritos jornalísticos.

Nas páginas da biografia de Bomfim, envereda-se pelos mais diferentes aspectos de sua vida: o contato com grupos boêmios; o “galanteador”; o homem discreto, que não falava ou escrevia sobre sua vida pessoal; a grande tristeza com a morte da filha; o homem crítico da realidade política em que viveu e o sonhador sem limites com o desenvolvimento social do país, enfim, de um homem apaixonado pelo Brasil.

Manoel José do Bomfim era filho do vaqueiro Paulino José e da viúva Maria Joaquina, cujo casamento foi, para o período, no mínimo, inapropriado, dada a diferença de idade e origem. Paulino era um vaqueiro sertanejo e Maria Joaquina viúva de um comerciante português radicado em Laranjeiras. Ambos, pelas diferenças de origem, possuíam educação e modos de vida diferentes, mas viveram juntos por quarenta anos e tiveram ao todo 13 filhos<sup>54</sup>. Já em sua origem, Manoel Bomfim foi fruto da mistura entre o povo português e o brasileiro, e também, por que não lembrar, da diferença de origens sociais, fato pouco comum naquele tempo.

Para além destas primeiras singularidades do nascimento de Manoel Bomfim há outros traços. Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868 e, ao longo de sua infância, viveu no Engenho Bomfim<sup>55</sup>, tendo como melhor amigo Nezinho, filho

---

*rigor metodológico e estética, escrevendo notáveis obras primas*”. AGUIAR, 2000, p.19, grifos do autor

<sup>53</sup> Entre elas citamos a da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, da Universidade de São Paulo - USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Aqui, elencamos as bibliotecas por nós visitadas.

<sup>54</sup> AGUIAR. Op. Cit. p.73/81.

<sup>55</sup> Aguiar relata que “Em 1867, Paulino José pôde comprar, finalmente, um pequeno engenho próximo ao povoado de Quiçamã, em Nossa Senhora do Socorro, município colado a Aracaju. E não ficou só nisso, nos anos seguintes, Paulino José iria agregar outras terras ao engenho, comprando-as ou arrendado-as de vizinhos”. Idem, p.83

de escravo. Bomfim desfrutou da liberdade que a vida no campo permitia. Interessante ressaltar que Bomfim viveu em um momento de intensa transformação política, ou seja, o fim da monarquia e a instauração da república democrática. Assim, a base de sua formação se fez a partir da sua convivência com as relações travadas no engenho - naquele período, núcleo político, econômico e familiar. Suas primeiras impressões sobre o Brasil foram, assim, impregnadas pelas experiências vividas entre brancos (senhores) e negros (escravo) no engenho. Bomfim viveu as relações de trabalho alicerçadas na escravidão e no trabalho livre. Posicionou-se frente às questões políticas que marcaram a transição da monarquia para a república, utilizando-se dos jornais para desenvolver sua posição republicana. Para Bomfim a escravidão foi um dos elementos que propiciaram a degeneração dos portugueses em “parasitas” da nação, ponto para nova discussão.

Para Paulino José, o destino do filho já estava traçado, ou seja, assumir seu lugar na administração do engenho da família, o que, posteriormente, foi decidido e mudado por Bomfim, pois optou pela medicina e não pela administração da fazenda; a cidade, e não o campo. Bomfim se revelou aluno aplicado, primeiro em Aracaju e depois, incentivado por seu amigo Alcino Guanabara, no Rio de Janeiro a partir de 1888. O sonho do estudante era tornar-se professor e desenvolver pesquisas na área médica. Recém-formado e prestes a se casar com Natividade Aurora, Bomfim começou a trabalhar como médico na Secretaria de Polícia, onde permaneceu por dois anos, com modesta remuneração, somada às suas contribuições para os jornais e revistas.

No período em que trabalhou na Secretaria de Polícia a atividade mais significativa para Bomfim foi integrar a expedição militar que percorreu o baixo Rio Doce<sup>56</sup> e que lhe permitiu o contato com outras realidades brasileiras que não apenas a de Aracaju e a do Rio de Janeiro. A miséria e a pobreza geral, em contraponto com as potencialidades, foram a realidade com que Bomfim se deparou, durante a viagem. Imagens novas de um país até então pouco conhecido surgiram. Esses temas foram explorados, por exemplo, no livro de leitura “Através do Brasil”, escrito em co-autoria com Olavo Bilac, em que se analisaram as potencialidades e a pobreza existentes no país. O viajante Bomfim pode compreender as múltiplas

---

<sup>56</sup> AGUIAR. Op. Cit. p.152.

realidades do Brasil, situação que o tocou profundamente<sup>57</sup> e instigou-o a analisar a realidade brasileira evidenciando a miséria e a exploração que o país sofria.

Caminhos que acredita-se já definidos ganham novos contornos nas tramas da história. Não foi diferente com a trajetória de Bomfim. Marcadamente foram dois episódios que mais revelam outros traçados que não os inicialmente esperados/imaginados. O primeiro, como já comentado anteriormente, foi sua escolha pela medicina e não pela vida no engenho da família em Aracaju. O outro, a morte da filha em 1894, que o levou a abandonar a medicina. Maria morreu de tifo, no período em que Bomfim estava morando em Mococa. Ante a impossibilidade de restabelecer a saúde da filha, Bomfim deixou de exercer a medicina, dedicando-se a outras atividades, ligadas, principalmente, ao âmbito educacional. Assim, em plena maturidade, sua vida começa de novo.

Em 1896, Bomfim tornou-se diretor do *Pedagogium*<sup>58</sup>, instituição que possuía a função de coordenar e controlar as atividades educacionais do país. Nessa atividade, conseguiu unir suas concepções teóricas – quais sejam, o entendimento da História do Brasil a partir do processo de exploração da colônia pela metrópole por meio das relações de parasitismo, a educação como instrumento de transformação da sociedade, a crítica sobre a escravidão – e a atuação na área educacional. No período em que permaneceu no *Pedagogium*, buscou melhorias para o instituto; sua meta era transformá-lo em importante centro de referência e de pesquisa<sup>59</sup>. Para Bomfim, a educação estava atrelada à democracia e ao voto:

[...] Compreendo, e compreendo muito bem, que, hoje o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, e que numa democracia, todo cidadão deve conhecer seus direitos e deveres – compreendo isto, a Constituição Republicana estabelece que “só serão eleitores os indivíduos que souberem ler e escrever”. No entanto, ocorre que, no país, apenas 10% dos cidadãos sabem ler e escrever, e vem dali

<sup>57</sup> “Contudo, o que mais impressionou Manoel Bomfim foi o imenso contraste entre a pobreza geral das pessoas e as notáveis potencialidades da região, que eram praticamente infinitas, desde que, segundo ele, fossem transformadas num bem comum de todos, e não “num caudal de riqueza a correr para a mãe-pátria””. Idem, p.159.

<sup>58</sup> “Manoel Bomfim foi diretor, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919, quando a instituição foi extinta pelo prefeito Paulo de Frontin. Entre 1905 e 1911, Bomfim afastou-se do cargo para desempenhar outras funções, entre as quais, a partir de 1907, um mandato de deputado federal por Sergipe”. AGUIAR. Op. Cit. p, 203.

<sup>59</sup> Para contato com um trabalho mais aprofundado da atuação de Bomfim no setor educacional ver: SANTOS, Alexsandro do Nascimento. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. Dissertação, PUC, SP, 2010. Neste trabalho o autor analisa os livros de leitura, e o contexto de sua formulação, tendo como fio condutor as análises sobre Manoel Bomfim e Olavo Bilac.

que, mesmo quando as eleições fossem puríssimas, ainda sim o regime estaria falseado – porque apenas 10% dos cidadãos iriam às urnas. Em hipótese nenhuma, seria uma *República* democrática, pois que o governo representa a vontade de uma minoria insignificante e o sufrágio universal – uma burla, visto a ignorância absoluta das massas. Dado isto, qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Grifos do autor.<sup>60</sup>

Em suas palavras, identifica-se a relação entre ter a capacidade de ler e a democracia. Sem o primeiro, o outro não se faria integralmente. Vale lembrar que, com a proclamação da República, todos os brasileiros tornaram-se cidadãos em nível do discurso. Exemplo emblemático dessa afirmação foi a primeira constituição do Brasil, escrita em 1824, que indicava como cidadãos um grupo seletivo, dado que o critério de classificação se dava a partir da fortuna pessoal e não por pertencerem a um único Estado-Nação. Nessa primeira tentativa de se construir o cidadão brasileiro, os negros, os índios e os brancos pobres pertenciam a um mesmo lugar social, ou melhor, “não existiam” e, por isso, não se faziam representar.

Avançando na discussão sobre a cidadania no Brasil e sua estreita relação com o direito ao voto (ou seja o direito de representar e ser representado no sistema político brasileiro) tem-se que Bomfim traz à tona a realidade do acesso à educação, em que “*É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por se fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os recursos naturais não estão estudados [...]*”<sup>61</sup>.

Assim, no período correspondente à escravidão, os trabalhadores negros não tiveram acesso à educação formal. Com a instauração da República, essa situação não se modificou, e os descendentes de escravos foram excluídos dos bancos das escolas e, mais tarde, das universidades. Nessa perspectiva a não inclusão do negro se deu em vários âmbitos: social, econômico e intelectual. Essa situação consolidou, para o negro, um lugar marginal na sociedade brasileira. A par da população negra as camadas pobres da sociedade também não tiveram acesso ao sistema formal de educação. Esta realidade, da história do Brasil, nas últimas décadas, pouco foi questionada pelos diferentes grupos sociais.

Na perspectiva de Bomfim a educação servia aos interesses das elites e não à população em geral, pois o sistema de governo somente seria democrático, a partir do momento em que todos os cidadãos participassem diretamente das decisões políticas por meio do voto. Assim, depara-se com aspectos que permeiam a cidadania em seu olhar: o direito ao letramento e ao voto, sem distinção de etnia ou classe social.

---

<sup>60</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.201-202.

<sup>61</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.196.

Bomfim percebe a necessidade da educação para todos, mas, atribui essa ação exclusivamente ao Estado, ou seja, o ato de *“Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabeto”*. Ao seu olhar, cabia ao Estado a responsabilidade de proporcionar o acesso à educação, visto que a “massa” era ignorante e lhe faltava consciência de seus direitos. Assim, se por um lado, avançou na caracterização da cidadania e mesmo na denúncia e na crítica da realidade social, por outro, atribuiu exclusivamente ao Estado a responsabilidade de transformação, ao dizer que é *“dever”* do Estado *“mandar ensinar”*. Retirou desses mesmos sujeitos a possibilidade de ação para a transformação. Nesta linha de pensamento, apenas a partir da *“vontade”* do Estado aconteceriam as mudanças sociais necessárias. No entanto, Bomfim chama a atenção para o fato de que Estado estava corrompido pela ação dos parasitas, não se preocupava com a educação dos segmentos sociais menos favorecidos. Aqui, tem-se então um olhar dúbio, pois se pensa nos segmentos populares como ignorantes ao mesmo tempo em que os potencializa como sujeitos importantes da formação nacional.

As contradições no pensamento de Bomfim são caracterizadas, por exemplo, em sua visão de Estado, ou seja, como protetor das classes desprotegidas, o que retirava seu poder de ação frente ao cotidiano de opressão que lhe era imposto. *“Quão diversa é, no entanto, a concepção que tem o governante de suas atribuições!... Nem lhes passa pela mente que seja função essencial do Estado cuidar do bem público, e promover quanto possível a felicidade das populações.”*<sup>62</sup>

Segue-se com a análise de Bomfim sobre o panorama educacional no Brasil:

Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa preocupação, leia os relatórios dos ministros de *Instrução Pública*: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos do ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si: reformas, programas, etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista dos interesses privados do Estado.<sup>63</sup>

E continua:

Qual o resultado último de tudo isto? Desapareceu a autoridade que se impunha em nome dos direitos privados, seus – direitos de essência divina; veio uma outra, em nome da vontade coletiva; mas esta vontade não existe – é o que está na consciência de todos; não existe porque a oligarquia, interesseira e céptica, já perdeu todo o pudor político, e distribui entre si os cargos e as funções, não escondendo, nem nos atos, nem nas palavras, o seu desprezo pelo chamado *voto popular*; não existiria, ainda que as classes

<sup>62</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.194.

<sup>63</sup> Idem, p.203.

dominantes o quisessem, porque falta ao povo a consciência dos seus deveres e direitos, e a inteligência para usar deles.<sup>64</sup>

Esta fala de Bomfim representa um personagem diretamente ligado ao setor educacional e, por isso, seu testemunho tornou-se estratégico<sup>65</sup>. É clara sua insatisfação com o ensino, pois se encontrava estagnado, sem melhorias ou reformas que proporcionassem seu desenvolvimento. Para além deste fato, denunciou o domínio da educação pelos interesses individuais, o que inviabilizava o bem coletivo, ou, mais além, o progresso social, idéia sempre presente em seus escritos. Outro elemento era a distribuição de cargos de acordo com interesses particulares. Inflamado, Bomfim, nomeia a oligarquia de “interesseira e céptica”, a que perdeu todo o “pudor político”, ou seja, a qual é movida por interesses pessoais e não para o bem de todos. A vontade geral é colocada no discurso, mas não na prática. A “massa”, por desconhecer seus direitos, não conseguia lutar por eles.

Bomfim, médico de formação, trilhou caminhos para a análise e a crítica social. Em seu discurso surgiu, aos poucos, o amor pelo Brasil, que se dissolveu na crítica aos setores dominantes, que não colocavam em prática políticas para o desenvolvimento social do país. Ao abandonar a medicina construiu mecanismos de argumentação para entender e “*curar os males*” do Brasil. É fato que utilizou-se da linguagem médica/biológica para analisar a sociedade, em conceitos como parasitismo<sup>66</sup>, e expressões como descoberta dos “males” e “remédios” para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Sua atitude, frente ao Brasil, se assemelha ao do médico diante do paciente:

<sup>64</sup> BOMFIM, Manoel. Op. Cit. p.203.

<sup>65</sup> No período em que escrevia “América Latina” Bomfim também era diretor do Pedagogium e com isso vivenciou sua formação. O *Pedagogium* foi “*Criado, portanto, para exercer as funções de coordenação e controle das atividades pedagógicas do país, o caráter nacional e “impulsor” do Pedagogium havia de ter forçosamente, vida curta, pois a Constituição republicana de 1891 manteve, quanto à instrução, a política descentralizadora do Ato adicional de 1834. Em consequência disso, o Pedagogium perdeu a densidade política e técnica, sendo, em 1892, transferido para a esfera da municipalidade, isto é, da administração do Distrito Federal. Sem funções, ou com funções reduzidas a quase nada, o Pedagogium praticamente hibernou durante seus primeiros seis anos de existência*”. AGUIAR, Op. Cit. p.190.

<sup>66</sup> Para Baroni a “*denominação para o fenômeno poderia ter sido outra, mas não foi. A razão de Bomfim ter escolhido a denominação parasitismo poderia estar ligada ao fato de ser médico, de ter formação na área de ciências biológicas. O fundamental é que apesar da origem da palavra parasitismo ser da biologia – mas especificamente a zoologia – o autor, ao tratar de explicar o significado do termo no interior da obra, acaba por estabelecer o avanço e limite quanto às idéias próprias de seu âmbito espaço-temporal. Aliás as metáforas biológicas povoam as interpretações sociais elaboradas na Europa*”. BARONI, Márcio Henrique de Moraes, Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 2003, p.31. Grifos do autor.

Porque herdaram uma tal incapacidade (diz-se “falta de resistência”) a adaptar-se a essas crises, a esses excessos, ou a esses agentes de contágio. É por esta razão que o médico, em face de um doente destes, não deixa de reportar-se ao passado; é o estudo, o conhecimento deste passado que vai instruir definitivamente, e dizer se o indivíduo pode ou não curar-se [...] o empenho do clínico é dirigido todo, não contra o meio atual, pois este é propício – mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-lo”<sup>67</sup>.

No entanto, apesar da postura de médico perante o paciente, Bomfim ampliou sobremaneira suas análises, rompendo com o simplismo biológico, adentrando na crítica da realidade social, ou seja, extrapolando o aspecto biológico da sociedade:

Assim, é uma conseqüência fatal em biologia que, tornando-se parasita, um organismo degenera, involui. [...] Sucederá o mesmo com os organismos sociais? Sim, é impossível negá-lo. Uma causa deprimente para a sociedade no seu total. Os organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; *o todo participa das qualidades das partes*, e delas depende. Grifos do autor<sup>68</sup>

Na analogia de Bomfim, entre o organismo biológico e o social estavam colocadas questões presentes em seu pensamento: o parasitismo, a evolução/progresso e a organização, a partir do entrelaçamento entre os vários elementos que compõem o todo. No olhar de Bomfim, era indispensável a união entre os organismos, ultrapassando o âmbito puramente biológico. No entanto, biológico e social se assemelhavam em alguns aspectos. O médico e o crítico social se juntavam, para construir uma análise singular, com argumentos pautados no naturalismo e que se misturavam com a necessidade de análise das complexas relações sociais. Assim, tem-se uma tensão constante entre as duas facetas de Bomfim, pois, mesmo utilizando-se dos conceitos biológicos, ampliava-os para o entendimento do social, enfatizando suas consonâncias, recuperando argumentos de seu tempo, mas a partir de uma perspectiva crítica.

Bomfim morreu no ano de 1932. Se, na vida privada, de Bomfim era um sujeito que pouco se mostrava, é na escrita que revelou seus sentimentos mais íntimos sobre o amor ao Brasil, que o envolveram, ao escrever “América Latina: Males de origem”, que começou a ser rascunhada em março de 1903, quando o

<sup>67</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.52/53

<sup>68</sup> Idem, p.58.

pensador se encontrava na França, e foi instigado a responder sobre a “reputação perversamente malévola de que a América do Sul é vítima”, ou seja, sua intenção primeira foi refutar o preconceito existente na visão do europeu sobre o Brasil, desenhando-lhe novas imagens, fugindo das armadilhas impostas pela modernidade européia. Para Antonio Candido<sup>69</sup>, possivelmente, as idéias centrais do livro começaram a surgir a partir de sua experiência como relator, no julgamento do concurso para escolher o melhor compêndio de história da América, para ser adotado nos cursos de História da América da Escola Normal, do qual Bomfim foi parecerista<sup>70</sup>. Desse modo o pensador se posiciona perante a questão da escravidão:

A escravidão dos negros foi uma retrogradação, foi mais que isso: foi uma perversão dos sentimentos morais, uma ataque à ordem social, produzindo o abastardamento das classes produtoras, envilecendo o trabalho, pervertendo os instintos morais, gerando dificuldades sociais e econômicas, que muito nos custaram a resolver.<sup>71</sup>

A escravidão como a atrocidade que resultou no parasitismo que degenera o homem foi um argumento recorrente na obra de Bomfim e foi o centro de suas argumentações em “América Latina: Males de Origem”. Na publicação, o livro de Rocha Pombo não sofreu alterações, mesmo com as críticas realizadas por Bomfim, o que indica a não aceitação de suas idéias, fato que se evidenciou ainda mais com a publicação da obra “América Latina: Males de origem”. Bomfim se inseriu ativamente no desenvolvimento da educação em seu tempo. Aqui também se identifica a rejeição de Bomfim às idéias correntes sobre a escravidão e, conseqüentemente, sobre o negro. A partir desse outro entendimento, que se

<sup>69</sup> CANDIDO, Antonio. Op. Cit. p.11.

<sup>70</sup> O vencedor foi José Francisco Rocha Pombo. Assim Bomfim se colocou: “*nos leva a compreender facilmente a razão de ser de um tal sistema, e nos faz prever os terríveis males que aqui advirão, males que se ligam diretamente aos sentimentos da maioria dos conquistadores: sede de ouro, misticismo estreito, um ardor violento e rude [...]. A mãe pátria passou a ser a verdadeira parasita, de um parasitismo cruel e imprevidente, não cogitando se quer de conservar a vida da sua vítima*”. Bomfim APUD: DIAS, Maria de Fátima Sabino. In: A história da América na cultura escolar no Brasil: identidade e utopia Disponível em: [http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4SKPB\\_pt-BRUS344US344&q=Compendio+de+Hist%c3%b3ria+da+Am%c3%a9rica+1899](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4SKPB_pt-BRUS344US344&q=Compendio+de+Hist%c3%b3ria+da+Am%c3%a9rica+1899) Acessado em 29/06/2011)

<sup>71</sup> BOMFIM APUD SANTOS, Alexsando do Nascimento. Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910). 2010. Dissertação de Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.37.

alicerçava na educação, houve o rompimento com o pensamento sobre o negro no Brasil de seu momento.

O pensador, ao explicar o processo de formulação de “América Latina”, deixou claro que o íntimo e o público se entrelaçam na elaboração da crítica à realidade brasileira nos seus escritos:

Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses sentimentos; exprime um pouco o desejo de ver esta pátria feliz, próspera, adiantada e livre. Foram esses sentimentos que me arrastaram o espírito para refletir sobre essas coisas, e o fizeram trabalhar essas idéias – o desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos.<sup>72</sup>

As palavras como amor de brasileiro, pátria feliz, próspera, adiantada, felicidade, males. São uma mistura de sentimentos e sonhos, em busca de explicações e caminhos para o Brasil. Palavras que intentam a busca da interpretação do Brasil, não pela lógica capitalista, mas pelo progresso social, a solidariedade entre os homens e a liberdade. Pátria feliz, próspera, adiantada significam o caminho para o progresso, para além do desenvolvimento econômico, rumando para o desenvolvimento de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua origem étnica e social. Em sua fala, Bomfim se colocou como brasileiro e latino-americano delimitando assim seu lugar no imaginário do qual fazia parte.

O amor à pátria foi um sentimento forte e presente na argumentação de Bomfim, e fazia parte do imaginário de um homem movido pela paixão e não apenas pela razão e pela ciência. É nesta perspectiva que Bomfim explica a elaboração de sua obra “América Latina: Males de origem”. O processo não se fez simples, mas derivou do sofrimento de um brasileiro sensível à sua história, como revela:

As notas se amontoam, o livro se forma a pouco e pouco – observações e reflexões, colhidas em cada uma das crises, desalentos, dúvidas e entusiasmos da vida que, entre dificuldades, vamos vivendo. Chegando aqui, à Europa, não só a natural saudades daqueles céus americanos, como a apreciação direta dessa reputação perversamente malévola de que é vítima a América

---

<sup>72</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.34.

do Sul, provocam a reação afetiva e traduz na publicação destas páginas. Fora daí elas não viriam à luz.

É um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; não o sentimento dos interesses pessoais, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes, o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos.<sup>73</sup>

As observações, as anotações, as saudades, as crises e a visão de Brasil, a partir do contato com o “*olhar estrangeiro*” fizeram parte do processo de elaboração da obra. Essa mistura de sentimentos impulsionou Bomfim a não apenas escrever obra não apenas de caráter científico, mas esta interligada aos seus sentimentos mais íntimos, em análises que misturam o “*amor do brasileiro*” à observações/leituras científicas, não separando o individual do coletivo. Seu olhar foi permeado pelo “*sonho de ver sua pátria adiantada e prospera*”, por um patriotismo sem limites. Assim, elemento que salta aos olhos é a ausência de interesses outros que não apenas o desejo de ver sua pátria prosperar.

Bomfim foi um intelectual que pensou o país, a partir da permanente tensão entre as causas impeditivas do progresso social – centradas principalmente no parasitismo, na falta da educação formal – e as classes que dominaram a política brasileira e, conseqüentemente, os rumos trilhados pelo país, muitas vezes aumentando/consolidando o abismo entre elas. Estas, em um primeiro momento, representadas pela ação “parasita” dos portugueses e depois pela dos políticos, que “degeneraram” o processo do “fazer político” brasileiro, impedindo o verdadeiro progresso, ou seja, o progresso social:

Foi por aí que chegaram à celebre “crise do café”. O Brasil produz bom café, e o *café* é ouro; - por isto: todos ao café, tudo para o café. E o Estado indiferente, radiante a ver argumentar a receita, não olhava o futuro. “Pois o Estado é o pai de alguém para intervir de alguma forma, estimulando outras culturas, fazendo propaganda”, avisando aos fazendeiros ignorantes, da crise que eles preparavam para o futuro? ... Não; segundo o spencerismo mal dirigido, não é este o papel do Estado. Nenhum político, nenhum economista se ocuparia disso. O Brasil se fez cafezal do mundo; com o preço do café comprava tudo. Ao café juntou a borracha, houve um aumento de deslumbramento universal. [...] Sim, era a perpetuação do regime colonial. Em tempos (tais eram os interesses da metrópole), o Brasil produzia açúcar, e com ele pagava tudo o mais de que carecia; depois produziu o ouro, depois o café, e café e borracha; variam os

---

<sup>73</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.35.

gêneros, mas não varia a condição. [...] Economicamente não há diferença entre o Brasil colonial de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; é, hoje, uma colônia independente. [...] que tem feito o Estado para levá-la a esta independência econômica? Nada; pelo contrário, atua como elemento conservador [...] Além disto, as suas inspirações, quanto à política econômica, ele as tira nas opiniões dos financeiros britânicos, os quais certamente, não tem nenhum interesse em ver o Brasil (principalmente o Brasil) ou qualquer outra nação colonial encaminhar-se para a emancipação econômica.<sup>74</sup>

Vários são os pontos que merecem destaque, nas palavras de Bomfim. O pensador identifica a imagem do Brasil como um país economicamente dependente, isto em consequência de sua raiz agrária. No entanto, foi além da “imagem agrária” do país e criticou/questionou a imagem do Brasil como “país fadado à vocação agrária”, ou seja, que deveria encontrar caminhos para superar esse estágio. A falta de educação formal, na perspectiva do pensador, consolidava esse caminho para o país. A contra-mão dessa realidade, ou seja, a superação desta tradição, dar-se-ia a partir do ensino industrial e técnico.

Para Bomfim, os ciclos econômicos foram se seguindo (café, açúcar, borracha) e consolidando o caminho da dominação/estagnação econômica e mesmo política. A produção agrícola do Brasil transformou-se em moeda de consumo e troca econômica, pois “*O sistema colonial no Brasil contribuiu para o desenvolvimento de uma economia essencialmente agrária, na qual os núcleos urbanos tiveram escasso significado, com exceção dos portos onde se concentrou a maioria das funções urbanas*”<sup>75</sup>.

A linguagem utilizada por Bomfim para construir a imagem do Brasil atrelado ao setor agrário é instigante. “Colônia vassala” foi o termo utilizado pelo pensador para demonstrar o quanto as relações econômicas no Brasil continuavam atrasadas, e ligadas ao passado. Para Bomfim:

Aqui não houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se o governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional.<sup>76</sup>

<sup>74</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.174-175.

<sup>75</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9 edição, São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 236.

<sup>76</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.192.

Na interpretação de Bomfim, a influência da teoria econômica do momento – o spencerismo<sup>77</sup> e a liberdade política não instigaram transformações na sociedade brasileira. Ainda, para que o país caminhasse para o progresso se faziam necessárias transformações profundas na política econômica, a começar pelo rompimento com visão de que a produção agrícola era o fim incontestável da economia brasileira, pois, para o pensador, esse fato era sinônimo de futuras crises:

Nestes países, onde todas as liberdades essenciais estão esquecidas e anuladas, a fórmula – liberdade de comércio – com que as nações fortes mascaram seu privilégio explorador, é o bastante para garantir a classe dos taverneiros de além-mar, sanguessugas que, ainda hoje, trazem a América Latina, e principalmente o Brasil, entanguida, esgotada, enxangue.<sup>78</sup>

Aqui tem-se um tema caro a Bomfim: a liberdade. Tanto no que dizia respeito ao Estado quanto ao indivíduo. Liberdade, princípio primeiro de todas as relações sociais, políticas e econômicas. Tem-se a crítica à não liberdade econômica, paralelamente aos privilégios da metrópole, que tolham a possibilidade de liberdade/igualdade entre Portugal/Brasil. Bomfim, em seus escritos, foi movido “pela paixão de brasileiro” e aqui se identificam a revolta de Bomfim, expressa por meio das caracterizações do país colonizador, e as conseqüências da colonização para a realidade brasileira. Nas expressões como “taverneiros de além-mar, sanguessuga” estão colocadas a visão de Bomfim para essas relações. Para além de desqualificar Portugal, o responsabiliza pelo não desenvolvimento do Brasil, colocando-o na posição de explorador/parasita.

Ora, não há nada mais ultrajante a essa justiça e igualdade que um domínio de um povo sobre o outro, tenha este domínio o nome que quiserem. Pede-se a solidariedade e fraternidade, e não conquista e violência; e não há de ser pelas vitórias guerreiras de um povo sobre o outro, *impondo-lhe* costumes e leis, violentando-lhes todos os sentimentos e tradições, que a humanidade se congregar. Daí, só podem nascer os conflitos, com que se retardará essa obra de unificação, porque ela não é para ser feita a tiros de canhão, nem

---

<sup>77</sup> Assim Bomfim entendia a política econômica que impedia o progresso do país “Uma forma simplista resolve tudo, Spencer, traduzindo a feição da política e da civilização inglesa, no século XIX, disse que: *o Estado não deve ser industrial*, e, desse momento em diante, para tapar a boca a qualquer ministro de Obras Públicas um pouco ativo, é bastante repetir-lhe o conceito do evolucionista britânico”. Idem, p.175. Bomfim possuía perspectiva diversa, ou seja, que o Estado deveria se modernizar.

<sup>78</sup> Idem, 1993, p.175.

pela submissão dos fracos aos fortes; ela se fará pela conquista de idéias, pela cultura do sentimento e pela harmonia das vontades.<sup>79</sup>

Tem-se, novamente, na argumentação de Bomfim, a questão da fraternidade, da solidariedade e da negação da violência, sentimentos/ações necessárias para o desenvolvimento social do Brasil. Negou os preceitos europeus que acreditavam no progresso, a partir do desenvolvimento industrial, do preconceito em relação ao negro, do individualismo. Enfim, se voltou contra a “imposição de costumes e leis”, contrária aos sentimentos e às tradições nacionais, e assim trilhou a perspectiva da solidariedade, como solução para o país.

São identificados, na visão de Bomfim, dois fatores causadores do entrave do progresso latino e, em particular, do brasileiro. O primeiro dizia respeito à visão condenatória dos países europeus sobre o Brasil, que o prendia à incapacidade, ao estigma negativo que lhe fora imposto, não se atendo às questões decorrentes da falta de educação para o trabalho, que será posteriormente analisado. Em outra via, na perspectiva do pensador, tem-se a ação depredadora/colonizadora de Portugal, que impedia o progresso e viciava o Estado. Para se compreender a argumentação de Bomfim se faz necessária a caracterização de Estado elaborada por ele:

Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. As autoridades sentem que têm uma razão de existir fora da vida normal do país, pois que elas encarnam um organismo que tem existência e faculdades próprias; e fazem valer as suas prerrogativas, defendem-nas, tratam naturalmente de fortalecê-las... Apesar disto, mesmo formando uma realidade a parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia.<sup>80</sup>

Para Bomfim, o Estado formou-se como um corpo à parte dos interesses nacionais, servindo aos interesses da metrópole e aos interesses particulares. Na sua construção do conceito de Estado, identifica-se sua descaracterização como instrumento de favorecimento do bem geral. Em certa medida, entende-se que a noção de Estado/política, em Bomfim, se aproximava do “*sagrado*”, talvez por isso

---

<sup>79</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.295.

<sup>80</sup> Idem. p.190.

sua crença na ação do Estado como promotor da vontade geral. Na perspectiva do pensador sergipano, a ação política em território brasileiro estava sendo profanada pelos interesses “*mesquinhos*” e “*pessoais*”, impedindo o bem geral. Bomfim afirmou que “*O Estado – essa abstração – dissimula homens, de carne e osso, com todas as suas paixões e defeitos, desenvolvidos na luta pífida e terrível que sintetiza a política; chegados ali ao posto de autoridades, o gozo dos mandos o corrompe*”<sup>81</sup>.

Muitas foram as palavras utilizadas por Bomfim que diziam respeito aos sentimentos, às paixões dos homens e sua relação intrínseca com o poder do Estado, que, na visão de Bomfim, corrompia o ser humano para a conquista do bem econômico, em médio e pequeno prazo<sup>82</sup>, sem demandar muito esforço, não gerando, portanto, progresso para o Brasil, ou mesmo solidificando um processo de modernização na realidade brasileira.

Houve tempo em que a função ideal do Estado era defender a nação contra os ataques exteriores, e, no interior, defender os fracos contra os fortes. Destarte o Estado devia caracterizar-se pela força, vem daí a razão porque muitos não o compreendem de outra forma. Hoje, porém, o progresso moral, estreitando os laços de solidariedade humana, vai exonerando o Estado dessa função guerreiro-policial, e lhe vai impondo uma outra: de proteger indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de fraqueza e miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição.<sup>83</sup>

Defesa, força, função guerreiro-policial, progresso moral e solidariedade são outros traços que permeiam a noção de Estado construída por Bomfim. Em sua essência, o Estado teria a função de “*cuidador*”/protetor das classes e unificador da nacionalidade. Vale lembrar que Bomfim, em boa medida, analisou o processo de constituição deste Estado, concomitante à formação de seu povo. A função do Estado foi se transformando, ganhando outras feições. Fraqueza, miséria, ignorância

<sup>81</sup> BOMFIM, Manoel. Op. Cit. p.191.

<sup>82</sup> Bomfim chama a atenção para o sistema vicioso que se fazia a utilização da terra no Brasil, o qual visava lucro rápido, sem demandar esforço, sugando a força da terra e impossibilitando-a de produção num largo tempo. A educação para o trabalho, já tocado em outra parte do trabalho, poderia minimizar estes prejuízos, contribuindo para a modernização no campo. Nas palavras do autor a análise sobre a forma de utilização da terra no Brasil: “*No fim de 50 ou 60 anos de uma tal lavoura, o solo está esgotado, a terra está cansada, a ignorância não sabe como fertilizá-la, o plantio não dá mais lucros, os colonos foram-se, o fazendeiro vai-se também, deixando ao banco, onde a hipotecara, a fazenda deserta – uma tapera. Com os salvados desse naufrágio, o agricultor ainda compra terras virgens, monta uma nova fazenda, em tudo igual a primeira, e que, no fim de certo tempo, será igualmente uma tapera*”. Grifos do autor. Idem, p. 178. A tapera aqui ganha o sentido de abandono, de terra infértil, de algo que não mais se utiliza.

<sup>83</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.193.

figuram nas imagens construídas do ser brasileiro. Tanto na primeira caracterização, como na segunda, a imagem “protetora” do Estado persistia.

### 3 - Representações do Brasil na historiografia

Passado e presente se misturam, ao se analisar a trajetória da obra de Bomfim, não sendo possível dissociar a obra do contexto social no qual está inserida e as posteriores análises que foram realizadas. Ressalte-se ainda que um dos traços da obra do pensador é lidar com questões em aberto, até os dias de hoje, como o acesso à educação formal, mas, também a questão do negro no Brasil, no que diz respeito ao direito à diferença, para sua efetiva afirmação na sociedade. Entende-se que esses temas foram silenciados no período de sua maior ebulição, ou seja, no pós-abolição, em prol de um discurso de homogeneização da nacionalidade brasileira.

A partir da análise das imagens de Bomfim, por Leite<sup>84</sup>, Aguiar<sup>85</sup>, Bertonha<sup>86</sup> e outros, nota-se que houve uma inversão das construções da imagem de Bomfim, pois, na atualidade, não é o compreendido como autor esquecido no pensamento social brasileiro, mas sim como um nome que conquistou seu lugar entre os interpretes do Brasil. Para além deste fato, a paixão presente em seus escritos não o invalidou como discurso histórico passível de análise e de interpretação. Veja-se, assim, as representações históricas do Brasil, no contexto em que Bomfim estava inserido, entremeadas às posteriores representações do Brasil, elaboradas por historiadores, para que então se possa compreender sua contribuição no conjunto do pensamento social brasileiro.

A consolidação do pensamento intelectual no Brasil começou a ser sistematizado a partir do século XIX, período de formação do Estado Nação e da necessidade da criação de um novo sujeito histórico, ou seja, do cidadão para a República que florescia. O ideal republicano foi disseminado por duas correntes de pensamento no Brasil: o positivismo e o republicanismo. Os ideais de nação e cidadania se consolidaram no Brasil, principalmente, marcados pelos ideais positivistas. De acordo com Skidmore o positivismo era:

---

<sup>84</sup> LEITE, Dante Moreira. Op. Cit.

<sup>85</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. Op. Cit.

<sup>86</sup> BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim*: Um ilustre desconhecido. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1987.

Uma doutrina que afirmava que toda a asserção racionalmente justificável pode ser cientificamente verificada ou capaz de prova lógica ou matemática. Aguste Conte, o líder reconhecido do positivismo francês, havia desenvolvido um dogma que era admirado especialmente pelos oficiais mais jovens do Exército na Academia do Rio de Janeiro. Comte afirmava que o curso da história, como a natureza da realidade social, estava sujeito a leis científicas. Desse modo ele rejeitava tanto a teologia como a metafísica, defendendo no lugar destas uma “religião da humanidade. [...] O positivismo manteve uma forte, ainda que difusa, influência no Brasil do século XX, não por suas doutrinas detalhadas mas por seu estilo intelectual – sobretudo pelo apelo a abordagem “científica” para a compreensão da sociedade e da história. Era algo semelhante ao apelo que mais tarde tornaria o pensamento marxista no Brasil.<sup>87</sup>

Já o republicanismo, segunda doutrina a influenciar o Brasil:

A idéia não era nova na história brasileira, tendo inspirado revoltas regionais nas décadas de 1830 e 1840. Mas ela havia esmaecido com a consolidação do Império. Agora o republicanismo revivia quando os brasileiros mais jovens questionavam se a monarquia, com o *ethos* socioeconômico que a acompanhava, era o melhor sistema para o país.<sup>88</sup>

O republicanismo e o positivismo influenciaram, de forma direta ou indireta, os rumos da política e a escalada de oficiais militares no poder, movimento fruto da própria insatisfação de alguns segmentos militares, principalmente os oficiais mais jovens. Os momentos seguintes a 1870<sup>89</sup> foram marcantes, não somente pelo início da reordenação espacial e econômica, mas também pelas intensas transformações políticas e culturais no Império<sup>90</sup>. No âmbito político, a

<sup>87</sup> SKIDMORE, Tomas. *Uma história do Brasil*. FIKER, Raul (trad.) São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.98.

<sup>88</sup> Idem, p.98.

<sup>89</sup> O pensamento que se desenvolve neste período, de acordo com Lippi tem como seus principais representantes: Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Junior, todos influenciados por pensadores como Quinet, Taine, Renan, Spencer, Buckle. Os trabalhos desenvolvidos entre os anos de 1870 e 1914 são dominados pelo sentido de atualização, de modernização. A influência destes autores franceses chegaram no Brasil com atraso de quase vinte anos, e esta geração de “ilustrados” possuía como projeto “elevar o país ao “nível do século”, superar o “atraso cultural” e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da sociedade”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.80-81.

<sup>90</sup> Estas transformações foram intensificadas com a proclamação da República em 1889, “Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso desta metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação de hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.” SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.30. A esse respeito ver ainda, entre outros: CARONE, Edgar. *A Primeira República no Brasil (Texto e*

campanha republicana ditava novos rumos para o país. No âmbito cultural, é perceptível a preocupação com a formação de “centros do saber”, com vistas à consolidação do pensamento intelectual, que até então se encontrava difuso no meio brasileiro. Entram em cena, nesse período, cientistas e literatos, personagens que escreveram importantes páginas da história do país:

Com efeito a partir de finais dos anos 70 já podem ser encontrados certos grupos de intelectuais, crescentemente congregado nos diferentes institutos de pesquisa. No interior destes estabelecimentos, tais profissionais encontrarão não só reconhecimento social, como o ambiente necessário para o início das discussões mais independentes, de uma produção que se desvinculava, aos poucos, dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários.<sup>91</sup>

O início da organização sistemática do pensamento intelectual brasileiro, vinculado às instituições de pesquisa, foi marcado pela disputa entre os “profissionais da ciência” e os “homens das letras”<sup>92</sup>. Cada um, à sua maneira, buscou elaborar narrativas sobre a formação da Nação, embasados nos pressupostos do positivismo, do darwinismo e do spencerismo. No plano político, o liberalismo predominava, e houve a divisão dos intelectuais entre monarquistas e republicanos. O fim do século XIX e as primeiras décadas republicanas foram marcados pela intensa atividade dos intelectuais das letras, sendo figuras de expressão autores como Graça Aranha, Euclides da Cunha e Machado de Assis. Nesse contexto, e ainda voltando-se às análises de Lília Schwarcz, o debate sobre raça ganhou lugar privilegiado nos meios científico brasileiro, mas também as representações sobre a história do Brasil. Nesse período, tem-se o discurso considerado como hegemônico, impregnado das idéias raciais européias, e do evolucionismo, mas Bomfim situou-se em outra vertente, que pensou a partir dos diferentes estágios de cultura e a tentativa de estabelecer outro olhar, que não apenas o da depreciação do sujeito negro. Por isso se configura

---

*Contexto* (1889-1930). 2ª ed., São Paulo: Difel, 1969. CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras e COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9 ed., São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>91</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.36.

<sup>92</sup> Idem.

como um contradiscurso. Como já dito, Bomfim não era voz única, havia a de outros escritores como Lima Barreto<sup>93</sup> e João Querino<sup>94</sup>.

Aquele foi um período de intensos debates, que se fizeram não apenas entre os intelectuais, mas também, e principalmente, no âmbito político. Foi a partir do processo de constituição do Estado Nacional que se iniciou, ainda no período imperial, a necessidade de se construir o ser brasileiro. As décadas que precederam a chegada da família real no Brasil (1808) marcaram intensas transformações econômicas, políticas e sociais.

Como conseqüência, houve a inserção de novos hábitos e configurações sociais em solo brasileiro. Naquele momento já não eram apenas os colonizadores e índios que aqui habitavam, pois houve, posteriormente, a introdução do trabalhador escravo negro e de outros sujeitos, para suprir as necessidades da agricultura, com vistas ao mercado internacional, consolidando uma complexa realidade social, que extrapolava a relação dicotômica entre senhor/escravo. Conseqüentemente, houve também a dinamização do mercado interno. Quanto às forças políticas no processo

---

<sup>93</sup> Na vida de Lima Barreto foram vários os sentimentos e situações conflitantes: marginalidade versus pertencimento aos espaços da cidade; o trabalho na repartição pública versus o desejo do reconhecimento como grande escritor; lembranças da Monarquia versus vivência na República. É, então, um sujeito que viveu intensamente as emoções e procurou encontrar lugar no mundo, buscando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro e na literatura sua realização pessoal, caminhando pelos mais variados locais e travando relações com diversos tipos sociais. Mesmo à revelia dos intelectuais de sua época, Lima conseguiu trazer à tona o relato dos sujeitos marginais e de sua insatisfação com os rumos tomados pela República. Pensou de maneira única na identidade desses marginais, mostrando-os como seres ativos em seu cotidiano, tarefa demasiadamente difícil. Lima Barreto adotou posição de crítica frente à intelectualidade de seu tempo, que se baseava na preocupação com o branqueamento da população e assepsia dos costumes. O romancista tece críticas aos seus contemporâneos, seja pela passividade, buscando a re-ação por parte das classes oprimidas, seja para trazer a tona a realidade de infertilidade intelectual e política pela qual o país passava, evidenciando os (des)encontros e as injustiças sociais, na maioria das vezes tramadas a partir da raça e da posição social. No contexto geral de sua obra o autor construiu um sonho de moralização da República, reivindicando projetos políticos mais eficazes, que, certamente, revolucionariam as estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil. SILVEIRA, Cristiane. *O Alvorecer da República sobre o olhar interpretativo de Lima Barreto*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

<sup>94</sup> Assim, temos a questão do negro no tempo de Querino, contemporâneo de Bomfim “[...] *Era considerado indolente e incapaz de “civilizar-se”. Era o arfumento que fortalecia a tese do branqueamento, comprovada pelas cenas de violência praticada pelas forças policiais que reforçavam a imagem do negro atrasado e anti-social e incentivavam a elite para trabalhar por um Brasil mais branco./ Querino mais uma vez procurava demonstrar o oposto./ O africano desempenhou, entre nós, o papel de burro de carga, de mau tratamento. Era pau para toda a obra; no serviço doméstico, na lavoura, nas artes mecânicas, principalmente nas de construções; nas artes liberais, como auxiliar, sem brilho, é verdade, mas com esforço profícuo.*” LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino*. Entre letras e Luta. Bahia: 1851-1923, 2004, PUC, Doutorado, p.69. Temos então, um escritor que pensou o negro e suas diversas funções exercidas na sociedade de seu tempo, mas estes encontrava-se excluído, pois era alvo de intenso preconceito. Ao demonstrar sua importância também promove a ruptura com o discurso em voga.

da independência do Brasil Maria Odila Leite ao analisar o processo de emancipação política, trouxe análises iluminadoras:

A vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significaram por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino. [...] Com o tempo a dissidência doméstica tenderia a intensificar-se. O importante é integrá-la como tal no jogo de fatores e pressões da época sem confundi-la com uma luta brasileira nativista da colônia *in abstracto* contra a metrópole, o que nos levaria de volta à distorção dos mitos. A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa [...].<sup>95</sup>

A transição da monarquia para o império se deu, na análise de Maria Odila Leite, a partir da vinda da família real e a interiorização da metrópole. Tais ações implicaram, na prática, o fortalecimento da corte do Rio de Janeiro como centro político do país e a dinamização de novos centros econômicos, como São Paulo e Minas Gerais. Essas mudanças estavam atreladas aos anseios das elites, impulsionadas pela vinda da corte – que representou em realidade o grande corte entre Brasil e Portugal – e o clima de instabilidade política vivido na Europa.

Tem-se também que, no início do século XX, não havia no Brasil historiadores de formação<sup>96</sup>, mas escritores<sup>97</sup>, formado em direito ou medicina<sup>98</sup>, que

<sup>95</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.13.

<sup>96</sup> Por exemplo, Capistrano de Abreu “foi sobretudo um autodidata, um leitor apaixonado e desordenado. Foi alfabetizado no próprio sítio e depois estudou em um colégio pobre de Fortaleza – o “Ateneu Cearense”, e no Seminário. Como estudante, sempre fracassou em seus exames. [...] ele fracassara em Recife! Entre os 18 e 20 anos, as perspectivas de Capistrano não eram as melhores. [...] Ele chegou ao Rio com 21 anos. Apesar da sua resistência ao bacharelismo, chegou com uma boa bagagem intelectual: lia francês e inglês, conhecia filosofia, literatura, história e geografia.” REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. Rev. hist. n.138 São Paulo jul. 1998. Disponível em:

[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091998000100005&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091998000100005&script=sci_arttext).

Acessado em 04 de julho de 2011. Assim, temos um escritor que manuseava os documentos históricos, mas sem formação acadêmica específica.

<sup>97</sup> Neste período não havia delimitações tênues entre os campos do conhecimento. Assim, o termo escritor era utilizado fartamente. Como indica Schneider o termo escritor abarcava grande manancial de pensadores: “Um historiador como Capistrano de Abreu, um poeta como Olavo Bilac, um romancista como Machado de Assis, um crítico como Silvio Romero, todos recebiam a mesma alcunha: eram denominados escritores. Tudo parecia ser literatura e escritor era quem escrevia. A própria Academia Brasileira de Letras abrigou, desde muito cedo, não apenas romancistas e poetas abrigou, não apenas romancistas e poetas, mas historiadores, críticos e outros notáveis da República das Letras”. SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero: hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005, p.33.

<sup>98</sup> Por exemplo, Silvio Romero e Manoel Bomfim seguiram a mesma trajetória intelectual e política. Eram sergipanos, o primeiro formado em direito e o segundo em medicina, transferiram-se para o Rio de Janeiro e também se elegeram a cargos políticos, contando com um mandato de senador.

se preocupam em sistematizar os primeiros escritos sobre a história do Brasil. Vale lembrar que neste período estava em franca ascensão a cultura beletrista e bacharelesca, denominada República das Letras:

Por toda a América do Sul, o mundo intelectual é feito de bacharéis; o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. Médicos, engenheiros, juristas, críticos, financeiros, guerreiros são todos bacharéis – espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guinados às ilusões soporíficas do absoluto. O prestígio dos axiomas, dos conceitos das sentenças é incontrastável, absolutamente tirânico. É fetichismo. Diante de uma fórmula, o indivíduo para, suspende o raciocínio, quebra a resolução, desanima e, dominado pelo respeito à frase consagrada, é incapaz de reagir, de avançar para o *bonzo*, e analisá-lo, para ver o que ali existe de justo e de exato.<sup>99</sup>

Aqui encontra-se com a crítica ao espírito beletrista muito presente na tradição brasileira. Engenheiros, médicos e juristas... se dedicavam a esse ofício. Para Bomfim, reinava o espírito livresco, ou seja, sem formação, o que os dificultava a analisar o todo da realidade social. Nesse contexto as representações da história do Brasil como nação civilizada e democrática foram delineada na virada do século XIX para o século XX. A obra de Vanhargem e Capistrano de Abreu figuram entre as primeiras realizadas tendo em vista uma base documental histórica. Os escritos de Bomfim dialogam diretamente com estes:

O texto de Bomfim é uma densa revisão da historiografia brasileira. Sua obra é uma teoria do Brasil e da América Latina. Ele discute fundamentalmente duas visões do Brasil. O que ele denominou de “oficial”, “bragantina”, “difamadora do Brasil”, “antipatriótica”, “portuguesa”, e a oposta a esta, a “patriótica”, “nacional”, “revolucionária”, “brasileira”. Para ele estas duas interpretações de Brasil começaram a ser combatidas a partir de 1640.<sup>100</sup>

No entanto, antes deles já havia escritos sobre o Brasil, confeccionados por cronistas e viajantes, a exemplo de Luiz Agassiz e Richard Francis Burton, pois:

No propósito de expansão do conhecimento, da natureza e dos homens, encaixa-se a literatura de viagens, descortinadora do mundo e classificadora dos elementos que compõem a natureza. Viajantes que eram atraídos tanto pela curiosidade de conhecer e ver de perto as maravilhas e/ou o exotismo do mundo colonial descritos

<sup>99</sup> DIAS. Op. Cit. p.13.

<sup>100</sup> Reis, José Carlos. REIS, José Carlos. Esperança e frustração: a república brasileira soberana e democrática em Manoel Bomfim. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ. Op. Cit. p. 80.

por aqueles que retornavam, como pelo interesse de ampliação do conhecimento científico do mundo.<sup>101</sup>

Tal movimento de formação da história do Brasil, se fazia em um misto de análise da natureza e do social/político, estes últimos a cargo, por exemplo, de Capistrano de Abreu. Em fins do século XIX e início do XX, havia o intuito de se escrever a história marcada pela ação colonizadora de Portugal e a preocupação com as fontes escritas para a construção de seus discursos. Assim, para Rodrigues:

Como um verdadeiro historiador Capistrano era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato; ela exige imaginação que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção sentida, que viva o orgulho ou a humilhação já povoados. Ser desapassionado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram. [...] Mas o demônio da pesquisa e a graça da recriação vivem num conflito permanente. O desejo de ser exato impedia-o de produzir as pressas.<sup>102</sup>

No prefácio que abre a obra de Capistrano de Abreu, Rodrigues expressa algumas características da escrita do pensador: homem que lida com os fatos, a exatidão, sendo evidente a preocupação com a verdade. Rodrigues identifica, em Capistrano de Abreu a imaginação/emoção, mas que não perde seu caráter de verdade. Também está expressa a História como meio articulador de experiências de exaltação da nacionalidade, pois sem ela “*é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram*” para a construção do Brasil. Também no prefácio tem-se indícios de qual história seria contada e por quem:

O Centro Industrial do Brasil fora incumbido, em dezembro de 1905, pelo Dr. Lauro Müller, Ministro da Indústria, Viação e obras Públicas, “de reunir em uma obra as informações relativas a tôdas as indústrias exploradas no país, de modo a permitir que se forme a mais completa e exata idéia do que fomos e do que somos, do que fizemos e do que estamos empeendendo, de tudo, enfim que possa pôr em relêvo os extraordinários recursos naturais ou criados da nossa pátria, o progresso que ela tem feito e os esforços tentados pelos brasileiros para satisfazerem a aspiração comum de torná-la cada vez mais forte, mais rica e mais considerada no convívio das nações” (27). Com estes propósitos, o Centro Industrial do Brasil [...]

---

<sup>101</sup> RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos da História Colonial: 1500 a-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.10.

<sup>102</sup> Idem. p.10.

iniciou a redação d'O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias [...] <sup>103</sup>

Aqui está explícito o desejo de construção da história econômica do Brasil, com vistas a colocar o brasileiro como sujeito que contribuiu para o progresso econômico da nação e assim construir a história, a pedido de um ministério, colocando em evidência a ainda incipiente história da nacionalidade. Evidencia-se, no discurso, a preocupação da união para o progresso geral, colocando todos os brasileiros como participantes e recebedores das benesses econômicas conquistadas. A noção de progresso aqui colocada diz respeito ao progresso econômico, mas expressava também a necessidade de equilibrar o Brasil às outras nações. Portanto, tem-se que a preocupação de “civilizar” o país teve sua origem no processo de colonização, mas não era uma questão resolvida no alvorecer do século XX. Se, na perspectiva de Capistrano de Abreu era visível a intenção de promover a história permeada pelo viés econômico, Bomfim se abria para outros caminhos. Enverede-se agora por outros fios, mas nas trilhas de Bomfim.

Bomfim foi um intérprete singular do Brasil. Em *“America Latina: males de origem”*, sua obra inaugural, estava colocado seu objetivo central, qual fosse, buscar *“a causa verdadeira dos males que ainda embaraçam a sua organização definitiva e o seu progresso”*. No que se refere à glorificação de fatos e nomes, identifica-se que, para Bomfim, estes possuíam pouco valor. Este argumento está presente, por exemplo, quando o pensador analisa o quadro que levou à independência, demonstrando que as datas consagradas nada significaram para a realidade brasileira, pois as mudanças ocorreram antes e depois das datas consagradas pela historiografia de então:

Da América do Sul exigem o mesmo progresso, e falam insistentemente e alegam a *emancipação*, como se esta tivesse feito, em verdade, no dia em que os tratados reconheceram a separação!... A realidade é toda outra: em quase todas as nações sul-americanas a emancipação só chegaria muito mais tarde. Se fosse possível fotografar épocas, fácil seria de comprovar que os dias seguintes à independência não se distinguem, quase, dos anteriores, nem do ponto de vista político, nem econômico... São organismos aos quais os fatos impuseram uma herança má, de cura demorada e difícil, cruciante e tormentosa. <sup>104</sup>

<sup>103</sup> RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p.15.

<sup>104</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.287.

A história entendida como oficial identifica, nas leis, ruptura com a ordem até então estabelecida. Já Bomfim entende que tratados não transformavam a realidade vivida. A independência/emancipação do Brasil não se fez com os tratados, mas na luta cotidiana de muitos brasileiros. A emancipação dos países latinos não se deu após o que se estabeleceu no papel, pois não conseguiram potencializar transformações políticas e econômicas significativas:

O ânimo de 1817 reapareceu em 1824, 1831, 1837 e 1848. Os historiadores oficiais, os da Corte, os de Minas e São Paulo, procuram reduzir o alcance de tais movimentos nacionalistas e republicanos do Nordeste a motins desordeiros.<sup>105</sup>

Bomfim identificou outros marcos para a história brasileira que se distanciou do pensamento positivista. Revelou uma realidade em constante transformação, construindo outra historicidade do Brasil, esta que se fazia a partir, por exemplo, da história dos escravos, da denúncia do cotidiano por eles vividos, do parasitismo exploratório que impedia o caminhar rumo ao progresso social, mostrando as várias facetas da sociedade brasileira, realidades e discursos que se misturaram, colocando o país no rol das nações civilizadas e progressistas.

#### **4. Manoel Bomfim na história e no pensamento intelectual brasileiro**

O final da década de 1970 e o início de 1980 foi momento marcante na história brasileira, à qual coube, não apenas trazer “novos personagens” para a cena principal, conforme lembra Emir Sader, mas também proporcionar intensa transformação no meio intelectual brasileiro. Vale lembrar que o país, naquele momento, passava por um processo de redemocratização política depois dos longos anos de ditadura, iniciada em 1964, com o Golpe Militar. A década de 1980 foi marcada, não apenas pela efervescência de vários movimentos sociais, como também pela re-orientação, em âmbito acadêmico, especialmente da pesquisa em História no Brasil.

No âmbito social, a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização do país, depois de longo período de repressão política, houve a mobilização das “maiorias silenciadas” – negros, mulheres, homossexuais – em prol

---

<sup>105</sup> REIS, José Carlos. Op. Cit. p.86.

da efetiva inserção na sociedade brasileira. A ascensão do movimento social organizado colocou em pauta de discussão vários tabus, entre eles, um dos mais polêmicos, o preconceito racial, rompendo com o silêncio imposto, desde a abolição do trabalho escravo e a instauração da República, que construiu imaginário de igualdade social. Tal realidade estava presente no cotidiano das mulheres e dos homossexuais.

No que diz respeito à historiografia, tem-se que novas perguntas emergem no cenário intelectual, antes impossíveis de serem realizadas, como avaliado na introdução deste trabalho. Em solo brasileiro, essas questões abrangeram as interpretações sobre o Brasil, o ser brasileiro, a mulher, o negro, enfim, os grupos sociais de modo geral. Nesse contexto, a história brasileira foi (re)pensada, à luz de novos temas e objetos, tendo como principais referências a historiografia inglesa e francesa, o que possibilitou outros olhares, trazendo à tona novas e intrigantes tramas das relações sociais, políticas e econômicas, em terras brasileiras. Diante destas transformações ocorridas em nível acadêmico e social os escritos de Manoel Bomfim foram alvo de crescente interesse e trilharam interessante trajetória de re-afirmação intelectual, que é possível compreender, a partir dos estudos realizados sobre o pensador.

A palavra escrita cristaliza ao longo da história do Brasil – e do mundo ocidental – multiplicidades de imagens sobre o país, o ser brasileiro, o negro, a mulher, mas também sobre os homens que construíram esses discursos, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Capistrano de Abreu e vários outros<sup>106</sup>. Desde o lançamento de “América Latina: Males de Origem até os dias atuais a obra de Bomfim foi alvo de várias críticas e debates.

Neste percurso identifica-se algumas interpretações comuns sobre Bomfim, entre elas a mais forte, a de “*pensador esquecido*” – como assinala o emblemático título de sua biografia escrita por Ronaldo Conde Aguiar<sup>107</sup> “Rebelde Esquecido”. Tem-se também, por exemplo, o estudo de Aluizio Alves Filho, “*Pensamento político no Brasil/ Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*”<sup>108</sup>. Imagens de Bomfim como homem das letras “marginal”, “não polêmico”, sendo que a “paixão” presentes em seus escritos, poderia invalidá-lo como escritos científicos”

---

<sup>106</sup> A esse respeito ver: REIS, José Carlos Reis. *As identidades do Brasil*:

<sup>107</sup> A obra foi publicada no ano de 2000, pela editora Topbooks.

<sup>108</sup> ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

foram construídas. A partir dos anos de 1990 outras imagens foram se construindo e estas o colocaram como intelectual estratégico/fecundo no pensamento social brasileiro.

São trazidas ao debate algumas das análises/imagens construídas sobre Bomfim em trabalhos de pós-graduação e outros. Este foi um duplo movimento, pois, à medida em que trazem as imagens construídas por esses pesquisadores, intenta-se construir seu lugar/imagem na contemporaneidade, que se distancia da anterior, como singular intérprete do Brasil, que se distancia da imagem de pensador esquecido.

Inicia-se com a imagem de pensador esquecido. No pensamento social brasileiro como a construída por estudiosos como Aguiar, Ivone Bertonha, Roberto Ventura e Flora Sussenkind, Tomas Skidmore, Dante Moreira Leite, Roberta Contijo, entre outros, muitos destes pertencentes a diferentes períodos históricos. Dante Moreira Leite<sup>109</sup> ao analisar a obra de Manoel Bomfim, construiu alguns traços que marcaram a imagem do autor, ao longo da história do pensamento social brasileiro. Leite explica o esquecimento de Bomfim como fruto do fato de encontrar-se além de seu tempo, aliado ao seu contra-discurso. Nas palavras do autor: *“Mas a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato de Manoel Bomfim estar adiantando em relação ao seu tempo, ou do fato de ser capaz de propor uma perspectiva para a qual esses intelectuais não estavam preparados.”*<sup>110</sup> Para Leite, o pensador sergipano buscou conciliar *“nacionalismo e socialismo”*. Em seu tempo, este movimento era considerado como uma *“heresia política e teórica”*.

As análises de Leite foram construídas no final da década de 1950 tendo como intento compreender as influências e as contradições dos autores privilegiados para sua análise. Leite buscou compreender, a partir de uma primorosa análise do panorama intelectual brasileiro, o caráter nacional brasileiro. Para o autor, as ideologias constituintes do caráter nacional são múltiplas e revelam as diferentes maneiras dos intelectuais verem o Brasil e as características psicológicas do povo brasileiro. Leite não se preocupou com a vinculação das ideologias com a realidade política e econômica de cada época, mas com uma análise objetiva das ideologias, mesmo porque nem sempre foram possíveis ligações significativas entre as ideologias e a situação de determinado momento.

---

<sup>109</sup> LEITE. Op. Cit.

<sup>110</sup> Idem, p.251.

Em seu tempo, Dante Moreira Leite conseguiu oferecer uma interpretação sobre Bomfim e ainda se colocou como referência para o estudo do pensador. No entanto, atualmente conseguem-se conectar outros elementos às análises sobre o pensador. Bomfim, tal como qualquer outro homem, estava inserido em seu tempo, sendo suas análises frutos das relações estabelecidas e das possibilidades que fazem parte de sua realidade cotidiana. Bomfim foi, antes de tudo, um arguto pensador, que esteve em contato, em suas viagens<sup>111</sup> com o que havia de mais atual no pensamento europeu e, diferentemente de outros autores brasileiro, como por exemplo, Silvio Romero<sup>112</sup>, construiu crítica feroz ao pensamento racista em voga no Brasil de seu tempo, rompendo preconceitos<sup>113</sup>, mas não por estar à frente de seu tempo, mas por ter entrado em contato com outros pensamentos que ainda não se faziam presentes em solo brasileiro.

A partir do diálogo entre Bomfim e esses teóricos, identifica-se outra perspectiva de análise sobre o negro, em que é possível vislumbrar a transição entre o olhar negativo sobre o ser negro – pois ainda estava presente a noção, por exemplo, de classe superior e o realce sobre as aptidões do negro, ou seja, uma análise que foge da idéia de incapacidade inata do negro. No entanto, não se encontrava livre de preconceitos. Há, uma tensão entre o antigo – que significava a depreciação do negro – e o novo, a perspectiva que intenta romper com este preconceito. Bomfim ao pactuar com esses mesmos argumentos, se posiciona de forma diferenciada frente aos seus contemporâneos, pois esses pensamentos, o diálogo com Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages, no tempo de Bomfim, ainda não eram difundidos/conhecidos no Brasil. Em Bomfim tem-se um homem que soube ler seu tempo e as novas experiências que estavam em jogo. Vale ressaltar que foi portador de contato com o pensamento de Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages, que se configurava na Europa, que refutava o racismo científico:

---

<sup>111</sup> Na viagem realizada em 1903 Bomfim estagiou no laboratório de Alfred Binet. AGUIAR, Op. Cit. p.301.

<sup>112</sup> *“Na sua crítica ao racismo científico, Bomfim entrava em choque direto com um dos intelectuais mais admirados por Silvio Romero, Gustave Le Bon – que acusava os latino-americanos de serem “degenerados” [...] para o brasileiro, seu pensamento racista não procede, uma vez que há elementos “decaídos” em todas as sociedades – não somente nas latino-americanas”.* BECHELLI, Ricardo Siqueira. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzales Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX).* Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2002, p.103.

<sup>113</sup> As teorias raciais legitimaram a situação de exploração da escravidão negra e o projeto de branqueamento da sociedade brasileira no período pós-abolição.

Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages afirmam “que os mestiços são pelo menos iguais em inteligência aos seus progenitores de raça superior”. Este último - Quatrefages refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde não existindo preconceito de cor, os mestiços tem podido desenvolver as suas aptidões e tem mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mãe.”<sup>114</sup>

O dialogo de Bomfim com esses autores se faz, a partir da compreensão da contribuição deles para o entendimento do negro, sob outra perspectiva que não a da depreciação do negro. Mas, se por um lado avança, pois rompe com a depreciação, por outro, o pensador concorda com a análise da realidade, na qual era inexistente o preconceito de cor. Nesse momento, ao concordar com esta afirmativa, Bomfim termina por limitar suas análises.

Bomfim também foi leitor de Machado de Assis, Gothe e outros, formando um olhar sensível sobre os problemas brasileiros, suas origens, enfim, sua configuração social e política e, em certa medida, fugindo dos parâmetros positivistas de análise da realidade social que se faziam a partir de documentos escritos. Por conseguinte, Bomfim foi reflexo de um tempo de transformação, no qual o antigo e o moderno, no que diz respeito ao campo intelectual, se misturavam. Bechelli traz iluminadora reflexão sobre a posição intelectual de Bomfim:

Se por um lado Bomfim estava vinculado à Modernidade: via na análise histórica a principal fonte para o entendimento das causas dos problemas sociais e justificava este pensamento, responsabilizando o ser humano, enquanto ser social, pelas causas das injustiças e diferenças sociais, eliminando assim, o peso da Biologia e das diferenças de comportamento resultantes das raças humanas ou da mestiçagem. É possível pensar em Bomfim como um representante de uma transição entre o naturalismo e o Moderno.<sup>115</sup>

Assim, concorda-se com Bechelli, quando identifica uma constante tensão na obra de Bomfim, pois se encontrava em um momento de transformações do “pensar” sobre as teorias raciais. Bomfim promove o dialogar com elas, concomitantemente ao fato de inovar o olhar sobre o negro. Intelectual esquecido, homem além de seu tempo e apaixonado, pontos e nós que marcaram os traçados de Bomfim, como demonstra Dante Moreira Leite:

<sup>114</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*: Males de origem, p.264.

<sup>115</sup> BECHELLI. Op. Cit. p.75.

Espírito apaixonado – e por isso freqüentemente parcial e incapaz de colocar-se na perspectiva histórica para julgar homens e acontecimentos do passado – Manoel Bomfim freqüentemente deixa de dar ênfase à tese fundamental, ao apresentá-la de maneira sentimental e não objetiva.<sup>116</sup>

Dante Moreira Leite argumentou que sentimentos e paixão se misturavam e, em certa medida, diminuiu a capacidade de Bomfim para a análise do social. Paixão que o faz perder a perspectiva histórica dos acontecimentos que se propõe analisar. Assim, tem-se que para Dante Moreira Leite, apesar do pensador conter traços inovadores, perdeu-se em meio às armadilhas em que o olhar apaixonado o aprisionou. Assim, a paixão, ao misturar-se com a ciência, fez Bomfim perder os “fios da história”, “desvirtuando-a”.

Não foi apenas em Leite que se encontra a imagem de intelectual esquecido no pensamento social brasileiro. Para Tomas Skidmore, o “esquecimento” de Bomfim, justificou-se, na medida em que realizou a transposição exata da teoria biológica para a realidade social, fragilizando sua capacidade de análise da realidade social<sup>117</sup>. Essa mesma questão também foi analisada por Ventura e Flora, que a vêem por outro ângulo, ampliando o olhar sobre os escritos do pensador:

Sua crítica às analogias estreitas e às metáforas biológicas dos darwinistas sociais ocasiona um emprego explicitamente metafórico das categorias biológicas dando conta do social. É da crítica à transposição e do concomitante emprego de metáforas biológicas que desponta a diferença de Bomfim no que se refere à linguagem científica anterior à constituição de uma sociologia sistemática e àquela que a sucedeu. Daí a ambigüidade inerente às suas formulações.<sup>118</sup>

No entanto, entende-se que as analogias e metáforas até então era entendidas como ponto negativo em seus argumentos, adquirem outro significado, mesmo porque Bomfim chamava a atenção para a diferença entre o biológico e social, demonstrando que não realizou simples transposição de conceitos. Com isso,

<sup>116</sup> LEITE. Op. Cit. p. 251.

<sup>117</sup> No entanto, outra interessante posição é a de Bechelli, ao afirmar que: “Bomfim estabeleceu uma diferença marcante entre o parasitismo biológico e social: enquanto no biológico se verifica uma dependência completa do parasita ao parasitado, no parasitismo social, observa-se o oposto; ele podia ser eliminado através de uma mudança – no caso, Bomfim apontava a Educação, que serviria como um impulso para as transformações sociais.” BECHELLI, p.75.

<sup>118</sup> SUSSENKIND, VENTURA. Op. Cit. p.24.

invalidava a possibilidade de interpretação, que se encerrava em mera metáfora, impossibilitando a análise do todo social:

Como organismos vivos, as sociedades dependem, não só do meio, não só das condições do lugar, mas também das condições do tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como seus antecedentes. Uma nacionalidade é produto de uma evolução; seu estado presente é forçosamente resultante de ação de seu passado, combinada à ação do meio. É mister estudá-la “no tempo e no espaço”; a linguagem é um pouco pretensiosa e rebatativa, mas exata. Isto mesmo se sucede com os organismos biológicos: se, num espaço, num meio muitas vezes restrito, único e igual, encontramos organismos de uma diversidade infinita, é porque eles não dependem só do meio atual, mas também das condições de formas anteriores, que a hereditariedade conserva – representa uma herança adaptada.<sup>119</sup>

Torna-se indispensável chamar para diálogo a posição de Aguiar sobre Bomfim ser homem além de seu tempo:

A idéia que Bomfim estava à frente de sua época é ambígua e extravagante: afinal sob todos os aspectos, a máquina do tempo é uma impossibilidade científica. Nem mesmo clássicos como Durkheim, Weber e Marx, cujas obras deram sustentação científica à sociologia, se situaram adiante da época em que viveram, viveram o mundo e refletiram sobre ele.<sup>120</sup>

A partir destes autores, identifica-se algumas imagens de Bomfim. No entanto, aqui se defende a proposição de que essas visões não mais se sustentam na atualidade, pois o número expressivo de trabalhos sobre o escritor o colocam em outra perspectiva, que não a do esquecimento ou a do homem além de seu tempo.

Na impossibilidade de uma máquina do tempo e na tentativa de entender o próprio tempo de Bomfim, reforça-se o intento de colocá-lo em diálogo constante em como o seu tempo e não fora dele, fruto de suas experiências no Brasil, suas viagens pela Europa, das possibilidades que se vislumbravam no horizonte das primeiras décadas republicanas. Entende-se Bomfim, não como homem além de seu tempo, mas fincado nele, carregando consigo pensamentos inovadores, e também contradições e sonhos, buscando responder aos conflitos então existentes:

<sup>119</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.52.

<sup>120</sup> Idem, p.131-132.

Esta descrição, em que Oliveira Martins, encantado, resume a exploração agrícola da colônia, é exata e completa. Falta-lhe dizer que era o escravo que fazia tudo – a moenda e senzala. Havia escravos carpinteiros, ferreiros e pedreiros, alfaiates, sapateiros ... escravos tecendo fiando, plantando; era o escravo quem construía o carro de bois, o monjolo, o moinho, a canga, o selote, a cangalha, a peneira e o pilão de do mineiro ... O senhor embolsava; gastava consigo mesmo, apenas. Por isso o *senhor* não sabia o preço do trabalho (fazendas havia onde nem se alimentavam o escravos: dava-lhes o sábado, para com o trabalho desse dia alimentarem-se, vestirem-se) [...] Grifos do autor<sup>121</sup>

Identifica-se na narrativa de Bomfim o diálogo com Oliveira Martins. No entanto, Bomfim ultrapassa as visões de Martins, ao caracterizar as funções exercidas pelo escravo e o seu lugar na sociedade, que foi além do entendido por Martins. Assim, estabelece o diálogo, mas também chega a conclusões não usuais, especificamente no que dizia respeito ao negro e seu lugar na sociedade. O rompimento nos escritos de Bomfim advém desse constante diálogo entre os pensadores como Martins, Capistrano de Abreu, Frei Oliveira Vicente Viana<sup>122</sup> e, que se faz em um movimento de constante tensão, pois, ao mesmo em que tempo em que dialoga com os pensadores, rompe com eles, no que diz respeito ao olhar sobre o negro como ser inferior e identifica a educação como instrumento de transformação social, em um momento em que a educação era privilégio das elites. Vale lembrar que os três primeiros sofreram forte influência do pensamento positivista, ligado a Augusto Comte. No entanto, é com Frei Vicente que Bomfim se identifica, pois, em sua perspectiva, os outros eram os deturpadores da história brasileira.

Roberto Ventura e Flora Sussenkind<sup>123</sup>, em *“História e dependência”, fruto do ensaio “Uma teoria biológica da mais valia?”*<sup>124</sup>, traz reflexões que foram e são

<sup>121</sup> AGUIAR, Op. Cit. p.33.

<sup>122</sup> Para Bechelli: “No que concerne a Oliveira Viana, autor de obras como *Raça e Assimilação* e as *Populações meridionais do Brasil*, as críticas de Bomfim eram também agressivas: desprezava o pensamento racista de Viana, principalmente suas idéias de “degeneração”; assim de forma bastante enfática afirma que: “todos esses preconceitos de **Inferioridades raciais** se encontravam no Sr. Oliveira Viana, sob a responsabilidade do governo no Brasil”. BECHELLI, Ricardo Sequeira. Nacionalismo e antirracismo em Manoel Bomfim. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.170. Assim, identifica-se a influência das teorias raciais no pensamento de Viana, que foi foco do diálogo de Bomfim.

<sup>123</sup> SUSSEKIND, Flora, VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bomfim*. Coleção contemporânea coordenada por MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

referências importantes para a análise da obra de Bomfim. Na introdução, os autores comentam sobre o crescente interesse que a obra do pensador despertava. “Como se o texto “*estranho*” de Bomfim tivesse se revestido de súbita atualidade no contexto brasileiro de hoje”<sup>125</sup>. Esta afirmativa foi escrita em 1981, mas hoje, passadas mais de duas décadas, a afirmativa continua ainda mais válida e atual, tendo em vista as análises realizadas sobre Bomfim, que o colocam como singular interprete do Brasil.

Outro estudo expressivo foi o realizado por Antonio Candido, no artigo intitulado Radicalismos<sup>126</sup>. Antonio Candido define Bomfim como pensador radical, em uma tradição conservadora:

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, um conjunto de idéias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. Este conjunto é devido a alguns autores isolados que não se integram em sistemas, pois aqui nunca floresceu em escala apreciável um corpo próprio de doutrina politicamente avançada [...] De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador.<sup>127</sup>

O “radicalismo” em Bomfim é uma questão interessante a se refletir. Na explicação de Candido, entende-se seu lado inovador, mas, em conjunto de idéias conservadoras, entende-se o quanto o pensamento de Bomfim estava amarrado ao seu tempo e à sua classe. Há um rompimento, mas não um rompimento de chamada para a ação revolucionária, em perspectiva de abrangência nacional. Há a “intenção” de romper com o sistema, ao mesmo tempo em que coloca o Estado e a classe dirigente como responsáveis diretos pelas mudanças necessárias para o progresso do país. Assim, são perceptíveis os movimentos de análise inovadora e o pactuar com o seu tempo, no que dizia respeito ao olhar sobre o negro e o romper com este olhar, ao inaugurar novo argumento sobre o negro. Voltando às análises de Candido, também procura as “causas” do esquecimento do pensador. “*Manoel Bomfim não atrai o leitor, porque é prolixo, redundante, abusa das transcrições e generaliza demais. Mas o certo é que se tudo isso explica, certamente não justifica a*

---

<sup>124</sup> Este livro é também uma coletânea dos escritos do pensador, uma vez que traz na íntegra escritos, que no geral, contemplam os temas analisados por Bomfim, tais como: história e historiografia, raça e miscigenação, parasitismo, Estado, educação e revolução.

<sup>125</sup> Idem, p.3.

<sup>126</sup> CANDIDO. Op. Cit.

<sup>127</sup> Idem, p.4.

*importância que lhe foi dada, pois o seu livro de 1905 é dos mais notáveis que o pensamento social produziu no Brasil*<sup>128</sup>.

Ivone Bertonha<sup>129</sup>, em trabalho datado de 1987, buscou compreender o quadro conceitual de Bomfim, utilizando-se principalmente dos estudos de Sussenkid e Ventura. De acordo com Ivone, poucos foram os estudos sobre a obra de Bomfim, figurando os nomes de Silvio Romero, Flora Sussenkid e Roberto Ventura. A autora analisa o ostracismo da obra de Bomfim, como fruto do posicionamento “como um autor combativo, crítico e polêmico”<sup>130</sup>. Preocupa-se em discorrer sobre obra de Bomfim a partir do ponto de vista historiográfico, enfatizando a forma de construção da história do Brasil, ou seja, sua argumentação e o diálogo com Varnhagem, Oliveira Martins, Oliveira Viana e Euclides da Cunha. O primeiro se distingue destes por “*não “glorificar” os fatos oficializados na “formação nacional”*”<sup>131</sup>. Bomfim identificou as narrativas construídas sobre o Brasil e a não parcialidade da ciência, uma vez que muitos buscavam apenas enaltecer fatos, “*escamoteando o real significado dos fatos históricos*”. Enfim, a autora defende, como ponto forte do autor, a postura crítica e a tentativa de ruptura com os ideais racistas de seu tempo. Nesse ponto, também fundam-se nossas análises, pois defende-se a idéia de que Bomfim, ao romper com o pensamento racial de seu tempo, possibilita a discussão do lugar do negro no processo de formação da sociedade brasileira, que não se limitou à senzala, mas se fez a partir das várias atividades assumidas pelo negro, como já enfatizado em páginas anteriores.

Bertonha, tal como outros pesquisadores, coloca em relevo a atualidade da obra de Bomfim, pois seus escritos falam de um Brasil real, no qual, alguns dos aspectos apontados continuam na pauta do dia. Ao longo do trabalho, Ivone busca problematizar os conceitos básicos utilizados por Bomfim, como o parasitismo, e, guiada por Sussenkid e Ventura, pensa-o não como simples transposição do termo biológico para as ciências humanas, mas como conceito de análise das experiências vivenciadas no Brasil e sua relação com Portugal:

Manoel Bomfim mostra que no processo histórico de Portugal houve uma permanência dos fatores do “parasitismo” e entende que esta

---

<sup>128</sup> CANDIDO. Op. Cit. p.10.

<sup>129</sup> BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 1987.

<sup>130</sup> Idem, p.25.

<sup>131</sup> Idem, p.11.

forma de extorquir trabalho alheio é responsável pela forma “parasitária” que se reproduz também em outras instâncias da sociedade.<sup>132</sup>

O pensador sergipano construiu uma imagem do Brasil, que não a de apenas fatos históricos isolados da realidade brasileira, na qual a brutalidade do trabalho escravo é silenciada, em nome da glorificação das ações dos colonizadores portugueses. Outros são os conceitos discutidos por Ivone, tais como o progresso e o racismo, ao longo do trabalho, (des)construindo o olhar arguto de Bomfim na escrita da história brasileira.

Kátia Gerab Baggio, em 1998, defendeu tese de doutorado intitulada “*A “outra” América: A América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*”, objetivando, como o título sugere, analisar as interpretações sobre a América Latina, construídas por intelectuais brasileiros, pensando a relação Brasil-América Latina. Para isso, analisam-se autores como Eduardo Prado, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, entre outros. Deter-nos-emos apenas em suas análises sobre Manoel Bomfim.

Para a autora Bomfim escreveu uma obra muito diversificada; no entanto, Baggio privilegiou, em suas análises, as obras referentes à história do Brasil. Assim, identifica como Bomfim dedicou-se a pensar a realidade dos países hispânicos e do Brasil frente ao continente americano. Chama-nos a atenção para as análises de Bomfim sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, a necessidade de o Brasil lutar contra o imperialismo norte-americano e a visão negativa sobre os países latinos na Europa. Se essa visão negativa persistisse, a América Latina estaria fadada ao fracasso. No entanto, a luta entre latino-americano e europeu deveria ser árdua, sendo que os primeiros deveriam lutar com todas as forças e por todos os meios. Mesmo percebendo que os Estados Unidos foram os responsáveis por frear a dominação europeia com a Doutrina Monroe, identificava nela outro perigo, pois “*tinha consciência do risco do monroísmo para a soberania dos países latino-americanos*”<sup>133</sup>.

Ricardo Sequeira Bechelli, ao analisar a obra de Bomfim, no Brasil, e Manuel Gonzales Prada, no Peru, traz interessantes indícios de como, no alvorecer

---

<sup>132</sup> BERTONHA, Ivone. Op. Cit. p.54.

<sup>133</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. *A “Outra” América: A América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1998, p.103.

do século XXI, a obra de Bomfim vem sendo tratada. A preocupação de Bechelli centrou-se na questão do nacionalismo e do racismo. Ao afirmar que *“É possível pensar em Bomfim como um representante de uma transição entre o Naturalismo e o Moderno”*, possibilita pensá-lo como um divisor de águas, no qual o pensamento antigo e o moderno se chocam e formam nova visão sobre o Brasil e o ser brasileiro. Isto explica, a partir de outra perspectiva, os escritos de Bomfim. Esta pesquisa indica outro parâmetro de análise e de entendimento do lugar de Bomfim, no pensamento social brasileiro, pois não centrou-se no esquecimento da obra do pensador.

O intento, é a análise de “América Latina: Males de origem” e não de sua obra como um todo. A intenção de trazer para o debate as análises de autores como Leite, Kátia Baggio, Ricardo Sequeira Bechelli, Ivone Bertonha e Antonio Candido foi para a compreensão da linha de interpretação sobre a obra de Bomfim, que figurou até finais dos anos de 1990. Nessa, a figura do pensador atrelou-se à do homem “além de seu tempo” ou à do “pensador esquecido”. Nas análises, muitos dos temas da obra de Bomfim foram estudados, como a questão do parasitismo, do nacionalismo, do racismo e da escrita da história do Brasil, entre outros. No entanto, na atualidade vislumbram-se outras análises que proporcionam subsídios para se compreender Bomfim, como singular interprete da história do Brasil, pensando-a a partir de outro lugar para o negro. Ao denunciar as atrocidades da escravidão e ao identificar as posições assumidas pelo negro, o pensador constrói, em seu escritos, outra visão, que não apenas a da depreciação, mas a da contribuição do negro na moderna sociedade brasileira. Assim, as análises dos autores, abordadas ao longo deste capítulo, possibilitaram outra compreensão sobre os escritos de Bomfim, na qual a discussão sobre as ideias raciais presentes em sua obra, e que será discutida nos próximos capítulos, e faz caminhar para outras interpretações.

Assim, tem-se que, se até a década de 1980, estudiosos como Ivone Bertonha, Sussenkid e Ventura, entre outros, ressaltavam o esquecimento de Bomfim, a mesma argumentação perde sua solidez, no alvorecer do século XXI. É perceptível, na historiografia brasileira, um movimento de busca de novos intérpretes do Brasil, que não apenas Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freire. Nessa linha, situa-se o olhar sobre Bomfim, ou seja, defende-se a imagem de Bomfim como intérprete do Brasil.

Colocar o pensador como interprete é muito mais um ponto interrogador do que uma questão já fechada, haja vista que não era essa sua intenção. No entanto, reconhece-se a possibilidade de se pensar o negro e a história brasileira a partir do olhar do sergipano. Tem-se assim que se faz em presentes, nas análises sobre a obra de Bomfim, o esquecimento, a genialidade e o interprete do Brasil. Imagens que se cruzam, para construir um lugar para Bomfim, no conjunto do pensamento social brasileiro. Genialidade que diz respeito às suas interpretações ainda atuais, quando analisa a receita do país e a escassez de recursos para o bem público:

Ainda hoje, ele só existe, aqui, para cobrar impostos, coagir as populações, organizar as forças armadas que o defendam e representam seu poder... Há uns tantos serviços públicos deficientes; mas estes mesmos se oferecem, geralmente, aspectos de serviço do Estado em particular [...] A receita é, quase toda, consumida por estas quatro rubricas – dívida pública, máquina governamental, força pública, repartições fiscais. Se ao menos esta dívida pública representasse empréstimos contraídos para a realização de obras e interesse coletivo, melhoramentos, etc... Mas não; ela compreende empréstimos que foram devorados pelo Estado como renda ordinária.<sup>134</sup>

A análise foi realizada no alvorecer do século XX, no entanto, a situação brasileira muito pouco se modificou, pois o Estado ainda investe pouco recurso em setores ligados ao bem mais geral, como saúde e educação pública. Aqui se depara com um crítico de seu momento, seu pensamento ainda é atual, por isso atribuí-se ao pensador o adjetivo de genial, pois suas análises conseguiram romper as barreiras de seu momento e ainda conseguem responder à realidade brasileira.

Após os anos de 1930, houve um esforço sistemático na academia para formular interpretações sobre o Brasil, seus possíveis rumos e a identidade nacional. Para Bresciani, no Brasil, foi criado um *fundo-comum* de análise, no qual vários autores comungam das mesmas concepções sobre a formação da nação e da identidade brasileira, voltando-se para explicações que se fazem, a partir do mito de origem, ou seja, o do descobrimento e da maneira pela qual se deu a colonização no Brasil. Nesse sentido, a nação e o brasileiro ainda não estavam prontos, mas em construção, análise que coloca o país nem um eterno formar-se, que parece não possuir fim, o que serve como explicação do passado e do presente de atraso social

---

<sup>134</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.194-195.

e econômico. A autora chama a atenção para as construções da identidade nacional, que estão colocadas em outros “*fundos*”, que não apenas os já explicitados na historiografia atual, pois, como afirma Bresciani, esses já estão carregados de pré-conceitos, e à espera de um fazer-se, que não encontram um *final feliz*.

Brescianni afirma, em seu trabalho, que *procura o Brasil real*, e, a partir da revisão da obra de vários autores – Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda – formula caminhos para uma singular interpretação do Brasil. A perspectiva de análise da autora instiga à reflexão sobre outros caminhos de interpretação, sobre a questão da identidade nacional. Para Brescianni, no Brasil, as idéias são avançadas, para relações sociais atrasadas, pois não houve a formação de fato e de direito da cidadania.

Voltando aos questionamentos de Brescianni, todos os intelectuais consagrados como interpretes do Brasil alimentaram projetos políticos diversificados. As reflexões elaboradas pela autora instigam a busca pelo rompimento com a hierarquia de nomes “cristalizados” na historiografia brasileira. No rastro por outros olhares para uma escrita da história do Brasil, o que está em jogo não é apenas o valor de cada obra, em seu momento, e suas contribuições para o entendimento das relações sociais, políticas e econômicas, mas sim a abertura para outras interpretações do Brasil e do ser brasileiro que não se restringem às análises anteriormente abordadas.

Nessa perspectiva, Bresciani analisa a obra de Oliveira Vianna, resgatando-o como interprete do Brasil, rompendo com a tríade criada, involuntariamente, por Antônio Candido, em seu prefácio para o livro “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, ao mesmo tempo em que realiza análise detalhada sobre os mesmos autores. Principalmente, no que diz respeito à obra de Sérgio Buarque, Brescianni estabelece o diálogo entre eles, respeitando o lugar de onde falam, mas ressalta os perigos e a armadilha de engessá-los como únicos intérpretes do Brasil. Seu objetivo é, então, desmistificar marcos construídos sobre o que dizia respeito aos grandes intérpretes do Brasil.

Era “*lugar comum*”, a imagem de Bomfim como “*homem além de seu tempo*” ou “*esquecido na história*”. No entanto, são identificados, em recentes análises, outros traçados que nos ajudam a sustentar a imagem de Bomfim como fecundo intérprete da história brasileira. Em “Introdução ao Brasil”, Roberto Ventura analisa “A América Latina: Males de Origem” abrindo seu artigo apresentando seu

rompimento com as ideias de seu tempo e o pensamento lúcido, ao abordar temas como o imperialismo norte-americano, recuperando argumentos já utilizados em outros trabalhos, como a questão da mais-valia de Karl Marx e o parasitismo. Em um primeiro momento o caracteriza como ensaísta, não como historiador, mas depois o identifica como *“um dos mais originais pensadores brasileiros”*<sup>135</sup>, que antecipou posições adotadas por Gilberto Freire<sup>136</sup>. Bomfim *“Alinha-se entre os intérpretes da sociedade brasileira e latina americana que parte da herança colonial e ibérica e que empregam um método genético de investigação, para explicar os males do presente à luz da história”*<sup>137</sup>.

Na coletânea “Um enigma chamado Brasil” André Botelho argumenta que a linguagem naturalista utilizada por Bomfim rompeu com *“as tradicionais idealizações da sociedade brasileira, “A América Latina: Males de origem” delineou esforço notável de ruptura com os paradigmas sociodeterministas que informavam tal linguagem”*<sup>138</sup>. O pesquisador buscou a relação de Manuel Bomfim com a educação. Desse modo, construiu interessante olhar:

Minha hipótese, nesse sentido, é que a defesa da educação tomando como premissa a idéia de que os sistemas educacionais moldariam as sociedades, implicava a própria recusa da assimilação do social pelo biológico como categorias homólogas, exigindo a explicação dos fenômenos sociais em termos de contingência antes da essência, ou em termos históricos-sociológicos e não biológicos.<sup>139</sup>

Tal olhar amplia o entendimento sobre os escritos de Bomfim, como também a mistura entre paixão e ciência, e nos faz compreender que sua obra não foi produto apenas da transposição de conceitos biológicos, mas buscou novos parâmetros de interpretação, o que nos possibilita pensar em novos traçados percorridos pelo pensador. Se há traços inovadores em Bomfim, também, o seu contrário foi verificado. O pensador, ao se propor a fazer uma nova história da nação, busca no passado colonial e na própria formação da nação portuguesa a explicação para a formação/atraso da história brasileira, traço comum no pensamento social brasileiro. Em sua argumentação, Bomfim, caracteriza o que seriam o espanhol e o português, lembrando, em certa medida, as análises

<sup>135</sup> VENTURA. Op. Cit. p. 239.

<sup>136</sup> Idem, p.240.

<sup>137</sup> Idem, p. 242.

<sup>138</sup> BOTELHO. Op. Cit. p.121.

<sup>139</sup> Idem, p.123.

posteriores de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Analisa, também, como o caráter do português e do espanhol, enfim, dos colonizadores, influenciaram a formação do caráter nacional dos países latinos. Assim, se por um lado, Bomfim analisa os processos de decadência das nações ibéricas, por outro exalta as virtudes pioneiras dos colonizadores portugueses e da pré-disposição para o desenvolvimento de novas tradições nacionais. Caracteriza o povo brasileiro como bom e ordeiro, e reafirma o parasitismo social, ou seja, a exploração das classes dominantes, como entrave ao progresso da sociedade brasileira.

Outra imagem que interessa analisar é a de Bomfim como “*marginal*” na sociedade em que viveu. Bomfim não foi um polemista, não se integrou a grupos de intelectuais de “renome”, ou, em outras palavras, não gozava de prestígio por parte dos intelectuais de seu tempo. A expressão “marginal” quando se refere à Bomfim ganha, conotação diversa, tendo em vista sua intensa atuação na sociedade em que vivia<sup>140</sup>. No entanto, conquistou cargos estratégicos no meio educacional, o que lhe proporcionou instrumentos de participação ativa na sociedade em que vivia:

Como diretor do Pedagogium, de 1897 a 1905 e, depois, de 1911 a 1919, Manoel Bomfim criou o periódico *Revista Pedagógica* e o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil, entre outras atividades peioneiras na área da educação. Bomfim foi ainda diretor da Escola Normal, atual Instituto de Educação, e diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro de 1898 a 1900. Neste cargo procurou aumentar sistematicamente o número de vagas nas escolas públicas, criou escolas profissionais e técnicas, além de outro importante periódico, *Educação e Ensino* [...].<sup>141</sup>

Refletindo sobre Bomfim e seu tempo, entende-se que o próprio fato de Silvio Romero ter escrito “*América Latina: Males de Origem*” realizando uma análise crítica sobre seu livro inaugural, foi um indicativo de sua importância e relevância, para aquele momento, e reflexo de como suas idéias “incomodaram” seus contemporâneos. A “marginalidade” do pensador foi mais uma opção pessoal e não descrédito de seus contemporâneos, o que se constata a partir da vasta influência que Bomfim exercia no meio intelectual, educacional e mesmo junto ao poder

---

<sup>140</sup> De acordo com Aguiar, Manoel Bomfim recebeu convite particular de Machado de Assis para compor a Academia Brasileira de Letras. O convite foi recusado, mas Bomfim cedeu as dependências do Pedagogium para a cerimônia de abertura. No entanto, o convite nos instiga a refletir sobre o reconhecimento de Bomfim frente a seus contemporâneos, uma vez que este “privilegio” não era concedido a todos que o almejavam. AGUIAR. Op. Cit. p.273

<sup>141</sup> BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora Econômica, 2002, p.64.

público. Indicativo desta afirmativa é a aceitação, para a publicação de sua produção intelectual e reimpressão de algumas obras e sua intensa contribuição em jornais, em um momento em que era comum o escritor enfrentava dificuldades financeira para impressão de seus escritos.

Identificou-se, até o momento, alguns questionamentos sobre a paixão presente na produção de Bomfim. No entanto, “*remando contra a maré*”, exploram-se seus escritos, a partir de seus sentimentos, quais sejam, o seu amor pelo Brasil e a sua perseverança na luta pelo avanço do país, tanto no que diz respeito à educação, buscando qualidade e direito para todos no acesso às vagas escolares, como nas relações travadas entre os vários grupos sociais que, em seu ponto de vista, deveriam ser permeadas pela solidariedade, sentimento que busca a comunhão e a igualdade entre os indivíduos que se relacionam e não apenas o de não reconhecimento de alguns importantes personagens para a construção da história do Brasil.

### 5. Sentimentos morais nos escritos de Bomfim

O envolvimento de sentimentos morais e ciência foi alvo de severas críticas sobre os escritos de Bomfim. No entanto, é possível entendê-lo, a partir de outros contornos<sup>142</sup>. “*A paixão, ao contrário de lhe parecer obstáculo, serve-lhe de instrumento na explicitação das próprias motivações e na revelação dos interesses mascarados, nas perspectivas científicas e historiográficas dominantes no Brasil*”<sup>143</sup>. Bomfim utiliza-se de seu amor pelo país, para escrever outra história, que não a até então delineada.

“*Prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira*”. O pensador constrói sua argumentação, tendo a mistura da razão e da paixão, esta última, em um primeiro momento, inconciliável com a noção de ciência daquele período, pautada na perspectiva positivista. A história escrita por Bomfim parte da divisão entre as classes e da crítica aos parasitas que impedem o progresso do

---

<sup>142</sup> Estas análises se fizeram possível a partir da leitura de autores como o de Stella Brsciani, Pierre Ansart, Christina Roquete Lopreatto, Jacy Seixas, Marcia Regina Naxara e outros que nos possibilitam olhar a história a partir de sentimentos como a questão da alteridade, das sensibilidades, das subjetividades. Estes, não estão citados diretamente mas proporcionaram importante sustentação para nosso trilhar.

<sup>143</sup> FLORA, VENTURA. Op. Cit. 1984, p.27.

Brasil, em misto de paixão e análise crítica, utilizando-se de conceitos não usuais, em seu momento, tais como o parasitismo, o que não invalidou seus escritos, mas que o encurralou em uma armadilha, pois vivia um momento, no início do século XX, em que a ciência e a objetividade eram entendidas como sinônimos de progresso econômico, de modernidade e de civilidade e a história não era escrita fora do parâmetro positivista.

O tempo de Bomfim foi um momento da história brasileira impregnado de contradições, pois pregava a igualdade entre os cidadãos, na mesma medida em que negava o direito, aos ex-escravos negros, de se inserirem no mercado de trabalho, nas mesmas condições de igualdade que os trabalhadores brancos. Bomfim utilizou-se de interpretações que contrariavam as usuais, e aqui nos referimos à sua crítica sobre as teorias raciais, assunto que será analisado posteriormente.

No processo de construção do pensamento social brasileiro, muitos foram os intelectuais que buscaram explicar a constituição do Estado Nação, o Brasil e sua identidade, tais como Francisco Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu, Araripe Junior, Afonso Taunay, entre outros. Estes partem tanto do olhar do estrangeiro, quanto do nacional, e traçam instigante emaranhado de narrativas, nas quais o fio condutor era o fim da barbárie, em contraponto à civilidade, às novas fronteiras do Brasil. Múltiplas representações de brasilidade foram construídas. Esta construção, em Bomfim, se fez a partir do olhar do nacional, da sua preocupação com a realidade vivida, com as questões político-sociais sentidos e percebidos em seu tempo e espaço. Para a compreensão, em sua totalidade, seria necessário percorrer longo caminho de configuração do pensamento intelectual e político brasileiro com seus vários pensadores. Faz-se necessária atenção maior às reflexões de Manoel Bomfim sobre a História do Brasil, pois apresentou postura singular sobre sua escrita em seu tempo e lugar.

Destarte, identifica-se, em Manoel Bomfim, posição teórica sobre a História do Brasil e seu sentido, que foi além da preocupação em perpetuar nomes de heróis e datas para a construção da memória do Brasil. Preocupou-se em escrever sobre o povo brasileiro, em seu total, pensando os seus males e as possibilidades para o progresso social do país, a começar pelo entendimento de Bomfim sobre a escrita da História.

A partir do exposto até este momento, é perceptível que muitas páginas da história do Brasil foram escritas pelo branco pobre, o negro e o indígena. No entanto, muitas outras histórias não foram contadas. Conhecer e interpretar a história ainda por escrever era o desejo de Bomfim, sem amarras com o pensamento vigente ou as concepções tradicionais de explicações históricas. Solidariedade, alteridade, indignação, paixão, humilhação são sentimentos que se identificam nos escritos de Bomfim, com vistas a outro entendimento sobre o Brasil e o brasileiro.

Vem aqui a exposição de uma teoria, construída com os fatos e as deduções como não-lo apresenta a ciência; a linguagem geral do livro, porém, certos comentários, parecerão descabidos e impróprios a uma demonstração que assim se fundamente. Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo o argumento pode perder o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação bastaria afetar a imparcialidade, para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas! ... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigidos pelos críticos de curta vista!<sup>144</sup>

Entende-se que o pensador não se satisfazia simplesmente em descrever os fatos e perpetuar as idéias já consagradas. Bomfim acreditava que alguns seus argumentos “*parecerão descabidos ou impróprios*”, pois não possui a forma “*fria e impessoal*”, entendendo os limites que seu tempo impunha ao pensamento. No entanto, para Bomfim, sua escrita continuava “*rigorosamente científica*”<sup>145</sup>. E mais:

Toda doutrina que se apóia sobre a observação e a teologia, e se acorda com as leis gerais do universo, deve ser tida como verdadeira até prova o contrário. A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que estas coisas foram pensadas e escritas.<sup>146</sup>

O pensador não abriu mão do método científico, pois seus argumentos possuíam base científica e filosófica, mas admitiu ser a paixão um elemento fundamental em sua escrita. A priori, entende-se a paixão como o contrário da ciência, a razão, o sentimento que cega, e por isso, coloca o indivíduo em posição frágil, lugar de insegurança, carregado de negatividade. De acordo com Bresciani, Germaine de Staël assim entende o conceito ou noção de paixão: “*as paixões, essa*

<sup>144</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.35.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem. p.36.

*força impulsiva que arrasta o homem independentemente de sua vontade, eis o verdadeiro obstáculo à felicidade individual e política*<sup>147</sup>. No entanto, Stella busca em Auerbach outros sentidos para a paixão: *“é mais que o desejo, a mania ou a loucura. Ela implica sempre como conteúdo potencial, e freqüentemente predominante, o nobre fogo criador que gasta em combates os sacrifícios, e frente ao qual a sóbria razão parece por vezes desprezível”*<sup>148</sup>. Brescianni, em suas análises sobre a paixão e seu potencial criador, que impulsiona atos e gestos, possibilita a reflexão sobre a mistura entre paixão e ciência. A paixão desprende-se de seu conteúdo negativo, que arrebatava o homem e o deixa sem possibilidade do entendimento de sua realidade ou julgamento, como nos colocou Bomfim, e caminha para a potencialização de novas ações. Defende-se o pressuposto de que a obra de Bomfim, fruto da paixão do escritor pelo Brasil, não a invalidou como análise da realidade à qual estava interligada. Seus escritos foram obra pensada a partir da realidade brasileira e o levou à caracterização de um Brasil que não entendia a mistura racial da qual era fruto.

A partir destas discussões, infere-se que as *“visões de Bomfim além de seu tempo”* ou como inviável dada a mistura entre paixão e ciência como defendem Antonio Candido, Ivone Bertonha, foi o resultado do contato entre Bomfim, a realidade brasileira e o pensamento europeu que refutava o racismo científico. Naquele momento, as teorias de inferioridade racial eram marcantes no pensamento brasileiro e, por isso, a singularidade das idéias do pensador.

Mas atente-se aos fios que levam à escrita da História do Brasil por Manoel Bomfim. No prefácio do livro *“Brazil na História”* Bomfim buscou encontrar na história o caráter de nação, e delineou novo traçado para essa história, em uma perspectiva de busca da igualdade entre os homens e não da legitimação das diferenças, a partir da raça, da legitimação de alguns heróis e fatos:

Representamos essa historia, em todas as formas do passado que devem substituir. Atteramol-o na nossa própria vida. Como admitir que nos podessemos subtrahir ao seu influxo? Esse passado, que só existe como vida que se continua, deve continuar, tanto quanto se irradie das nossas consciencias a tradição em que nos fizemos pois nos definimos como brasileiros [...] E o passado, subsistente no influxo, vive em cada dia um de nós, multiplica-se em efeitos que premem o presente em vez de retel-o, e o conduzem, tanto mais

<sup>147</sup> STAEL APUD BRESCIANI, p.339.

<sup>148</sup> AUERBACH, Apud: BRESCIANI p.340.

eficazmente quanto melhor compreendemos o seu lineamento, e o traduzimos em orientação.<sup>149</sup>

Isto posto, apresenta-se o entendimento sobre o contexto histórico em que Manoel Bomfim viveu, pois foi um dos personagens, entre tantos outros, que se dedicou, no período destacado, à escrita da História do Brasil, tendo como eixo de sua argumentação a construção da nação, da identidade nacional e do ser brasileiro, a partir dos conflitos raciais que se estabeleceram no processo de consolidação de uma nação antagônica, formada a partir das desigualdades político-econômicas, mas que cristalizou o imaginário social, silenciando esses mesmos traços. Nas interpretações históricas formuladas por Bomfim, encontram-se as lutas entre Brasil e Portugal, o Brasil no contexto da América Latina e a luta entre as classes em nível nacional. A sua escrita buscou se desvincular dos heróis cristalizados e trouxe para a história do Brasil novos personagens: o negro e o índio.

Entretanto, por ser Bomfim homem de seu tempo, houve, em certos momentos, o pactuar com as interpretações de seus contemporâneos, ou como se vê mais adiante, a preocupação com os mesmos temas e, muitas vezes utilizou-se da linguagem corrente. Mas, ao interpretar e escrever, o fez a partir de sua paixão, mas também do olhar crítico sobre a sociedade que o circundava. Seu mérito consistiu em não buscar a pretensa objetividade positivista, em voga em seu momento, valorizando o Brasil e sua complexa realidade, em um misto de paixão e ciência.

No próximo capítulo, será feita a análise de alguns discursos do tempo de Bomfim, a partir de Silvio Romero, Nina Rodrigues e o Jornal do Comércio, para então se compreender como se deu sua ruptura com as ideias correntes e como se pode identificar os traços inovadores, mas não além de seu tempo e seu lugar.

---

<sup>149</sup> BOMFIM, Brazil na História, 1930, p.26.

**– CAPÍTULO II –**  
**(RE)INVENTADO (PRE)CONCEITOS: RAÇA E RACISMO NO BRASIL**  
**NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX**

A compreensão das identidades brasileiras, à luz da questão racial, nos discursos presentes na virada do século XIX para o XX e as construções sobre a escrita da história do Brasil são pontos centrais deste trabalho. Assim, se optou neste capítulo, pela análise dos discursos de Bomfim, ao lado de outros, como os veiculados pelo *Jornal do Commercio* e os de alguns *homens das letras*, como Silvio Romero e Nina Rodrigues. O eixo norteador da análise foram os discursos construídos sobre o negro, no processo de consolidação da moderna sociedade brasileira, tendo em vista que aquele foi momento fértil para a configuração das identidades e do novo lugar social do negro na escrita e na história do país.

Entende-se que o leque de possibilidades de análise aqui proposto é muito abrangente, mas não se intenta a análise exaustiva de cada elemento privilegiado, mas sim a construção de uma narrativa, em que esses fios se mostrem em suas confluências e contradições com os argumentos/análises elaborados por Manoel Bomfim e seus contemporâneos. Enfim, o objetivo foi evidenciar tais discursos em possíveis diálogos, direta ou indiretamente, com a obra do pensador.

As palavras escritas legitimam ações e pensamentos sobre a “questão do negro”, consolidando as imagens, o olhar e o representar do povo brasileiro em suas múltiplas experiências. No limiar do século XX, tem-se as teorias européias, em crescente prestígio entre os intelectuais, que se transformam em discursos, em duplo fio: de igualdade social e preconceito para com os não brancos. Brasil pós-abolição e recém República, idéias de transformação, civilidade e progresso se unem às tramas do preconceito, do ideal de superioridade branca e da violência. Esta, quando diz respeito aos sujeitos negros e mulatos, era, muitas vezes, simbólica, não mais física, como nos tempos da escravização dos povos africanos em território nacional, mas nem por isso menos dolorosa.

Tomem-se os diálogos entre Bomfim e seu tempo, no que diz respeito ao lugar do negro, às construções de preconceito e às tensões perceptíveis, na virada do século XIX para o XX. A partir da palavra escrita busca-se entender as ideias e os

projetos em questão naquele momento. Tais diálogos instigam à reflexão não apenas sobre o passado do negro no Brasil, mas também sobre seu presente, haja vista que são temas atuais. Para compreender o século XIX/XX também se permitiu pensar a imagem do negro em Caim (texto bíblico) e em outras representações.

### 1. Os fios e os nós: o negro no olhar ocidental

Na obra de Bomfim, passado e presente se misturam, em temporalidades diversas. O primeiro diz respeito a Manoel Bomfim, seu tempo presente e passado. O pensador analisa o presente brasileiro, a partir dos eventos passados, como a colonização e as relações estabelecidas entre a metrópole e a colônia, as elites e as classes populares – entre o parasita e o parasitado<sup>150</sup>. Depois, no que diz respeito ao tempo na atualidade. São questões colocadas na obra de Bomfim ainda fazem parte do presente brasileiro e se encontram em aberto, pois a discussão sobre a questão da diferença, da alteridade, do lugar do negro na história e na sociedade brasileira, da educação de qualidade para a população em geral ainda são candentes. Estas são questões complexas e se mostram, a partir de múltiplos fios que desenham, a imagem do Brasil e do ser brasileiro.

No Brasil pós-abolição e recém-república, várias eram as imagens a serem (re)significadas; entre elas, se encontravam as do trabalho, do negro, da cidadania e da democracia, entre outros. Se, por um lado a cidadania estava sendo “re-inventada” em território brasileiro, era perceptível a discrepância entre a realidade e as imagens difundidas de igualdade e de justiça. O entendimento sobre o ser negro sofria transformações, pois necessitava distanciar-se da imagem de reles mercadoria para integrar-se à sociedade como trabalhador livre e,

---

<sup>150</sup> Analisar o presente, a partir das ações construídas no processo colonizador foi o meio de que Bomfim utilizou-se para escrever a história da América e mais especificamente a do Brasil. Foi a partir das relações travadas entre metrópole e colônia que os fios da história foram sendo tramados, construindo uma sociedade na qual imperavam as relações de exploração das classes dominantes sobre as dominadas, de expropriação das riquezas naturais: *“São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais ligam os outros como feitos secundários [...] Por isto – pela importância desses efeitos econômicos – é mister insistir um pouco nos fatos que a eles se ligam. Não tanto para fazer a prova de tais fatos – evidentes por si mesmo, mas para mostrar como eles provocam os outros vícios, defeitos, anomalias e perversões, de que sofrerão as futuras nacionalidades, tanto na sua vida política, como na evolução moral e social; para fazer sentir bem como todas essas anomalias e vícios derivam, direta ou indiretamente, dos do parasitismo da metrópole.”* MANOEL, BOMFIM, América Latina, p.128.

supostamente, com igualdade de direitos e de deveres. Como mostra o artigo publicado no *Jornal do Commercio*<sup>151</sup> em 1888:

No entanto o escravo era uma propriedade, com valor econômico mercantil, sujeita ao imposto e tributada pelas leis. O serviço do escravo, único organizado em nosso país, era o que produzia todas as matérias que pelo imposto enchem as arcas do nosso tesouro, e mantinha a prosperidade pública. Queria e seria intuito da lei de 13 de Maio, desorganizando todos os serviços, perturbando a marcha regular da produção agrícola, criar a liberdade ao mesmo tempo espoliar o senhorio, declarando sem valor aquilo mesmo que, ainda há pouco, era objeto de um imposto nacional? [...]

Se a lei 13 de Maio não cogitou da indenização, também não a condenou, e aquilo que não fez esta lei, outra pôde fazer, e ser ainda decretada pelo actual parlamento.

Só assim se daria uma satisfação cabal ao proprietário esbulhado de sua propriedade e hoje, aniquilado por uma lei que faz a felicidade de alguns para desgraça de muitos, com aniquilamento das rendas públicas.<sup>152</sup>

O argumento exposto é instigante e revela uma faceta das tensões presentes no período analisado, a partir de um olhar diferente de Bomfim. É perceptível a permanente tensão entre o direito à propriedade e o direito individual do trabalhador negro e recém liberto, pois o texto foi editado em 24 de maio de 1888. Necessário lembrar que as ideias cristalizadas são de difícil mudança e o olhar sobre o negro, ou o ex-escravo, não se transformou rapidamente:

Penso que há muito perigo em destruir na consciência pública a noção da inviolabilidade da propriedade que a constituição garante (*Apoiados*) porque isto pode preparar futuras revoluções sociais. / Entendo, portanto, que não deve entrar no plano de nenhum governo suprimir a indenização por qualquer de seus modos. Opondo-se assim um direito que não se funda na natureza racional do homem se não pode explicar-se com um facto legítimo, é todavia uma propriedade legal, e como tal reconhecida (*Apoiados*).<sup>153</sup>

O tema desse artigo do *Jornal do Commercio* era o mesmo: a abolição do trabalho escravo e a indenização ao proprietário. Esta fala foi discurso proferido na Câmara dos Deputados em 1885. Ao ser reeditado no *Jornal do Commercio*, em

<sup>151</sup> Este periódico “*O periódico dedica-se a questões comerciais e econômicas, com base nas publicações de preços correntes, notícias marítimas e movimento de importação e exportação, trazendo ao leitor notícias sobre o Rio de Janeiro da época do Primeiro Império [...]*.” Neste período Disponível em: [http://www.assis.unesp.br/cedap/cat\\_periodicos/popup3/jornal\\_do\\_commercio.html](http://www.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/jornal_do_commercio.html). Retirado em 09/08/2011. O proprietário era Rodrigues & Comp.. O artigo em questão tinha a assinatura: “os comissionários”. No entanto, os demais artigos consultados eram sem assinatura.

<sup>152</sup> Abolição e Indemnização. *Jornal do Commercio*, Anno 66, no. 143, 24 de maio de 1888, p.4.

<sup>153</sup> Já é Tempo, *Jornal do Commercio*, Anno 66, no. 17, 20 de junho de 1888, p.1.

1888, questionava a legalidade dos argumentos colocados. É clara a relação da imagem do negro à de propriedade, ou seja, como um direito do senhor, supostamente inviolável. Na luta entre abolicionistas e não abolicionistas muitas foram as questões debatidas, que demonstram sua complexidade. Conforme afirma Ianni (1988)<sup>154</sup> houve alguns fatores que contribuíram para o fim da escravidão negra, dentre os quais o início da industrialização e o impulso à imigração, situação que acenava para a imposição das relações capitalistas no país. Esses fatores demonstram que a finalização do trabalho cativo no Brasil se deu, principalmente, por motivos econômicos e não por princípios humanitários, o que dificultou a vivência dos ex-escravos, que foram lançados ao mercado de trabalho livre sem grandes expectativas de inserção:

O processo de miscigenação que envolveu senhores e escravos, negros e brancos, acabou transfigurando o escravo também em mulato, o cativo em liberto. Mas não em cidadão totalmente livre como eram os outros, e sim numa pessoa livre “em termos”, porque marcada pela sua origem híbrida, biológica, social e moralmente.<sup>155</sup>

Pairava no ar, para alguns, a ameaça da desordem social, com a abolição da escravidão. A justificativa era a possibilidade de “revoluções sociais”. Aqui acontece um dos nós para o traçado de Brasil. Discurso hegemônico (das elites) x realidade (das classes populares), direito de propriedade x direito individual, o negro x o branco, o pobre x o rico. Esta visão sobre o negro não se transformaria, como em um passe de mágica, houve apenas a metamorfose em outras representações, que, em sua essência, depreciavam o ser negro e tolhiam sua possibilidade de inserção na sociedade.

Nos momentos posteriores à abolição do trabalho escravos, os descendentes africanos re-inventaram seu modo de viver, a partir do que estava posto em seu cotidiano. Maria Cristina Cortez Wissenbach<sup>156</sup> propõe algumas reflexões sobre a identidade negra e seus laços de sociabilidade. É inegável que,

<sup>154</sup> Outros pesquisadores se debruçaram sobre essa temática, entre eles citamos: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. (3 vols.) São Paulo: Ática, 1978. SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

<sup>155</sup> IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. 2ªed. São Paulo; Hucitec/Curitiba: Scietia et Labor, 1988, p.218.

<sup>156</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Bella Époque à Era do Rádio*, vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

mesmo antes da abolição do trabalho escravo no Brasil já havia um relativo percentual de ex-escravos. Chama a atenção o fato de que número de mulatos libertos era bem maior que o número de negros. Após a Lei Auréa (1888), a grande questão que se colocou para o negro foi como se (re)inserir na sociedade, como trabalhador livre e (re)criar os laços de afetividade.

Para desvendar as tramas dessa rede de relações, Maria Cristina recuperou as experiências vivenciadas por esses sujeitos, na zona rural e urbana, demonstrando que os novos laços foram estabelecidos a partir da cultura popular e da religiosidade. Enfim, da necessidade dos negros e dos homens pobres inventaram novas formas de sobrevivência e de sociabilidades, estabelecidas entre os grupos, que não necessariamente passassem pelo crivo “dos brancos”, dominantes, mas não predominantes no geral da população.

Assim, os ex-escravos e brancos pobres construíram novos sentidos, relacionados às dimensões do privado e do individual. Estes foram (re)inventados a partir da crença religiosa compartilhada e da solidariedade, (re)definindo anseios reprimidos, buscando, então, construir/preservar seus laços de identidade, a partir da inter-relação entre os grupos, esses definidos a partir do critério econômico, mas também do racial, uma vez que, com a abolição do trabalho escravo, novo “lugar social” foi estabelecido para o negro e seus descendentes, como também para os brancos pobres.

Na virada do século XIX/XX, os espaços foram (re)definidos, tanto no âmbito social, como no urbano/territorial/geográfico. Foram intensas as transformações ocorridas na cidade moderna, a partir dos processos migratórios – os imigrantes europeus e o fluxo entre os próprios “nacionais” (uma vez que muitos ex-escravos buscaram, principalmente, as cidades para sua (re)inserção econômico-social) – originou novos contornos ao urbano. O intenso processo migratório possibilitou o aumento populacional das cidades e o acirramento das tensões e dos conflitos sociais. No cenário citadino foi identificado um paradoxo, pois:

Ao contrário dos projetos que tentaram organizar a paisagem urbana numa única imagem, ela oferece centenas de meandros, ressurgindo multifacetada, especialmente ao levar em conta outras estratégias de sobrevivência, outras sociabilidades que não das classes dominantes.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Op. Cit. p. 117.

Houve, então, paralelamente, a tentativa de homogeneizar os discursos sobre as novas experiências. Nesse contexto, a problemática dos grupos populares que, a todo o momento eram expulsos do centro da cidade e mesmo de seus antigos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que não se rendiam a esta imposição, se fez evidente:

Pelas ruas das cidades ou dos mercados, junto aos roceiros dos arredores, misturavam-se vendedores ambulantes de lenha, de carvão, de peixe imprimindo uma característica toda especial aos baixios da cidade, chamando a atenção das autoridades que procuravam higienizar os logradouros públicos.<sup>158</sup>

As classes populares imprimiam na cidade uma marca própria, na forma como se organizavam e nos laços de identidade estabelecidos ao longo da Primeira República. As novas formas de sociabilidade e de sentimento de pertencimento a determinada visão de vida colocava em cheque os “desejos” das classes dominantes. A sociabilidade se dava entre os negros, em princípio, pois:

Obrigados a restaurar noções e valores lesados pela experiência da escravidão, os escravos e ex-escravos recompunham o sentido da família em amplas direções, estendendo-se das células nucleares para o contexto de amplas parentelas, mobilizadas por meio de hierarquias e de vínculos religiosos, de parentesco, de fundo étnico ou aqueles forjados no tráfico. E nos quais os designativos de *paí, mãe, tia* eram utilizados em relações que superavam as da consangüinidade. A noção de pertencimento, elemento central no processo de reorganização social dos afro-brasileiros, era o lastro que dava sentido ao que Artur Ramos dizia “o espírito associativo dos negros brasileiros”: entre outros exemplos, as famílias do santo candomblés, nas macumbas e nos batuques; os cordões e os ranchos carnavalescos; os cantos dos ganhadores, os maltas de capoeiras [...].<sup>159</sup>

O argumento instiga a reflexões sobre a identidade do negro no início do século XX no Brasil. As estruturas familiares e de parentesco etno-religioso e os laços de sociabilidade informal são os elos principais para a recomposição identitária do negro e para a construção de uma lógica particular de solidariedade. Wissenbach demonstra os espaços que o negro foi ocupando, no período pós-abolição, e as novas formas de sociabilidades construídas, permitindo identificar

<sup>158</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Op. Cit. p. 117.

<sup>159</sup> Grifos da autora. Idem, p.123.

que, a partir das manifestações populares, surgiram nuances da nova dinâmica social. De conflitos e de tensão, mas que contribuiu para a inserção do negro na sociedade de homens livres, a partir do embate entre os diferentes segmentos sociais, nos quais o preconceito racial estava sempre presente.

Os momentos finais da monarquia e as primeiras décadas da República são emblemáticos, para se compreender a mutação da figura do negro, antes entendido como mercadoria (e por isso essencial nas relações econômicas) em principal elemento responsável pelo atraso econômico. Já no período pós-abolição, como o “indesejado”, que deveria ser substituído pelo trabalhador imigrante. Esses movimentos não se fizeram de maneira harmoniosa ou homogênea como desejavam as elites políticas, mas carregados de conflitos e de tensões. Houve a construção de um discurso hegemônico, ou seja, que circulava entre os jornais, as revistas e nos escritos de muitos dos *homens das letras*, no qual implícita ou explicitamente estava colocado o olhar negativo sobre o ser negro e a defesa dos anseios das elites.

O negativo se dava, tanto a partir da defesa da superioridade da raça branca, como na forma violenta como o negro era representado, ou sub-representado. A necessidade da imigração de trabalhadores brancos para ocuparem o lugar antes pertencente ao escravo se fez forte naquele momento, o que impulsionou sobremaneira o movimento. Mas este revela as mazelas da sociedade que se desejava construir, pois o negro não encontrou novos postos de trabalho, mas continuou a pertencer a um país, agora sob o regime livre de trabalho e das relações capitalistas, mas que não o enxergava apto para tal.

A consolidação da imagem preconceituosa sobre o negro não foi sentimento essencialmente brasileiro, mas fruto de longo processo, no qual o preconceito aliou-se às políticas de dominação de um homem sobre o outro. A marginalização da figura do negro não é recente na história ocidental e remonta aos tempos antigos, o que não significa afirmar, em nenhuma hipótese, que é um dado natural da história das civilizações, mas que ganha contornos diferenciados de acordo com seu momento histórico. Na *Bíblia Sagrada*, um dos textos mais lidos do mundo, a negação da imagem do negro é evidente a partir de Caim.

Nos escritos bíblicos, Caim foi castigado por Deus ao matar seu irmão Abel, sendo condenado a viver em terras distantes, sem ligação a nenhuma local ou a ninguém. A imagem construída de Caim, mesmo antes do assassinato era de um pecador, com temperamento ruim, sendo que a essência de seu ser não era “pura”.

*“O Senhor voltou seu olhar para Abel e sua oferta, mas de Caim e da oferta que trouxera desviou o olhar. / Caim irritou-se muito com isto, e seu semblante ficou abatido (GN 3-4)”. Logo vem o assassinato e o próprio Caim se condena a uma vida de sofrimentos, o que não significou que se arrependeu de seus atos “Meu crime é pesado demais para carregar. Se hoje me expulsas da extensão deste solo, serei expulso da tua face, serei errante e vagabundo sobre a terra, e todo aquele que me encontrar me matará” (GN 3-4).*

No ano de 1888, no *Jornal do Commercio*, em uma crônica semanal, a imagem de Caim e do sofrimento do negro foi evocada, isto nos momentos finais do regime escravista e na perspectiva de “pedir” por seu fim, pois era um mal que a civilidade almejada não comportava.

Assim, muito ao invés do que posteriormente entenderão os legisladores, a punição do primeiro homicida foi, não ser morto, e sofrer em longuíssima vida as explorações de seus semelhantes e, pior ainda, as da própria consciência: – “E Caim, tendo-se retirado da face do Senhor, andou errante pela terra...”

A escravidão no Brasil parece reservada pela Providencia a sorte miserrima do bíblico patricida. Ella não acha quem a mate, a nefanda instituição, mas ingloriamente se arrasta mendigando apoios que com desdém se lhe refusão e apegando-se á letra das leis imponentes para sustenta-lo.<sup>160</sup>

Neste artigo do *Jornal do Commercio*, de janeiro de 1888, tem-se o entrelaçamento do discurso bíblico como os da realidade brasileira. A escravidão, diferentemente dos outros argumentos aqui expostos, era parte de uma realidade que necessitava ser extinta, dado a sua degradação. A lei, diferentemente dos argumentos já analisados, foram chamados para demonstrar que ainda se mantinha fiel aos preceitos escravagistas, ou seja, cuidava da legalidade da escravidão.

Ao longo destas páginas, identifica-se alguns discursos sobre a escravidão e o negro construindo imagens, na virada do século XIX para o XX. Para além deste fato, a escravidão, em seus momentos finais, debatia-se contra duas realidades: do senhor x do escravo. Luta que se abriu a variantes e determinou, por fim, o lugar pertencente ao negro no conjunto do novo quadro social dos anos iniciais do século XX. Lugar que demonstra a cristalização de uma sociedade

---

<sup>160</sup> Microcosmo (*Chronica Semanal*), *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Anno 66, no. 2, p.1, 1888, 02 de janeiro.

autoritária, escondida em meio ao discurso de igualdade, de cidadania e de liberdade. Nuances de uma história ainda por se escrever.

As tramas das relações sociais se fazem com muitos fios, mas que não são fiados de maneira ordenada, mas se entrelaçando uns aos outros, desordenadamente, de modo que a peça final não tenha sido a inicialmente imaginada. Tente-se desenrolar estes fios, separando, inicialmente a idéia do negro, e do mestiço do branco, para então os cruzar.

Seguindo esta linha de pensamento, identifica-se que não foi apenas na Bíblia que se encontram as formulações sobre a imagem negativa do “ser negro”, ou mesmo nos discursos presentes no Brasil na virada do século XIX/XX, indo muito além. Na etimologia da palavra “negro” a negatividade estava implícita. O texto de Gislene Santos, ao traçar a trajetória das ideias sobre o ser negro, recuperam as imagens formuladas no Manual dos artistas escrito por Montabert:

O negro é o símbolo das trevas, emblema do caos, e as trevas exprimem simbolicamente o mal [...] O negro, o emblema do cão. [...] O negro, a feiúra. [...] O negro significa o vício. [...] O negro significa a culpabilidade, do pecado ou da degradação moral. [...] O negro, cor nefasta, indica a tristeza. O Combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco.<sup>161</sup>

A figura do negro foi tramada a partir do horror: do que é feio, sujo, indigno, triste, entre outra. Diante dessas características degradantes e não-humanas torna-se difícil pensar a questão da negritude a partir da diferença, da alteridade, uma vez que as imagens não se aproximavam dos ideais de humanidade. Cristalizou-se um sistema de (de)codificação, em que o negro era visto como a essência da maldade, do feio e do ser inferior.

No imaginário construído na civilização brasileira, a figura do homem negro tornou-se radicalmente diferente da do branco, mas não totalmente da dos mestiços. No Brasil pós-abolição, o grau de valorização social dependia da cor da pele do indivíduo. O negro, o mestiço e o pobre são o “outro”, o inimigo a ser combatido, pois não possuíam características que os igualassem ao homem branco/digno/belo, espelho do europeu. Negros e brancos não se reconhecem como

---

<sup>161</sup> Manual de Montabert APUD: SANTOS, 2002, p.58. Gislene Aparecida dos Santos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

iguais, pois um é o oposto do outro, ou melhor dizendo, o branco o dominador; o negro, o dominado; mas não é apenas isso.

Não se buscou, ao longo da história do Brasil, construir uma essência da alteridade étnica, nas relações travadas entre os homens, na qual um significa o outro e por ele é significado, e, com isso, imperando o reconhecimento entre iguais dentro da diferença<sup>162</sup>. A cor da pele passou a representar ponto crucial de diferença cultural e impôs um lugar social para cada sujeito, variando de acordo com suas características. O preconceito, a violência e o sentimento de superioridade do homem branco determinaram a maioria das relações étnico-raciais no mundo ocidental e tornou natural a inferioridade do ser negro.

Lília Moritz Schawarcz enfatiza a problemática da diferença entre os povos. O “ser” diferente existiu desde os tempos antigos, os bárbaros eram todas as pessoas que não faziam parte da cultura romana, ou seja, que possuía outros hábitos e valores, assim como os pagãos e os primitivos. No entanto, foi a partir da descoberta do “*novo mundo*” que a questão da diferença se colocou de forma emblemática, construindo visões sobre o outro. Para Schawarcz a leitura sobre a diferença dos europeus e dos índios foi construída a partir, entre outras representações, das obras artísticas. Nelas, o que chama a atenção de Schawarcz é “a insistência do caráter apavorante do canibalismo, e as ilustrações são impiedosas em seus detalhes.”<sup>163</sup> Representações que falavam muito mais sobre o olhar do europeu e seus preconceitos do que sobre a própria realidade dos povos latinos.

No Brasil, após a “invasão” dos europeus, a intolerância cultural legitimou as relações que estabelecidas entre as diferentes raças no processo de colonização, no Império e mesmo com a instauração da República. Idéias sobre a inferioridade racial foram introduzidas e aceitas pela população brasileira, como forma de silenciar as “raças inferiores”. Naturalizou-se, portanto, no plano teórico e na prática, a inferioridade dos indígenas e dos negros. Paulo Vinicius Silva e Fúlvia Rosemberg, ao analisarem a produção acadêmica sobre a temática do negro no país, identificaram a necessidade do aprofundamento teórico conceitual e que a maior

---

<sup>162</sup> Christina da Silva Roquette Lopreato traz iluminadoras reflexões sobre a questão do outro, da alteridade a partir da experiência da África do Sul em “O outro como semelhante: alteridade ubuntu e reconciliação sul-africana”. In: *Figurações do outro*. NAXARA; Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL Marion (Org.), Uberlândia: EDUFU, 2009.

<sup>163</sup> SCHAWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: *Raça e diversidade*. SCHAWARCZ, Lília Moritz, Queiroz, Renato da Silva. São Paulo: EDUSP, p.150.

parte dos estudos focaliza a “mensagem” e não “as condições históricas de produção, circulação e recepção dessas mensagens”<sup>164</sup>.

Ao se traçar este breve histórico das formulações sobre o ser negro, pontuam-se algumas falas que exemplificam a hegemonia dos discursos fundantes de identidade constituídos no país, o que significou refletir sobre os caminhos percorridos, para a cristalização da negatividade da imagem do negro e da sua inclusão nos discursos formadores das identidades, na Primeira República, em que o branco aparece como protagonizador principal, o índio como coadjuvante e o negro como plateia, que conhece a sua história, a partir da fala do “outro”. Muitas vezes é a partir do silêncio que se compreende a história do negro no Brasil e suas representações.

O silêncio na memória histórica de uma sociedade diz muito, pois “*mais do que “marcas” (paradigmas da demonstração), têm-se “pistas” (conjecturas)*”<sup>165</sup>, e o trabalho do historiador é também compreender este silêncio, desvendar as formas como foram construídos historicamente, pois também é testemunho histórico. Para Orlandi o silêncio “*é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar*”<sup>166</sup>. A compreensão do silêncio não necessariamente se constitui no âmbito da fala, mas em formas mais sutis, e, por vezes, despercebidas, pois o “silêncio não fala, significa. É, pois, inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos”<sup>167</sup>.

Orlandi identifica a diferença entre o silêncio e o implícito “*O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o que dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído*”<sup>168</sup>. Nesta linha de pensamento, o silêncio, na forma de discurso é construído e legitimado e serve como elementos para a construção de ideologias que buscam ocultar/evidenciar as ações de determinados sujeitos da história.

<sup>164</sup> SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia In: TEUN A. VanDijk (orgs.). *Racismo e discurso na América latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p.81.

<sup>165</sup> ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. Ed: Campinas, SP: UNICAMP, 2007, p.55.

<sup>166</sup> Idem, p.101.

<sup>167</sup> Idem, p.102.

<sup>168</sup> Idem, p.102.

Quem são os sujeitos sociais silenciados na história do Brasil no passado e no presente? Orlandi<sup>169</sup> se pergunta por que os índios foram excluídos da língua e da identidades brasileiras e outros foram os sujeitos que falaram por eles, como os missionários. A fala das várias etnias indígenas, seus mitos e cultura são desconhecidos pela maioria da população brasileira de ontem e de hoje. Jamais foi “falada”, ou seja, não foi parte integrante dos discursos de fundação da nação e da identidade brasileiras, apenas em discursos idealizados como os do escritor de José de Alencar<sup>170</sup>.

Para a autora, a (não) fala do índio se transformou em argumentos na fala dos dominadores, que serviram para a construção de sentido da exploração colonialista e da submissão ao homem branco. Ao longo da história da colonização no Brasil foi cristalizada uma imagem do índio na qual sua fala não é escutada, mas apenas as narrativas construídas pelos europeus, ou posteriormente, pelos brancos. O silêncio é a expressão maior da “fala” indígena. No processo de colonização, se fez desnecessário ouvir a “fala” dos índios, ou respeitar sua cultura, apenas construir tramas discursivas, nas quais eles apareceram como seres inferiorizados; justificando, assim, a dominação sobre eles ou mesmo a perda de seu direito a fala, foram entendidos como grupos subjugados.

O silêncio dos milhares de etnias, principalmente indígena e negra, não se restringe apenas ao caso brasileiro, mas fenômeno presente em toda a América Latina e seus “descendentes étnicos” em diáspora. Cite-se o exemplo da Guatemala, que possui 41% do total de sua população indígena, incluindo 22 grupos

---

<sup>169</sup> ORLANDI, Eni P. Op. Cit. p.57.

<sup>170</sup> A jovem Nação brasileira busca, a partir de 1850, construir a identidade nacional nos discursos formulados por intelectuais como: Capistrano de Abreu, Francisco Adolfo Varnhagen, Joaquim Nabuco, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, entre outros. Na visão de Silvano Santiago o romance fundacional de José de Alencar não chega a preencher o lugar vazio da nacionalidade, mas encontra símbolos da brasilidade. Ainda de acordo com o autor, tem sido chamado a atenção para o movimento cronológico dos textos de José de Alencar: “*O primeiro deles, O guarani (1855), define os novos “senhores da terra” ao descreverem a luta inglória dos índios contra os invasores portugueses nos primeiros séculos da colonização; o segundo, Iracema (1865), dramatiza alegoricamente o primeiro contato entre as raças por ocasião do descobrimento, e o terceiro, Ubirajara (1874) se adentra pela era pré-cabralina em busca da pureza étnica, tendo como contraponto estético os padrões do medievalismo coimbrão*”. SANTIAGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.16. A partir das análises de Santiago identifica-se que o tema central, apesar dos títulos dos romances de Alencar, são, em sua maioria, o colonizador e a preocupação com a pureza étnica e não o índio e sua valorização para a construção do nacional. As imagens são idealizadas e acabam por construir mitos e não narrativas sobre a nacionalidade. O autor identifica, nos romances de Alencar, a procura por “*incutir nos leitores conceitos e comportamentos disciplinares, afim de que as forças nativas que modelavam a nova sociedade pudessem melhor se adaptar ao padrão de qualidade europeu*”. Idem, p. 36.

etnolinguísticos; no entanto, essa parcela da população sofre com as desigualdades sociais e a exclusão<sup>171</sup>. As ditas minorias são silenciadas nas construções discursivas de identidade nacional e no acesso às inovações/comodidades que o capitalismo oferece aos setores dominantes da sociedade. O “outro” na situação de conflitos étnico-raciais, não eram os colonizadores que chegavam do velho mundo, mas os nativos das terras exploradas/saqueadas, seus primeiros habitantes.

Retornando-se ao presente brasileiro, várias são as denominações que se utilizam para caracterizar o ser brasileiro e o negro, muitas das vezes de maneira preconceituosa: preto, neguinho, mulato, crioulo, amarelo, índio, caboclinho, mestiço, loira, tupiniquim, viado, bicha ... Concomitantemente, sempre se ouve a expressão que o Brasil não é um Brasil, mas muitos brasis, no entanto, a mídia em geral<sup>172</sup> e parte da historiografia<sup>173</sup> buscam homogeneizar as multiplicidades tais experiências e vivências.

Na contra-maré desses discursos, nas últimas décadas, principalmente a partir de 1980, rompendo com silêncio de séculos, temas relacionados ao negro, aos trabalhadores, às mulheres e aos homossexuais vêm sendo re-discutidos no país, tanto no que tange às relações estabelecidas em sociedade, como no tocante à academia. No que diz respeito à questão negra, as universidades, os cursos de graduação e de pós-graduação vêm produzindo pesquisas que fomentam novas

---

<sup>171</sup> ARZÚ, Marta Casaús. Guatemala: práticas sociais e discurso racista das elites. In: TEUN A. van DIJK (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 203.

<sup>172</sup> Tal como os pesquisadores Paulo Vinicius Baptista da Silva e Fúlvio Rosemberg entende-se o “*termo mídia em seu sentido amplo, compreendendo a produção cultural de massa, em diversas formas e meio, incluindo a televisão, os jornais, a literatura, a literatura infanto-juvenil e os livros didáticos*”. SILVA, ROSEMBERG. Op. Cit, p.74. Já “*no tocante à televisão são perceptíveis discursos que se referem à sociedade brasileira como uma massa homogênea, onde todos são participantes e cidadãos; prova desse argumento é o fato de que está sendo cada vez maior a presença das classes populares em programas televisivos, dando-lhe uma visibilidade que antes inexistia. No entanto, o teor destes programas é questionável. No que diz respeito à presença do negro, a situação é ainda mais grave, pois, na mídia em geral, continuando na linha de raciocínio dos autores, o negro é sub-representado. O estereótipo do branco é o tido como o representante natural da espécie e suas características como norma da sociedade*”. Idem, p.82. Acrescente-se a esse fato que é a figura do homem branco, não qualquer um, mas os pertencentes às classes médias e altas da sociedade brasileira sempre foi privilegiada.

<sup>173</sup> Ao pesquisar as tradições populares no Rio de Janeiro do Século XIX, Leonardo Affonso de Miranda Pereira aponta que os escritores/intelectuais da época estavam “*Acostumados a discutir apenas questões referentes ao mundo das letras, esses homens ainda não conseguiam, em meados da década de 1880, enxergar com clareza o objeto que eles mesmos definiam como tema de seus textos: as tradições e práticas do “povo”, vistas por eles como um todo homogêneo e coeso. A única graça que aceitavam era a sua própria, fora da qual restaria apenas a maledicência e a pornografia. O “espírito” – ou quem sabe, a cultura – seria, assim, o privilégio de um grupo de iluminados, do qual dependeria o futuro da nação*”. Idem, p.47. O autor analisa a produção intelectual do século XIX, entretanto, acredita-se que essa postura não se modificou rapidamente, mas persistiu por longo período nos escritos sobre o Brasil.

análises, que ultrapassam visões preconceituosas, ampliando a atuação/(re)ação do negro, descortinando conflitos antes negligenciados<sup>174</sup>. Nas diversas experiências vividas no Brasil, do passado e do presente, identifica-se uma variedade de ações e (re)ações das classes populares.

A luta contra a opressão sobre o sujeito negro não foi evento encontrado apenas nos anos de 1980, mas é possível identificar sua atuação em vários outros momentos da história brasileira. Esses movimentos colocam em cheque a pretensa harmonia social/racial presente no Brasil. Para Flávio Gomes:

Ao longo do século XIX, são vários os episódios – apesar das poucas narrativas da historiografia – em que a questão racial envolvendo libertos, africanos e “homens de cor” foi colocada em pauta. É possível recompor expectativas e projetos políticos tanto de escravos como de setores de homens pardos e negros letrados, mesmo na Independência e no período regencial. O temor da “africanização” determinou o fim do tráfico e projetos de imigração européia. Paulatinamente constituíram-se leituras políticas sobre os sentimentos de cidadania, mestiçagem, hierarquia, sujeição de vários setores sociais nas quais a questão étnica e o discurso sobre a nação dialogavam. Mesmo sob silêncios estridentes. Ou alarde de sua negação. Não aparecem necessariamente em movimentos coletivos, mas também individualmente ou, de forma invertida, nos projetos de política públicas de setores das elites.<sup>175</sup>

Aqui se tem a permanente luta entre os direitos/anseios dos negros, homens pardos e brancos. Nas (re)ações dos primeiros, mais do que reivindicar, os sujeitos necessitavam romper com o silêncio imposto pelos outros setores sociais, ou seja, o branco. O medo do domínio negro sobre a sociedade brasileira era perceptível. Muitas das formas da resistência negra eram entendidas como ameaça à tranqüilidade e à ordem estabelecida. Em jogo estavam questões a serem enfrentadas pela sociedade em processo de consolidação do lugar de cada sujeito,

---

<sup>174</sup> Na linha de renovação dos estudos sobre a temática do negro no Brasil cita-se: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. (3 vols.) São Paulo: Ática, 1978; e *O negro no mundo dos brancos*. 2ª., ed. São Paulo: Global, 2007; CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SHWARCZ, Lilia Moritz. *Retratos em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos de São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; AZEVEDO, Célia. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; REIS, João José; GOMES, Flávio Santos (orgs.). *A liberdade por um fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência Negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: Literatura e Folia no Rio de Janeiro do Século XIX*. 2ª. ed. revisada. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, entre vários outros trabalhos.

<sup>175</sup> GOMES, Flávio. *Os negros e política*. (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p.9.

no qual as formas de hierarquia e de configuração social estavam sendo redefinidas. A problemática do negro no Brasil foi e continua sendo carregada de tensões e conflitos.

No ano 1931, surgiu, de acordo com Félix, a Frente Negra Brasileira (FNB), movimento de massa e a primeira organização que visava a mudanças nos modos de viver da população negra. Em 1937, a FNB foi fechada pelo Estado Novo. O movimento negro voltou a se articular, em 1978, com a organização do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) com a proposta de luta contra o racismo, arregimentando pessoas que estivessem de acordo com a bandeira. No I Congresso Nacional do MUCDR a pauta de reivindicações foi ampliada, incluindo o empenho pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária<sup>176</sup>.

A partir dos anos de 1990 as organizações negras denunciaram a exclusão dos estudantes afro-descendentes no quadro das universidades brasileiras. A primeira tentativa efetivamente, concreta de mudança dessa realidade data do governo de Garotinho, em 9 de novembro de 2001, com a implantação da Lei nº 3.708, que reservava um mínimo de 40% das vagas para estudantes negros e pardos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf), modificando a Lei nº 3.524/2000, anteriormente assinada pelo mesmo governador. Pela resolução nº 196/2202, em 20 de julho de 2002 a Universidade do Estado da Bahia/UNEB reservou 40% de suas vagas para estudantes afro-descendentes<sup>177</sup>. Outras universidades estaduais<sup>178</sup> e federais<sup>179</sup> adotaram o sistema de cotas para estudantes pretos e pardos.

A questão das cotas para estudantes negros, nas universidades públicas, ainda gera muita polêmica e discussão entre os setores envolvidos, indo muito além da conquista da vaga, pois começa a questionar a supremacia/dominação dos

---

<sup>176</sup> FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo. In: SCHWARCZ, Lília M. & REIS, Letícia V. de S. (Orgs.). *Negras Imagens*. Ensaios sobre Cultura e Escravidão no Brasil. São Paulo.

<sup>177</sup> A esse respeito ver: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, março de 2003, n.118. Disponível em <[http://www.scileo.br/script=sci\\_arttex&pid=S0100157420030001000010&Ing=es&nrm=isso&tnlng=pt](http://www.scileo.br/script=sci_arttex&pid=S0100157420030001000010&Ing=es&nrm=isso&tnlng=pt)>. Acesso em: 27 de setembro de 2006.

<sup>178</sup> Entre as universidades estaduais que adotaram o sistema de cotas está: a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

<sup>179</sup> Entre as universidades federais que adotaram o sistema de cotas estão: a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade do Vale do São Francisco (Univasf).

indivíduos brancos na sociedade. Com essa e outras bandeira de luta o Movimento Negro intentou promover melhorias concretas na realidade da população negra e para a afirmação da cultura afro-brasileira, ainda negadas por vários segmentos sociais.

Mas, se são identificados avanços, em alguns setores da sociedade brasileira, em outros, os impasses contra as ditas “minorias” perduram. Um homem negro, que vive na periferia de Belo Horizonte, não tem as mesmas possibilidades de trabalho de um homem branco, que vive no mesmo lugar. Essa realidade, no passado e no presente, geralmente, é aceita, de forma a reprimir re-ação. Se, por um lado, os discursos difundidos pelas classes dominantes procuram mascarar os conflitos existentes, em decorrência do que se pode denominar de “guerra cultural”, por outro, os conflitos raciais, regionais e econômicos afloram a todo o momento e em todos os tempos.

Lilia Bartalome e Donaldo Macedo, ao analisarem o racismo e a educação, na era da globalização, ou seja, na atualidade, possibilitam a reflexão sobre essa permanente “guerra cultural”, envolvendo as várias etnias/classes presentes no Brasil, com a predominância da hegemonia do branco. Este movimento legitimou o racismo e construiu discursos para a aceitação “natural” desta realidade. Esta “guerra cultural” esteve presente na história da trajetória das relações entre negros e brancos, ricos e pobres:

Em poucas palavras, o racismo e o alto índice de xenofobia que presenciamos hoje em dia em nossa sociedade não são atos isolados de indivíduos marginalizados ou pouco importante. Ao contrário, esses indivíduos são representativos de um esforço de todos os seguimentos da sociedade dominante orquestrado para livrar uma guerra contra os pobres e contra as pessoas que são consideradas e tratadas, na melhor das hipóteses, como cidadãos de segunda, e na pior, como inimigos nacionais responsáveis por todos os males da sociedade.<sup>180</sup>

A imagem do inimigo foi construída desde os primeiros tempos da colonização, e terminou por legitimar atos de crueldade, discriminação e violência contra o “outro”, primeiro os indígenas e, posteriormente, os africanos. A história passada e presente do Brasil possui acontecimentos que revelam essa permanente “guerra cultural”. Imagens do passado já foram exploradas no capítulo anterior. A

---

<sup>180</sup> BARTALOME, Donaldo; MACEDO, Lilia. O racismo na era da globalização. In: IMBERNÓN, F.(org.). *A educação "ao no século XIX: os desafios do mundo imediato*. Porto Alegre, 2000, p. 106.

morte de Galdino de Jesus dos Santos (1997), liderança indígena dos Patoxós Hã-Hã-Hãe, queimado por jovens integrantes da classe média, os meninos(as) de rua mortos na Candelária (1993), o conflito de Eldorado dos Carajás (1996), os mais de 100 presos mortos no Carandiru (1992), as milhares de crianças que morrem de fome a todo instante no Brasil, as mulheres e os homossexuais que se vêem desrespeitados, a todo o momento, dos (i)migrantes, muitos “ilegais” vistos como ameaça aos empregos que, acredita-se, são dos “nativos” – por direito.

Estes acontecimentos, situações violentas e racistas, ao serem relatados ou lembrados, pela mídia, são apresentados de forma asséptica e não instigam, na maioria dos receptores, comoção ou indignação, mas apenas a “certeza natural” de que são inevitáveis, dados os rumos tomados pelo capitalismo e pelo progresso econômico. Assim, acontecimentos trágicos, que ferem os ideais de liberdade, igualdade e cidadania adquirem roupagem de naturais, e transformam homens e mulheres, com subjetividade e sentimento, em corpos anônimos, sem expressão. Nesta posição, tais sujeitos parecem não possuir nenhuma identidade ou dignidade, mas representar apenas números nos índices de violência, morte, doença e fome. Enfim, quando estes sujeitos entram em cena, são apresentados de modo a não instigarem comoção ou crítica a esta dura realidade.

Se, no passado, os (ex) escravos, ou melhor, os trabalhadores negros, eram identificados como reles mercadoria, que poderia ser vendida, trocada, castigada ou estuprada. Nas relações estabelecidas entre brancos e negros pós-abolição persistiu o autoritarismo, indicando que o fim do trabalho escravo libertou o negro da corrente, mas não o integrou, de fato, à sociedade de classes que se formava. Assim, esses milhares, e, porque não dizer milhões, de sujeitos sofreram, ao longo da história brasileira, brutal metamorfose, pois passaram a ser (sub)representados, como rostos sem identidade, os “indesejáveis” da sociedade moderna. Esses discursos culminaram por aumentar as relações de intolerância racial e econômica, pois, se não fazer parte dessa dura estatística, o sujeito se preocupa em manter-se no almejado grau de cidadão, com seus respectivos privilégios.

A permanente guerra entre as raças, no Brasil, foi resultado da servidão/escravidão indígena e, praticamente, sua extinção, a entrada forçada dos africanos e os resultados dos bárbaros entre europeus e latino americanos, mas na contra mão dessa realidade, os ideais de civilização, progresso e modernidade

ganharam destaque, nos discursos formulados sobre o Brasil, a partir do século XVIII, como já discutido, e tentou romper com o primitivismo e a barbárie que os europeus entendiam aqui existir.

Esses ideais foram determinantes para a consolidação do Estado Nação e para a formação dos cidadãos, e, por isso, vários foram os discursos elaborados, a fim de interpretar as experiências nacionais, tanto no que diz respeito aos primeiros momentos de colonização como nos posteriores, no Império e na República.

Se, em fins do século XIX, o Rio de Janeiro, cartão postal do Brasil, era o local da expressão máxima da implantação dos ideais de civilidade, modernidade e progresso, na qual os contrastes entre cidadãos eram visíveis de modo acentuado; no alvorecer do século XXI, a cidade de São Paulo, é emblemática, como uma das maiores cidades do mundo e cenário do encontro entre vários grupos sociais e etnias, tanto no que diz respeito aos tipos nacionais como aos estrangeiros. Foi uma das capitais do país que mais receberam migrante nordestino e de outras regiões brasileiras, tornando-se, com o passar do tempo, bastante populosa<sup>181</sup>, o que, muitas vezes, gerou ações de franca resistência aos “forasteiros”:

Agora uma parte da população de São Paulo começa a atribuir aos nordestinos, considerados sub-raça de brasileiros, a responsabilidade por todos os problemas da cidade; estes se resolveriam com a proibição da vinda dos imigrantes, criando barreiras internas entre os cidadãos de um mesmo país, e a expulsão dos que já se estabeleceram.<sup>182</sup>

Encontram-se a intolerância e a violência contra as ditas “minorias” em vários âmbitos da sociedade brasileira, mas essa, geralmente, passa despercebidas, pois, o direito à fala foi, ao longo do tempo, negado e ainda o é, até os dias atuais, a esses sujeitos. Quando é ouvida, reafirmam-se o preconceito e a necessidade de “organizar” a cidade, para a raça que se entende como “herdeira” das benesses cidadinas, ou seja, a classe branca que detém a maior renda do país. Tem-se um

---

<sup>181</sup> A cidade de São Paulo, em 2010 contava com 11.244.369 habitantes Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, 11/04/2011). A violência tem alcançado altos patamares, o que leva os paulistas a viverem com medo. No estado de São Paulo no “ano passado registrou piora generalizada nos índices de crimes no Estado de São Paulo. Os roubos alcançaram o mais alto valor da série histórica, com 257.004 ocorrências, 18% acima do ano anterior [...] Também cresceu o total de casos de latrocínios, sequestros, roubo e furto de veículos. [...] Até mesmo os homicídios, que vinham registrando uma sequência histórica de queda, tiveram ligeiro aumento no ano passado – 3% no Estado”. Disponível em: <http://www.psolsp.org.br/jales/?p=22>, 11/04/2011.

<sup>182</sup> LANDA, Eva. O preconceito como violência do pensamento: espaço narcísico e imagem do outro. In: *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastro*. HARDMAN, Francisco Foot. (org.). São Paulo: UNESP, 1998, p.78.

cenário composto pelo “intruso”, o “indesejado”, o “outro”, dentro das fronteiras de um país que se diz democrático e fruto das três raças presentes em seu território. No entanto, a violência psicológica e econômica contra o que é entendido como “diferente” do padrão de normalidade (o branco e com emprego estável) é ponto comum nas experiências de muitos cidadãos(ãs) brasileiros(as), do passado e do presente.

A realidade vivida demonstra que o país ainda não encontrou espaços de igualdade, na relação travada entre as diferentes etnias presentes/formadoras da sociedade brasileira. A questão da “raça”, mesmo que de forma implícita, continua latente e instiga à reflexão sobre o lugar do negro e sua imagem no cenário brasileiro, consolidados a partir da abolição do trabalho escravo negro e das implicações desse movimento, na formação das relações capitalistas.

Nesse sentido, torna-se relevante ressaltar que tanto o conceito de raça como a depreciação da figura do negro, e também do índio, foram construídos historicamente e naturalizados, a partir do discurso da inferioridade racial e, posteriormente, da “tolerância racial”, no percurso de consolidação da moderna sociedade brasileira. Em várias situações, a imagem do afro-descendente instiga(ou) a intolerância, pois como afirma Florestan Fernandes não se “*exigiu uma ruptura profunda com o passado*” e mais “*o passado não nos ensinou a amar o “negro” e o “mulato” como nossos irmãos. Ensinou-nos o oposto. Também não nos alertou para os riscos do egoísmo, concebido e aplicado como um estilo de vida*”<sup>183</sup>. Atualmente, e em alguns casos, a intolerância e o preconceito destinados às várias etnias do território brasileiro, espantam alguns. No entanto, o mito de democracia racial “apaga” as cicatrizes.

Entende-se que o mito criado da mistura das três raças e da pretensa democracia racial foi estabelecido a partir da obra de Gilberto Freire<sup>184</sup> e muito difundido no imaginário brasileiro. O olhar de Freire colocou o que era entendido como negativo na formação da nação brasileira – o elemento negro e índio - como algo positivo. Apesar de célebre, a proposição de Freire não conseguiu expressar a

---

<sup>183</sup> FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ed., São Paulo: Editora Global, 2007, p.188.

<sup>184</sup> A obra de Gilberto Freire é ampla, composta por títulos que discutem a nação, buscando na expressão do material tangível, aquilo em que o brasileiro se constituiu. Freire foi o primeiro pensador brasileiro a apresentar a mistura das raças – branca, negra, índia – como um dado positivo na formação da identidade nacional, sendo esta gestada a partir da comunhão entre as raças e expressão maior da formação do brasileiro.

fala das etnias indígenas e dos descendentes afro-brasileiro, consolidando uma cultura de tolerância racial. E, como se viu com Florestan Fernandes, a tolerância racial é diferente da democracia racial. A tolerância racial presente no Brasil não permitiu criar espaços/visões de igualdade entre as etnias, perpetuando a imagem do negro como elemento indesejável e sem espaço para sua real inserção social.

Quando introduzidas no Brasil, as teorias raciais encontravam-se em descrédito na Europa. Skidmore<sup>185</sup> e Leite<sup>186</sup> entendem a introdução dos debates raciais como cópias das ideias europeias. Nessa perspectiva de análise as discussões raciais se transformam no Brasil em *“idéias fora do lugar”*, parafraseando a duradoura metáfora de Roberto Schwarz. No texto fundador<sup>187</sup> dessa expressão, o autor não argumenta especificamente sobre a questão racial, mas as idéias, correntes no contexto pré-abolição. Ao se analisar a introdução das idéias como o liberalismo, o universalismo e a igualdade perante as leis, identifica-se a discrepância entre o discurso e a prática existente.

Na realidade brasileira, viviam-se tempos de escravidão e *“Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão”*<sup>188</sup>. Na perspectiva apontada por Machado de Assis o Brasil estava fora do sistema da ciência, tão proclamado na Europa. Outro elemento problematizador são as relações de cordialidade, determinantes na vida pública e privada. Nessa linha de pensamento, o autor enfatiza a distância entre os ideais apregoados pelos europeus e a realidade brasileira, *“Sumariamente está montada uma comédia ideológica, diferente da européia”*, sendo as idéias presentes no Brasil, falsas, em seu sentido original<sup>189</sup>. O autor ressalta as características formadoras do Brasil: *“país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo”*<sup>190</sup>. Realidade se distanciava do liberalismo econômico europeu.

<sup>185</sup> Ver, por exemplo: SKIDMORE, Tomas. *Uma história do Brasil*. FIKER, Raul (trad.) São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>186</sup> LEITE. Op. Cit.

<sup>187</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

<sup>188</sup> ASSIS, APUD: SCHWARZ.

<sup>189</sup> Grifos do autor, SCHWARZ.

<sup>190</sup> SCHWARZ. Op. Cit.

Lilia M. Schwarcz<sup>191</sup> caminha em direção contrária a essas proposições, buscando romper com pré-conceitos, procurando em suas análises “*pensar na originalidade dessa cópia*”, reconstruindo o caminho que os intelectuais brasileiros percorreram para a montagem do imaginário negativo sobre a figura do negro. Lilia Schwarcz aponta que há uma seleção dos textos aqui introduzidos, fato ilustrativo de que as ideias raciais não chegavam apenas como cópias, havendo todo um trabalho de recriação em terras brasileiras.

As teorias raciais de autores como Galton<sup>192</sup>, Agassiz<sup>193</sup>, Gobineau<sup>194</sup>, Buffon, Le Bon<sup>195</sup> influenciaram a formação de uma geração de intelectuais que se voltaram para a construção dos discursos de identidade nacional, de nação, enfim, de temas constitutivos do processo de formação do Estado Nacional. Essas teorias raciais entendiam a raça a partir de seres inferiores e superiores. O indivíduo negro era entendido como forma de degeneração dos homens. Para Tania Regina de Luca essas idéias, ao serem transplantadas para o Brasil, não se fizeram a partir da “*absolvição passiva ou mera repetição, o que implicaria negar as chances de futuro,*

---

<sup>191</sup> SCHWARCZ, Lilia M. 1993.

<sup>192</sup> “Assim como os criadores obtinham resultados altamente positivos a partir do cruzamento de exemplares particularmente dotados, Galton esperava, por processo análogo, aperfeiçoar física e moralmente o homem por meio da formação de uma aristocracia de eugênicos. A chave do progresso humano residiria na paternidade selecionada, ou seja, no incentivo à reprodução dos melhores dotados e na proibição, seja por confinamento, esterilização compulsória ou eutanásia, dos portadores de doenças venéreas, mentais ou de deficiências físicas; dos criminosos, alcoólatras, prostitutas, vagabundos, enfim, de qualquer um que fosse considerado socialmente inadaptado”. As idéias de Galton incentivaram países como os Estados Unidos, França, Suíça, Dinamarca a regularem a reprodução em alguns períodos de sua história. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)Ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.152.

<sup>193</sup> “Louis Agassiz, suíço radicado nos Estados Unidos [...] Antidarwinista postulava a fixidez das espécies, e poligenista, acreditava que as raças humanas haviam surgido de maneira independente em oito pontos no globo”. Idem, p.140.

<sup>194</sup> “Numa época marcada pelo otimismo e pelo ideal de progresso, o esquema fatalista de Gobineau não vislumbrava qualquer futuro para a espécie humana. Paradoxalmente, a decadência dos arianos aí figurava como conseqüência ingrata de sua superioridade: à medida que a única raça criadora expandiu-se, portando consigo a tocha da civilização, travou contato, por meio de sucessivos cruzamentos, com elementos impuros e inferiores que lhe conspurcaram o sangue de forma lenta, porém continuada. Na perspectiva apocalíptica do conde, a hibridação estaria exaurindo a vitalidade da herança germânica num processo que, segundo seus cálculos, chegaria a termo dentro de três ou quatro milênios, quando se efetivaria o desaparecimento final do homem. Idem, p.144.

<sup>195</sup> “Assim como os criadores obtinham resultados altamente positivos a partir do cruzamento de exemplares particularmente dotados, Galton esperava, por processo análogo, aperfeiçoar física e moralmente o homem por meio da formação de uma aristocracia de eugênicos. A chave do progresso humano residiria na paternidade selecionada, ou seja, no incentivo à reprodução dos melhores dotados e na proibição, seja por confinamento, esterilização compulsória ou eutanásia, dos portadores de doenças venéreas, mentais ou de deficiências físicas; dos criminosos, alcoólatras, prostitutas, vagabundos, enfim, de qualquer um que fosse considerado socialmente inadaptado”. As idéias de Galton incentivaram países como os Estados Unidos, França, Suíça, Dinamarca a regularem a reprodução em alguns períodos de sua história. Idem, p.152.

*ocorreu um esforço de apropriação, um trabalho de interpretação, reelaboração e mesmo luta com os princípios que nos eram francamente desfavoráveis*”<sup>196</sup>.

Houve no Brasil uma tensão constante entre esses ideais e os intelectuais brasileiros, pois foi um período de intensa negatividade, no campo intelectual, e o olhar para o Brasil, conseqüentemente, sofria com esse imaginário. Mas é certo que esses ideais contribuíram para a formação de um imaginário social, no qual o negro aparece como responsável pelo atraso social e econômico do país, sendo, então, um mal que deveria ser extinto da Nação. Para Gobineau:

Tal é a lição da história. Ele mostra-nos que todas as civilizações derivam da raça branca, e que nenhuma outra pode existir sem a sua ajuda, e que nenhuma outra pode existir sem a sua ajuda, e que uma sociedade só é grande e brilhante enquanto preservar o sangue do grupo nobre que a criou, desde que esse grupo também pertença ao ramo mais ilustre da nossa espécie.<sup>197</sup>

O negro foi entendido como instrumento de degeneração da raça branca; no período da escravidão, mercadoria e, no pós-abolição, como elemento “*indesejado*”. Reduzir o significado do negro a simples mercadoria ou como elemento “*inferior*” ou “*indesejado*” é ignorar as complexas redes estabelecidas entre brancos e negros, tanto no período da escravidão como posteriormente. Nesse sentido, se faz importante entender a trajetória da construção do conceito de raça e da marginalização do sujeito negro pela sociedade brasileira.

Para o início da discussão, destaca-se que o conceito de raça não é de simples compreensão, uma vez que transita entre os vários campos do conhecimento – sociologia, biologia, antropologia e história. Para Guimarães, raça foi um conceito socialmente construído e, por isso, deve ser estudado nas ciências humanas. Nas palavras do autor:

“raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem (WADE, 1997). As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essência entre gerações. Esse é o terreno próprio às identidades sociais e seu estudo trata desses discursos sobre origem [...]. O que são raças para a sociologia, portanto? São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo

---

<sup>196</sup> Idem, p.157.

<sup>197</sup> GOBINEAU Apud: SANTOS. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p.53.

sangue (conceito fundamental de entender raças e certas essências).  
<sup>198</sup>

O estudo de raça é um conceito datado dos fins do século XIX e produto da modernidade, não existindo, portanto, fora desse discurso. No entanto, seus fundamentos estavam nas idéias do século XVIII. A partir do exposto, identifica-se o conceito como entrelaçado à busca pela origem, à transmissão da cultura, mas também ao sangue, e, por isso, são constitutivos de laços de pertencimento e semelhança. É a raça que determina a diferença entre os povos, e se consolidou a partir da modernidade, tempos de grandes transformações tecnológicas. A expansão marítima possibilitou, ao europeu, conhecer novas “raças” e culturas, as quais possuíam dinâmicas diferentes, e não comungavam das mesmas tradições. No processo de colonização, o “diferente” do europeu foi caracterizado como ser sem cultura, civilização ou mesmo religião.

A construção negativa sobre os não europeus acabou determinando as relações estabelecidas entre os povos, justificando a colonização e naturalizando as relações de dominação dos brancos sobre os índios e os negros. Assim, com a raça, outro critério classificatório de grupo social foi constituído, ou seja, o de classe. No entanto, Guimarães adverte que, de acordo com a conceituação de Weber, de classe e castas, a colônia brasileira deve ser considerada como uma sociedade de castas e não de classes. A diferença reside no fato de que, em uma sociedade dividida em castas, não existe a possibilidade de ascensão social, e já na de classes é possível. No entanto, grosso modo, observa-se que o Brasil foi dividido, principalmente, a partir de “duas classes”, fechadas no critério de cor, no qual estava implícita a ideia de raça, de cultura e de civilização. Estas imagens naturalizaram a significação da raça pela cor, e, como Guimarães destaca, a naturalização destes discursos tornou-se “*nativo*”, “*uma categoria de posição social*”. Quanto mais “*ele habitual, menos ele é exposto à crítica, menos conseguimos pensar nele como categoria artificial, construída, mas ele parece ser um dado da natureza*”<sup>199</sup>.

O discurso de raça, a partir da colonização/escravidão, da inferioridade do negro e da superioridade do branco, tornou-se “natural” e aceito pelas classes.

---

<sup>198</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ª ed., Salvador: Associação Brasileira de antropologia, EDUFBA, 2008, p.65-66.

<sup>199</sup> Idem, p.68.

Consequência deste fato foi a cristalização da posição social, ou melhor conceituando, o lugar dos sujeitos na sociedade capitalista brasileira que se criava. As relações sociais que se estabeleceram no Brasil possuem como um de seus traços o autoritarismo. As relações, mesmo após a instauração da república e a disseminação de um discurso de igualdade, foram, na prática extremamente desiguais e violentas. Sendo a raça o ponto central dessas relações e do sentimento de identidade, esta voltada não para a nação, mas para os grupos étnicos.

Ainda nas trilhas de Guimarães, entende-se que os povos escravizados, trazidos de partes específicas da África – Congo, Angola, Moçambique, Zaire, Níger e Golfo de Benin – e com da Holanda, da Inglaterra, de Portugal e da França, a identidade “africana” ou “negra” foi construída originalmente a partir da sociedade escravocrata e das relações sociais e econômicas dela advindas, que legou ao negro determinado lugar na sociedade. É evidente que não se pode negligenciar/esquecer o processo de luta e de resistência dos africanos e seus descendentes em diáspora (assunto que será analisado mais adiante), mas se deve evidenciar que o monopólio da economia da classe branca no passado e no presente da história brasileira é uma realidade que não pode e não deve ser negada.

Ao caracterizar o conceito de raça “nativo”, Guimarães identifica que, nos dias atuais, a “cor” ainda é determinante para o sentimento de pertencimento/identidade de classe. O pesquisador demonstra que é comum aceitar o fato de que um homem branco, mesmo trabalhando como empregado, é identificado como pertencente à classe média, e um homem negro, mesmo sendo proprietário, permanece identificado com a classe pobre e votando em partidos ligados aos trabalhadores. Esta afirmativa, ao ser amplamente aceita como modo “correto” de classificação de classe deixa claro o quanto ainda a posição social é determinada pela cor e do lugar social.

Outro elemento importante destacado por Guimarães é o fato de que nem sempre a cor foi categoria predominante, mas ideia construída no Brasil, em algum momento da história, indicando que isso se processou com da escravatura e a pressão social dos ex-libertos, para sua inserção na sociedade. Para o autor, cor e racismo são ideias intrinsecamente ligadas, praticamente uma ligação mecânica, conceitos “*nativos*”. Mas o racismo não existiu desde sempre, foi construído historicamente. O termo racismo, de acordo com Silva e Rosenberg, foi introduzido,

no Brasil, a partir de 1970, “*período que se constitui nova organização do movimento negro: O Movimento Negro Unificado*”<sup>200</sup>.

Reflexões interessantes, no sentido de buscar entender a construção do conceito de raça, são as de Sebastião Nascimento e Omar Ribeiro Thomaz<sup>201</sup>. Para os autores, a ideia de raça, tal como a de Guimarães, evoluiu a partir da segunda metade do século XIX, “naturalizando” a diferença entre os homens. Mas, para eles, com o desenvolvimento do movimento intelectual ocorrido no início do século XX (primeira metade) na gênese da idéia de raça:

foi peremptoriamente comprovado que não havia fundamentos científicos, ganho cognitivo ou qualquer base de legitimação para que a população mundial fosse classificada nestes termos, o conceito de raça deixou de ser objeto real. O que permaneceu foi a idéia de senso-comum de que as raças continuavam operando como categorias válidas, algo que se apoiava unicamente na evidencia incontestável das diferenças somáticas visíveis predominantes entre grupos humanos.<sup>202</sup>

Assim, a partir dessas análises, afirma-se que a ideia de raça é datada de fins do século XIX, mas que, cientificamente, começa a perder sua força. No entanto, socialmente cristalizou-se, de tal maneira, que deixou de ser um conceito científico para tornar-se parte indissociável dos discursos de nação e identidade, ou, o que denominou Guimarães, conceito nativo. No entanto, a instauração da hierarquia entre as raças, da diferença/subordinação entre os homens são idéias pertencentes ao século XVIII. A escravidão, tanto dos negros como dos índios, apenas se torna legítima, a partir da idéia da diferença e da superioridade/inferioridade de um povo sobre o outro. O diferente, geralmente, foi entendido como inferior, e, por isso, passível de ser escravizado, para que alcançasse, juntamente com seu opressor, o *status* de civilizado. Assim, essas diferenças não dizem respeito apenas às questões físicas, mas, às religiosas e culturais.

Portanto, a civilidade no Brasil implicou esforços para mimetizar os europeus, quanto às formas de governo e de convivência social, simultaneamente à afirmação da supremacia da população branca sobre as demais etnias existentes no

---

<sup>200</sup> SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: TEUN A. van DIJK (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p.79.

<sup>201</sup> NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Ração nação. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo. (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. Ed: Salvador: Associação Brasileira de antropologia, EDUFBA, 2008 Falta página, p.209.

<sup>202</sup> Idem, 2008, p.212.

país. Isto justificou, no início do século XX a exclusão do ser negro do meio social, com a implementação de políticas de atração do imigrante europeu e branco. Ao analisar os momentos iniciais pós-abolição, Florestan Fernandes identificou a dificuldade da sociedade brasileira em criar uma economia capitalista expansiva<sup>203</sup>, para absorver todos os trabalhadores presentes no cenário nacional. Florestan Fernandes ressalta as dificuldades enfrentadas pelo negro, para se colocar frente à sociedade de caráter elitista e branca. Para o referido autor, o negro:

Perdeu sua condição social adquirida no regime da escravidão e foi relegado ao “negro”, à categoria mais baixa “população pobre” no momento exato em que alguns dos seus setores partilhavam das oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada. Dessa maneira, o negro foi vítima da sua posição social e da sua posição racial. Encetou, com os próprios meios, o processo pelo qual poderia ter se metamorfoseado de “negro” num novo ser social.<sup>204</sup>

Em Florestan Fernandes, tem-se a análise do processo pelo qual o escravo se “metamorfoseou” em trabalhador livre. Se com a escravidão os negros pertenciam à camada mais baixa da sociedade, não lhe foram abertos espaços, na constituição do trabalhador assalariado, relegando-o a um lugar ainda mais baixo na hierarquia social. Vítima da cor de sua pele, dos ideais difundidos nas entrelinhas dos discursos daquele momento, mas, principalmente do olhar danoso do branco sobre o negro, este se encontrava à mercê de sua própria sorte. Não se pode esquecer, porém, o histórico de luta contra essa mesma opressão.

Como já se analisou, a depreciação da figura do negro se fez presente em vários (con)textos ao longo da história. O silêncio sobre a atuação do negro e a escrita de argumentos que muito falam sobre sua imagem também foi aspecto presente. Segue-se o (des)fiar, mas agora a partir de alguns discursos, em voga naquele momento, que, quando analisados, trazem a conflituosa dinâmica entre nas relações entre brancos e negros, os quais, como foi visto, foram re-inventados com a abolição do trabalho escravo no Brasil. A partir deles torna-se possível estabelecer parâmetros para a discussão do significado do “ser negro” em meio à construção da ideia de raça e de racismo, entremeados aos escritos de Bomfim.

---

<sup>203</sup> FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª., ed. São Paulo: Global, 2007, p.87.

<sup>204</sup> Idem, p.87.

## 2- Silvio Romero: entre a crítica e o personalismo

As palavras são o elo de comunicação entre os homens. A palavra é falada, é escrita, exprime a visão que se possui do mundo ou a própria imagem. Lembrando Germaine de Staël, por meio das análises de Brescianni, tem-se que o foro íntimo sedimenta as palavras em pensamentos, estabelecendo diferenças, subjetividade e identidades. Para Staël, o romance possuía esse poder, pois conseguia entrar no lugar onde nenhum outro meio de comunicação alcançava, alicerçando a subjetividade e a identidade. Assim, a partir da palavra escrita, construíram-se as representações sobre o ser negro e os brasis presentes, na virada do século XIX para o XX. Nesse momento Silvio Romero foi testemunho das formulações que busca-se, pois foi sujeito singular de seu tempo.

Silvio Romero foi homem dedicado às letras, em múltiplos sentidos, ou seja, não se restringiu, em seus escritos, à mera crítica literária<sup>205</sup>, mas a outros campos do saber como a etnografia a filosofia e a história. Foi incansável na busca pelas tradições populares brasileira. Nos anos iniciais do século XX, Silvio Romero “gozou de um prestígio jamais alcançado em qualquer outro momento da vida intelectual brasileira”<sup>206</sup> na *República das Letras*. Seus escritos consolidaram imagens do Brasil, a crítica aos seus contemporâneos (ou seja, o certo e o errado, ou o bom e o ruim do que se escrevia) e as imagens sobre o negro, a mestiçagem, a modernidade e a civilidade, entre tantas outras formulações.

Em Romero, houve a preocupação em (des)fiar as imagens sobre a questão do negro e da mestiçagem, questão latente em sua obra. Para se entender seus argumentos, antes é preciso deter-se em sua própria imagem, para se ter a

---

<sup>205</sup> As dificuldades de delimitação das fronteiras entre as áreas do conhecimento não era fenômeno evidente apenas em Silvio Romero, mas candente em seu tempo e lugar. Scheneider ressalta que “As dificuldades de Silvio Romero em determinar a extensão e os limites de sua atuação intelectual, de alguma maneira sugere uma concepção de literatura relativamente incapacitada de operar a diferenciação entre a clássica concepção **retórica** e a percepção **romântica** da literatura. Se pode afirmar, ao menos, que traços da retórica clássica permaneciam válidas, impedindo uma definição moderna dos limites entre a história, a crítica, a ciência e a ficção. No Brasil de fins do século a distância e a distinção entre as narrativas romanescas e histórico sociológicas ainda eram flexíveis. Apesar de estar longe do universo clássico das belas letras, a concepção romeriana de literatura moderna, mantendo notáveis traços beletristas. Por **literatura** Silvio Romero compreendia diferentes e variados gêneros textuais, da economia política à geografia, do verso à história, das cantigas populares aos romances”. Grifos do autor. SCHENEIDER. Op. Cit. p.15. Assim, naquele momento os homens que se dedicavam às letras transitavam nas várias áreas.

<sup>206</sup> Idem, p.47.

dimensão de seu papel na sociedade em que vivia, para depois se pensar sobre suas argumentações em diálogo com Bomfim e outros discursos.

Se há, para Manoel Bomfim, uma imagem cristalizada como pensador esquecido no pensamento social brasileiro, a figura de Romero atrelou-se à sua influência intelectual e o personalismo em suas críticas<sup>207</sup>. Nas análises sobre Romero, evidencia-se sua crítica impregnada de personalismo, ou seja, muitas de suas percepções literárias advinha de seus relacionamentos pessoais, não se restringindo à palavra escrita. Assim, Romero foi um incansável polemista, e colocava-se como divisor de águas de seu tempo, mas, como outros homens de seu tempo possuía um projeto de transformação para o Brasil.

A Romero competia a “missão” de legitimar a “glória” ou “inglória” de seus contemporâneos. É o que se pode observar na fala seguinte: *“Não me pesa, meus senhores, fazer justiça a esse distinto homem e aos seus auxiliares dignos delle”*<sup>208</sup>. Aqui ele se referia aos atos de valentia do General Lopes e não aos escritos literários, mas se colocava como instrumento para “fazer justiça” aos valentes atos do militar. No que diz respeito à crítica literária tem-se o exemplo de Tobias Barreto:

Sim; eu não o estudei, eu o <<revelei>>; esta é a expressão própria. É o revelei por quase quarenta annos seguidos e em perto de quarenta publicações diversas... E, cousa singular! – não me repeti nunca, porque sempre o encarava, por necessidade da lucta contra os adversários desleaes, por qualquer aspecto novo.<sup>209</sup>

O tom é o mesmo, o de *“fazer justiça”*, inaugurar ou consolidar visões sobre os escritores de seu tempo, travando uma luta com seu redor, se fazendo

<sup>207</sup> Assim Scheneider o descreve: *“À Silvio Romero jamais faltaram inimigos, e José Veríssimo encabeçava a lista de desafetos. Ambos mantiveram uma longa e deselegante polêmica, com mútuas provocações, embora ninguém fosse mais belicoso que Silvio Romero. A disputa por leitores num clima de rarefação cultural potencializou as disputas entre os intelectuais e a formação de “cotteries”, na expressão de Machado Neto. Porém seria exagero reduzir as desavenças às disputas, ainda que isso compusesse o enredo, sobretudo naquele momento histórico, onde viver da pena tinha um valor nobilitante, quase heráldico”*. Idem, p.48. O que possibilita inferir que as brigas pessoais influenciavam sobremaneira suas críticas. Muitas adentravam a descaracterização, beiravam o pessoal, como por exemplo a crítica que fez à Bomfim: *“Larga essa historia de letras, Manoel; toma meu conselho: não tens embocadura para isso. Larga, larga e vae por ahi a receitar drogas e purgantes. / Mesmo nisso não farás boa figura, por que és pouco intelligente; mas, enfim, é onde, apesar de tudo, poderás ficar [...]”*. A crítica elaborada por Romero a Bomfim é ácida, e caminha para questões pessoais, de difícil definição *“és pouco inteligente”*. Era uma crítica cheia de personalismo e violenta, que visava a depreciar a figura de Bomfim, ao mesmo tempo em que reafirmava a sua como sabedor do que era bom e ruim. ROMERO, Silvio. *Provocações e Debates*. Contribuições para o Estudo do Brazil Social. Porto/Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1908, p.234.

<sup>208</sup> Idem, p.329.

<sup>209</sup> Idem, p.211.

ouvido, entre seus pares, mas para além deste fato, respeitado. “O revelei por quase quarenta anos seguidos” esta afirmativa nos leva a refletir sobre o longo tempo que escreveu e a força de sua crítica. Como já afirmou Scheneider a crítica de Romero não se dava apenas a partir do campo pessoal, mas possuía preocupação científica, e envolvia o Brasil em um movimento de fazer-se enquanto país civilizado e moderno:

Minha crítica não tem sido tão dissolvente, como aos inimigos aprouve assoalhar. Inspirei-me sempre no ideal de um Brasil autônomo, independente na política e ainda mais na literatura. Desse pensamento inicial decorreram todas as minhas investidas no domínio das letras. [...]

A aplicação ao Brasil é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral servem de esteio gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental. [...]

Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida. Sejam eles a tríplice empresa do futuro. Tenhamos confiança!<sup>210</sup>

E mais a seguir:

Meu trabalho será apenas o de fazer uma synthese, enfiar as contas de um rosário que quase toda a gente tem manipulado.

Nosso maior mal, disse, é não termos a consciência positiva de que realmente somos, e muito ao envez disso, dar-mo-nos a nossos propios olhos uma superioridade, uma grandeza, um poderio, um progresso, uma cultura, uma adiatamento, uns predicados quase sem par por ahi além entre as demais nações.

Dessa terrível consciência derivam males gravíssimos em todas as esferas da vida nacional: política, estado social, direito e legislação, finanças, ensino, educação, literatura economia nacional, industrias, e moral publica. [...]<sup>211</sup>

O campo das letras estava diretamente envolvido na ação do fazer-se do Brasil. Romero fiava sua crítica a partir de seus anseios de transformação social. Tem-se então evidenciado o que era alvo deste escritor: uma crítica e uma política autônoma, preocupações etnográficas – para compreender a cultura brasileira – a questão do mestiçamento em diálogo com o físico, o moral. A “*esperança no futuro*” dá indícios de um país que se fazia, não estando pronto. Em meio a este fazer de Brasil, depara-se com a questão da raça e das teorias européias, pois o “evolucionismo filosófico é a base fundamental”. “Futuro” e “mestiçamento” da

<sup>210</sup> ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943, (tomo I), p.46-48.

<sup>211</sup> Idem, p.46-48.

sociedade brasileira são imagens, mesmo que em um primeiro olhar, separados e interligados. A crença no futuro, parecia possuir implicações biológicas.

O Brasil daquele momento possuía, em sua caracterização, a presença de negros, de brancos e de índios. A partir do olhar ocidental (do branco) não poderia existir a comunhão entre as três raças, como forma de se perceberem como iguais, mesmo na diferença. A diferença estava colocada e minava a possibilidade de se ver o negro como igual ao branco. O Brasil se faria país civilizado apenas a partir do “extermínio” do elemento negro da “raça” e da cultura brasileira. Vejamos instigante análise de Romero sobre o Brasil e o povo brasileiro:

1 – O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única.

2 – É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado.

3 – Pouco adianta por enquanto discutir se isso é um bem ou é um mal; é um fato e basta.

4 – A palavra mestiçagem aqui não exprime somente os produtos diretos do branco e do negro e do índio; expressa em sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil, compreendendo também as dos diversos ramos da raça branca em si.

5 – Esta característica é a verdadeira no presente e no futuro, quer predomine sempre a atual mescla índio-áfrico-portuguesa, quer venham a predominar, mais ou menos remotamente, os elementos italiano e germânico, trazidas por uma colonização até hoje mal dirigida e pior localizada;

6 – O elemento branco tende em todo caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico africano e com a imigração européia, que promete continuar;

7 – Comparando o norte e o sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no sul, introduzindo novos elementos, fato que vai cavando entre as duas regiões do país valo profundo, já de si preparados sobre as diferenças dos climas. [...]

Como quer que seja e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas.<sup>212</sup>

Sua análise sobre o Brasil e sobre ser brasileiro iniciou-se com constatação de ser, o brasileiro, um povo mestiço. A mestiçagem era, então, sua característica central, não sendo necessário determinar o quanto este fato influiu na cultura brasileira. No entanto, a seguir têm-se outros traços relevantes. A teoria da superioridade racial do branco se junta à necessidade da imigração europeia,

<sup>212</sup> ROMERO. Op. Cit. p.134-135.

naquele momento com pouco frutos<sup>213</sup>. Interessante perceber que Romero mescla a falta do sangue branco com o atraso de determinadas regiões, mas também o fim do tráfico negreiro com a possibilidade de imigração branca. Nesse movimento de maior sangue branco, igual a maior progresso, tem-se o norte como região mais atrasada. Já o Sul, com imigração branca, deslanchava no cenário nacional.

Romero chama a atenção para as diferenças entre as duas grandes regiões brasileiras, em função da forma como era povoada (número de sangue branco), mas também de seu clima. Em suas análises se faz presente a crença no futuro, que proporcionaria o predomínio do sangue branco. Em meio à defesa da necessidade do mestiçamento, estava embutido o preconceito de raça, é possível entendê-lo na medida em que se direciona para a imagem do negro/mestiço daquele momento. Assim, passa-se às imagens fiadas por Romero e à cultura brasileira em âmbito mais geral.

A intenção desta pesquisa foi também colocar em diálogo Bomfim e outros escritos de seu tempo. Nesse sentido, identificam-se as preocupações/intenções de Bomfim e Romero, que dialogam:

Mas qual assumpto que devo suggerir ás vossas attenções? Tanto são elles, tão graves se mostram e tão descurados andam esses problemas, desattendidos, uns, pela ignorância e incapacidade dos que se arrogaram o privilegio de nos governar; desorientados, – outros, pelos instinctos depredadores da maior parte de truculentos mandões, que causa dó o estado de aviltamento moral em que jaz desempenhada a nação...

De que deverei tratar? Da Republica e a Instrucção? Da Republica e a Educação Popular? Da Republica e a Defesa Nacional? Da Republica e a Organização das Classes Armadas? Da Republica e a Assistencia aos Desvalidos? Da Republica e a Vida Economica Nacional? Da Republica e as Finanças? Da Republica e a Elevação selectiva da População? Da Republica e a Sciencia? Da Republica e a Literatura? Da Republica e a Política Internacional hodierna? Da republica e o direito e a Organização da Justiça? Da Republica e as Oligarchias?

Na hora actual este ultimo é o assumpto que se impõe formidável: há mister destruir, cortar, amputar o monstruoso parasita que nos envilhece, deturpa, amesquinha e mata...<sup>214</sup>

Silvio Romero apresentava temas que deveriam ser discutidos e que iam além da pura crítica literária; eram variados e poderiam abarcar desde educação,

<sup>213</sup> Ou nas palavras de Romero “mal direcionada”.

<sup>214</sup> ROMERO, Silvio. *Provocações e debates*. Contribuições para o Estudo do Brazil Social. Porto/Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1908, p.403.

ciência, política e outros. As intenções de Romero, grosso modo, estavam em consonância com os escritos de Bomfim<sup>215</sup>. O vocabulário, em alguns momentos, se assemelha: “*aviltamento moral*”, “*instintos depredadores*”, “*parasitas*”, todos também existentes nos escritos de Bomfim. Em páginas anteriores vê-se a crítica feroz de Romero a Bomfim. Agora é possível deparar com o fato de que não andavam tão distante um do outro. O que os diferenciava profundamente eram as conclusões a que chegavam e a forma de analisar a questão do negro na formação da história brasileira.

Em pleno período pós-abolição<sup>216</sup> o silêncio sobre a realidade do escravo era candente e identificável nas entrelinhas deste artigo. Romero foi um dos intelectuais que se debruçou sobre a questão da pretensa “inferioridade” racial. Entre os temas elencados a serem debatidos não estava presente, em um primeiro momento, como problemática<sup>217</sup>, mas folheando-se as páginas, encontra-se nesse mesmo artigo, a questão étnica, colocada de forma a reafirmar o preconceito sobre o negro/mulato:

O terceiro grupo de oligarchias tem medrado principalmente na Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Goyaz.

É a reprodução atávica do systema dos *Indunas* africanos e por isso tem reinado preferentemente nas terras onde o mestiçamento dessa origem é mais intenso no paiz: a subserviencia matreira, como meio de successão no poder e a subsequente *traição*, como meio de substituir um grupo oligarchico a outro.

Na terra classica do antigo operariado negro no cultivo do tabaco e da canna de assucar, – *Severino* desthrona a *Vianna* e é desthronado por *Marcelino*, que será infallivelmente por alguém [...] Uma verdadeira degradação!...<sup>218</sup>

<sup>215</sup> Bomfim se preocupou, entre outros temas, com a “*invasão*” dos Estados Unidos nos países latinos a partir da ação da Doutrina Monroe. Bomfim estava entre os intelectuais que fundaram a Universidade Popular no Rio de Janeiro, com vistas à formação popular, empreendimento com pouco tempo de vida. Enfim, dedicou-se a pensar a República em seus diferentes aspectos, econômicos, políticos e sociais.

<sup>216</sup> Este livro foi editado em 1908, mas reuniu escritos de Silvio Romero anteriormente publicados na imprensa do Rio de Janeiro.

<sup>217</sup> Muitos dos primeiros pensadores que se debruçaram sobre a história do Brasil não se dedicaram a incluir o negro na escrita da história do Brasil. No entanto, para Sheneider “*Silvio Romero, diferentemente, defendia a importância do “africano”, procurando-lhe um lugar na genealogia (da) nação, também isso como uma forma de incluir e diluir as diferenças, sempre em nome da unidade nacional [...] Romero evitaria a eleição de um “tipo” em detrimento do outro, menos pelo reconhecimento de legitimidade das diferenças, mas pela miragem nacionalista, onde deveria sempre predominar a “unidade na multiplicidade”*”. Dissertação, p.84.

<sup>218</sup> ROMERO, Silvio. Op. Cit. p.415.

Neste artigo, Silvio Romero apresentou três tipos de oligarquia<sup>219</sup> que se faziam presentes em território brasileiro. Na caracterização da terceira forma, têm-se alguns preconceitos em seu olhar, que integravam a própria visão do branco sobre o negro. Romero atrelou o espaço geográfico, ao passado, para a formação das oligarquias. Assim, o local onde permaneceu o grande número de escravos – Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás – era identificada como a “*terceira oligarquia*”, em que se deparamos com a descaracterização dos integrantes, os “*africanos*”, pois era a “*terra do antigo operariado negro*”.

A “*degradação*” do caráter, a partir da traição política foi o traço evidenciado por Romero, ou seja, o sujeito pertencente à terceira oligarquia não inspirava confiança, não retribuiria a confiança antes nele depositada por outrem. Os laços, Mas o aspecto que chama atenção na análise é a traição, ação que permeia o sujeito que instiga.

Silvio Romero, mesmo dividido entre sua experiência e as teorias raciais, defendeu a idéia de branqueamento da sociedade brasileira, como caminho para alcançar o progresso almejado naquele momento. Romero foi intelectual atuante, em seu tempo, e sua ideia encontrava-se em consonância com intelectuais, como se vê em alguns traçados do Jornal do Commercio e em Nina Rodrigues.

### **3. Na urdidura da palavra: Jornal do Commercio e Nina Rodrigues**

Se são identificados argumentos depreciativos da figura do negro, nos escritos de Romero, o Jornal do Commercio construiu imagens similares. O significado desses traçados estava, muitas vezes, nas entrelinhas dos escritos, formando seus nós. A partir de tais imagens verifica-se a consolidação da depreciação do negro, na escrita da história do Brasil, mesmo nos momentos posteriores à abolição do trabalho escravo.

Nesta linha de pensamento, tem-se a secção “Dominical” do Jornal do Commercio, de 1904, na qual se depara com imagens do negro/mulato. Anteriormente, retratava-se a figura do negro/mulato atrelada à traição e agora à bestalidade, à feiúra, à noção de conduta/personalidade “*primitiva*”. O relato

---

<sup>219</sup> Aqui não interessou o conceito de oligarquia, no olhar de Romero, mas sim os discursos construídos sobre o negro, o que leva a entender os fios que tramaram a construção da imagem do ser negro no Brasil na virada do século XIX para o XX.

descrevia a prisão de um “mulatão” que “aprontou mais uma das suas”, ou seja, transgrediu as regras do “socialmente aceito” pela sociedade branca. Atente-se para a luta do sujeito por sua liberdade:

Como se afirmou anteriormente, o mestiço nas primeiras décadas da República, ganhava novo lugar na sociedade que se cristalizava. Esse lugar foi se fazendo, nesse entrelaçado, em uma perspectiva singular:

Jogava capoeira de um modo absolutamente magistral; por isso os guardas haviam lhe tratado de deitar a unha, agarrando-lhe os braços com a energia de dous campinos grudados ao chifre de um boi. Se facilitassem, se lhes desse campo, iria naquelle largo um pavor de pulos e de rasteiras. Como lhe impediam a agilidade, lhe não concediam palmo de terreno em que podesse *espalhar-se*, o mulato embezerrara, pondo então em jogo o volume do corpanzil e a resistencia bestial dos musculos. Encolhia-se todo, entre os dois guardas recuava como rez manhosa, à entrada do açougue; de vez em quando deixava-se cair, enrodilhava-se na calçada, com os dous guardas por cima. O esforço de resistência fazia-o bufar, ranger os dentes; nos seus rasgados olhos acendiam-se clarões desesperados e assassinos: a cada passo que o obrigavam a avançar, mais ardente se lhe espelhava no carão reluzente de suor o odio da rebelião.<sup>220</sup>

A descrição do episódio é violenta, nela surgem palavras que coloca o mulato como ser bestial – “*Chifre de um boi*”, “*embezerrava-se*”. Em toda a narrativa tem-se a aproximação entre o sujeito e o gado, mesmo os sons emitidos não era de homem (bufar). O jogo de capoeira se entremeia aos gestos de um animal, no qual a unhada dos guardas foi necessária para detê-lo. Era como uma fera, não lhe podiam ceder espaço, fugiria. Os músculos proporcionavam ao sujeito, para o relator, uma resistência bestial. As palavras utilizadas, como o “*carão reluzente*”, são ofensivas e demonstram o pouco apreço do espectador para com o sujeito. No olhar, o mulato carrega o brilho de desespero, de um assassino, mas nos gestos do corpo lembrava a um animal à beira do matadouro. Gestos e imagens que se misturam, fiando olhar depreciativo sobre o mulato, no qual as expressões para descrever a luta levam, necessariamente, à idéia do primitivo, do não civilizado, do feio.

---

<sup>220</sup> Folhetim do Jornal do Commercio, *Dominicaes*. Jornal do Commercio, Anno 84, no. 219, 7 de agosto de 1904, p.01.

O interesse da pesquisa, ao trazer este relato, não foi a prisão em si ou os motivos que a instigaram, mas os traços fiados sobre a imagem mulato/negro. Sutis nós, que se fizeram na urdidura dos anos iniciais do século XX. Em uma análise atenta, vê-se que pouco se distinguia da visão anterior apresentada sobre o escravo como ser bestial e assim inferior ao branco. Discursos de pretensa igualdade se chocam com a realidade, na qual o negro/mulato não se integrou de fato. Aqui, ainda era explícita, a veiculação das idéias de “inferioridade” racial.

Nesse mesmo momento, e ainda se tem em Nina Rodrigues<sup>221</sup> mais um fiador de imagens do ser negro. Nina Rodrigues, em seu tempo e lugar, foi intelectual reconhecido por pesquisas na área de medicina legal. Em sua obra “*Os africanos no Brasil*” investiga a ascendência dos negros que entraram em território brasileiro e a preservação/ mudança da cultura africana e as conseqüências desta para a cultura brasileira<sup>222</sup>. Vejam-se alguns destes traçados:

E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular-se na luta de concorrência que lhe movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornaram equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização européia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distancia e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. [...] Não é, pois, a concepção teórica, toda especulativa e não demonstrada, de uma incapacidade absoluta de cultura dos negros, que merece preocupar povos, como os brasileiro, que, com a escravidão africana, receberam e incorporaram em sua formação étnica doses colossais de sangue negro. O que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento, processo natural que os negros se

---

<sup>221</sup> Fernando Sales afirma que “*Sua escola (de Nina Rodrigues) deixava inúmeros discípulos, continuadores de sua obra, salientando-se dentre outro, no Rio de Janeiro, além de Afrânio Peixoto, Leitão da Cunha, Diógenes Sampaio, Nascimento Silva, Fernando Magalhães, Heitor Carrilho, Artur Ramos; em São Paulo, as figuras de Oscar Freire, Alcântara Machado, Flaminio Favero; na Bahia, João Américo Garcez Fróes, Rodrigues Dória, Estácio de Lima; e em Pernambuco, Augusto Lins e Silva e Ulysses Pernambucano. De sua valiosa bibliografia destacam-se estudos de Sociologia, Etnografia, Antropologia, “todos eles tratados com capacidade admirável, e não raro, resolvidos com tino quase profético”, como tão bem observa Afrânio Peixoto*”. In: RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. p, 279.

<sup>222</sup> Para Nina: “*Como resultado de todas estas influências desfavoráveis, a energia de todo o povo degenerou em indolência e gozos sensuais e para sair desta situação serão necessários séculos, porque a natureza exerce sobre o desenvolvimento humano uma influência soberana que tanto é mais poderosa quanto mais próxima se acha o povo do estado primitivo, pois nas sociedades civilizadas vai-se aprendendo gradualmente à combatê-la*”. Idem, p, 266. Assim, Nina liga a imagem do ser negro ao primitivismo que dificultava o progresso brasileiro, a relação do negro com a cultura brasileira se fez de forma negativa, levando-a à degradação.

estão integrando ao povo brasileiro, para a grande massa da sua população de cor. / Capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço ário-africano [...] conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país: tal é na expressão de sua vigorosa feição prática o aspecto por que, no Brasil, se apresenta o problema *negro*.<sup>223</sup>

Como no argumento anterior, a necessidade de transformar o Brasil em país civilizado foi demonstrada, mais forte era a idéia de inferioridade racial, pois a superioridade da cultura do branco foi evidenciada por Nina Rodrigues como meio de valorizar a cultura do branco versus a fraqueza do negro. Para além desta questão, o negro foi entendido, por Nina Rodrigues, como entrave ao processo civilizatório ou do progresso, tendo em vista a própria essência do negro, um povo fraco. Necessário lembrar que a visão sobre a superioridade do branco se fazia presente no Brasil daquele momento. Uma das expressões da civilidade e do progresso era o desenvolvimento industrial. Se o branco buscava meios para dinamizar seu presente, a partir da indústria, o negro, por sua vez, era inapto para tal progresso, dada sua fraqueza e mesmo sua incapacidade. Nina Rodrigues acreditava na “incapacidade absoluta de cultura” do negro. Esse era um olhar forte e depreciativo, que termina por legitimar o pensamento corrente e escrevendo páginas da história do Brasil.

Seguem as análises de Nina Rodrigues sobre a relação do negro e a história do Brasil:

Dada a sua absorção na população compósita do país, e por outro lado dadas as diferenças de capacidade e graus de cultura entre os povos negros importados, está claro que a influência por eles exercida sobre o povo americano que ajudaram a formar será tanto mais nociva quanto mais inferior e degradado tiver sido o elemento africano introduzido pelo tráfico.<sup>224</sup>

A multiplicidade racial funciona, no imaginário europeu, como elemento de preconceito contra os latinos, mas, em seu tempo, Bomfim enfatiza que a questão étnica, presente no Brasil, o fez um país diferente, mas não inferior. Essa afirmativa, para o contexto de sua escrita era “inovadora”, uma vez que naquele momento as idéias racistas estavam fortemente presentes no Brasil. Muitos viam na

---

<sup>223</sup> RODRIGUES. Op. Cit. p.265.

<sup>224</sup> Idem, p.268.

miscigenação a necessidade de abolir a população negra, para que o país alcançasse o almejado patamar de progresso. Esses pré-conceitos encontravam respaldo, no Brasil, nas argumentações de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, entre outros.

Assim, tem-se a tensão entre esses intelectuais e os que iniciaram a crítica a estas idéias da inferioridade do negro. Figura entre estes, além de Manoel Bomfim, Lima Barreto e João Quirino. Bomfim, com sua narrativa, problematiza a questão das raças e sua suposta inferioridade/superioridade, e, mais uma vez, identifica-se o quanto suas análises se encontravam ligadas diretamente ao debate que ocorria ao seu redor.

Já se sabe como foi intenso o debate entre os *homens das letras* no período em estudo. Esses debates se davam nas rodas boêmias que se encontravam nos bares e padarias, na famosa rua do Ouvidor, mas também nas colunas dos jornais e das revistas. Vários eram os escritos dedicados não apenas a informar os acontecimentos cotidianos, mas a formar opinião e fomentar novo imaginário sobre as transformações econômicas e políticas pelas quais atravessava o Brasil.

Ressalte-se que havia os jornais de grande circulação e longa duração e os jornais proletários, cuja vida nem sempre era longa e estampava, em suas páginas, os ideais de uma sociedade mais justa e igualitária. Os últimos eram, em sua maioria, fruto da organização dos trabalhadores imigrantes, que vinham para o Brasil em busca do sonho de uma vida melhor e aqui se deparavam com péssimas condições de vida e trabalho.

Em maior expressão, tem-se o outro lado, ou seja, os que eram apoiados pelas classes dominantes e, mesmo que em certos momentos fomentavam a crítica da realidade social. Suas páginas estampavam os ideais de branqueamento da população brasileira. O *Jornal do Commercio* estava nesse contexto. Era meio de informação mas, por outro lado, instrumento de formação do novo ideário social que aquele momento pedia. Nas páginas desse jornal, identifica-se alguns dos nós que se colocavam no debate sobre a realidade do Brasil:

O problema da imigração entrou para o Brasil em phase nova. Aos algarismos mesquinhos com que costumávamos recopilar o movimento immigratorio de annos anteriores, substituirão outros com que muito podemos satisfazer-nos e realmente denotão da parte da adminstração energia e confiança no valor do supprimento de forças

que da imigração é para esperar. Seja qual for a influência que nisto haja tido a grande resolução legislativa de 13 de Maio, é muito agradável e auspicioso que com o sucesso daquela data tenha coincido o extraordinário impulso dado á corrente immigratoria. Este phenomeno deixa esperar com a mais perfeita segurança que, em prazo curto, estará de todo completada a verdadeira revolução económica que começou para nós em 1871, quando bloqueamos a escravidão pela liberdade do ventre. Antes de tudo registraremos o movimento immigratorio de Dezembro, jamais igualado a nenhum outro período mensal. Só pelo porto do Rio de Janeiro recebemos então 12.518 immigrantes [...].<sup>225</sup>

Este é o resultado apresentado pelo jornal, ao final do ano em que foi abolida a escravidão no Brasil. As informações são emblemáticas para se compreenderem as idéias e os anseios, presentes naquele momento, que em muito diferiam dos do pensador. Na passagem, tem-se o encantamento pela elevação do número de trabalhadores estrangeiros que entraram no país para o “*supprimento das forças*”, pois antes eram “*mesquinhos*”. Ou seja, os espaços antes reservados ao negro, com a abolição da escravidão, estavam vagos e passaram a pertencer aos estrangeiros. Assim a imigração entrou em “nova fase”.

Ao longo deste artigo, identifica-se que a figura dos ex-escravos não fazia mais parte do contexto do trabalho. Esse fato, ao longo do processo de consolidação da moderna sociedade brasileira, coloca o negro como sujeito marginal, cujas imagens traçadas de negatividade persistem.

#### 4. Outros fios: Bomfim e seu contra-discurso

A proposta desta pesquisa é analisar seus textos de Bomfim, como “contra-discurso” que busca, para o Brasil, um caminho mais democrático e que acena para a possibilidade de interpretação do período da Primeira República no Brasil a partir dos conflitos existentes entre brancos e negros. No contexto em que Bomfim escrevia, a superioridade da raça branca justificava a dominação dos povos europeus sobre os povos latinos e a dominação dos brancos e ricos sobre os negros e os pobres no Brasil.

Bomfim, ao não compactuar com essas teorias raciais de dominação, inaugura visão diferenciada sobre o passado e o presente brasileiro, no qual o negro

---

<sup>225</sup> A imigração em 1888. Jornal do Commercio, 04 de janeiro de 1889, Anno 67, no. 4. Retrospecto político do anno de 1888 Brazil.

não mais é interpretado como raça inferior a ser extinta, mas como grupo social que necessita de educação para seu pleno desenvolvimento. O pensador justificava os males do Brasil como resultado da dominação dos colonizadores (afirmativa realizada, posteriormente, por outros autores). Para Bomfim, os colonizadores faziam parte de uma nação degenerada, que, mesmo possuindo um passado de glórias e aventuras, transformaram o Brasil em um país estagnado, que sobrevivia à custa do parasitismo.

Como afirmado, Manoel Bomfim interpretou, de forma singular, a realidade em que vivia. A partir desse pensador, será possível identificar a consolidação das várias classes sociais a partir das diferenças étnicas e econômicas e não apenas como um todo homogêneo, como a maioria dos discursos buscam explicar e construir a identidade nacional.

As atrocidades sofridas pelo negro, durante a escravidão foram inúmeras, e envolvem desde a escravidão em si, passando pelos castigos corporais, os estupros, o tratamento recebido pelos africanos, chegando à longa jornada de trabalho, enfim, às péssimas condições de vida e de habitação, entre vários outros fatores. No entanto, acredita-se que o mais cruel dos fatores, e que agia diretamente na identidade – subjetividade de cada sujeito foi a desintegração dos laços de parentesco e de sociabilidade existentes entre eles, pois dificilmente um escravo continuava no mesmo local de trabalho que sua família e/ou amigos/as.

Como ressaltado, o período privilegiado para as análises foi momento fértil, na formulação de discursos que intentavam construir a história do Brasil e sua identidade. Paralelamente, havia a formulação de projetos de transformação da realidade social, nos escritos de Manoel Bomfim, Silvio Romero, Lima Barreto, entre outros. O debate entre os *homens das letras* era caloroso, se dando nas redes de sociabilidades criadas, mas também presentes na imprensa do período. Em certa medida, a posição assumida pelo escritor consolidava seu lugar entre seus pares. Como se viu no capítulo anterior o lugar de Bomfim naquela sociedade, era dúvida, pois mesmo ocupando posições estratégicas no campo educacional não se fez *homem das letras* reconhecido, ou seja, aclamado por boa parte dos *homens das letras* de seu tempo. Por longo período, sua expressão no pensamento social brasileiro foi diminuída. No entanto, Bomfim, em seu tempo e lugar, obteve, sim, inserção no meio intelectual, publicando livros em diferentes campos do conhecimento (pedagogia, história, psicologia) e escrevendo em jornais. Estas ações

não o colocavam à margem do meio intelectual, mas com presença respeitável. Eis uma resenha de sua obra “Pensar e dizer” <sup>226</sup> na Revista do Brasil, na secção Bibliographia:

O brilhante escriptor tem-se deddicado especialmente á literatura didactica, e nesse genero, contando com as que escreveu de collaboração com Olavo Bilac, produziu uma duzia de volumes, todos elles, por muitos titulos recommendaveis. Este ultimo trabalho pertence também ao gênero didactico. O Sr. M. Bomfim, com aquelle estylo claro, fluente e elegante que possui, nesta obra, o symbolo no pensamento e na linguagem, e realisou o seu escopo offerecendo aos estudiosos uma obra de alto valor. (...) Chamamos a attenção dos estudiosos, e principalmente dos homens de letras, para esse trabalho do sr. Bomfim, que é uma mina riquíssima de idéias e de suggestões.<sup>227</sup>

A resenha sugere alguns traços da imagem de Bomfim, cunhada em seu tempo: “brilhante”, “escritor de títulos recomendáveis”, “estilo claro”, “vasta obra”, “mina de idéias”. Estas são observações que o desenhavam como escritor fecundo, com obra respeitada e merecedora de ser lida. A posição do resenhista possibilita fortalecer a imagem da dubiedade do lugar de Bomfim, pois será colocada em diálogo com os fios tramados por Silvio Romero.

Manoel Bomfim encontrava-se na contramão desses discursos, ao não compactuar com as ideias correntes sobre aspectos que diziam respeito à história do Brasil, aos caminhos do progresso e à suposta superioridade do branco e das classes populares em geral. No (des)fiar de Brasil, as narrativas de Bomfim configuraram-se como um contra-discurso, ou seja, um discurso que se encontrava à margem do corrente, seja na forma como era escrito, seja na sua repercussão na sociedade de seu tempo. Entende-se que essa afirmativa é controversa, uma vez que, por exemplo, seu penúltimo livro “O Brasil na América” foi esperado com expectativa. Já “*America Latina: males de origem*” foi obra muito criticada de Bomfim, dado os pressupostos e argumentações então trabalhadas. As análises de Bomfim revelam outro olhar sobre o ser negro e seu lugar na consolidação da moderna sociedade brasileira:

Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo: “nenhum braço português tocava os engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil”.

<sup>226</sup> BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer*. Estudo do Symbolo no pensamento e na linguagem. Casa Eletros. Rio de Janeiro, 1923.

<sup>227</sup> Bibliographia. Revista do Brasil. Rio de Janeiro, nº.57, setembro de 1920, p.359/360.

E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, ifamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida a enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição. Ainda hoje, mesmo os homens que conseguiram pelo seu labor próprio e esforço pessoal uma situação social desafogada e próspera, mesmo antes, só aspiram para os filhos às profissões em que lhes parece que não será preciso trabalhar, e quando, pelas vicissitudes da fortuna, uma rapaz das classes medianas se vê forçado a ganhar a vida *trabalhando*, ei-lo que emigra: “tem vergonha de trabalhar no meio daqueles que o conhecem”.

Com tal sistema de produção, e com espíritos assim envilecidos pela ambição de riquezas, era natural que o escravo fosse considerado como uma máquina, apenas. Os *senhores* não pensavam senão em tirar deles o máximo de trabalho – a tarefa medida a varas, o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente que levantasse a cabeça da enxada. Comprado ou vendido, o negro ou o índio, era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juro, o recurso para que não se extraviasse. “Fazia-se ao negro o que não é lícito fazer a nenhuma espécie de gado”.<sup>228</sup>

Bomfim volta-se para o próprio sentido do trabalho difundido entre os brasileiros. Este se apresentava como algo degradante<sup>229</sup>, do que não se ocupava indivíduo que adquiria alguma posse, mesmo que proveniente do trabalho. Assim, a figura do trabalhador, por largo tempo, esteve associada à do negro. Temos também a análise da imagem do negro intercalada ao animal (gado), mas como meio de criticar e de revelar a realidade cruel do negro e não intentavam construir imagem depreciativa sobre o ser negro, como analisado anteriormente.

A imagem degradante do trabalho, por longo tempo, esteve atrelada ao negro. O negro era quem fazia o trabalho necessário ao desenvolvimento do país. Imagens que se cruzam e fazem compreender o quanto eram complexos os mecanismos de depreciação da figura do negro. Há que lembrar que as relações de trabalho eram complexas e atingiam muitos sujeitos brasileiros: branco, pobre, índio, entre outros. O que se dizs é que a imagem primeira do trabalho – como fardo – estava intrinsecamente ligada ao negro. No entanto, sabe-se que muitos sujeitos

<sup>228</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.132.

<sup>229</sup> Silvio Romero assim percebe a questão do trabalho no Brasil: “A propensão que teem os moços para se graduarem, para receberem titulos academicos é notória. É para seguirem a vida das cidades nas profissões liberaes, no jornalismo, na literatura, empregos de administração./ Nas classes inferiores o que ao conseguem arranjo compatíveis com sua falta de cultura, ou nas obras publicas, teem um derivativo nas fileiras do exercito que se recruta pelo voluntariado, ou nos corpos policiaes e milícias urbanas que são numerosos na capital e nos Estado. ROMERO, Silvio. *Provocações e Debates*, p. 204. Aqui mais uma vez temos um tema discutido por Bomfim e Romero. O que indica o quanto Bomfim estava em constante diálogo com seu tempo.

desejavam se dedicar ao trabalho administrativo e às profissões liberais, e se negavam a determinadas funções, que demandassem esforço físico.

Se na virada do século XIX para o XX, era perceptível a necessidade de re-significação do trabalho e do trabalhador negro, esta situação não foi tranquila. Bomfim lembra como o desenvolvimento econômico do Brasil se fazia a partir do “parasitismo degradante” dos que dominavam o cenário econômico:

É um parasitismo depredador – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário. Alimentado pelo escravo, os colonos se desenvolvem tanto, *floresce* de tal forma a colônia, que outros são tentados a ir explorá-las. Assim se fez o Brasil – um produto espontâneo da fertilidade das terras do tráfico de escravos. “Sem os negros, o Brasil não teria existido” [...] Foi à custa desta mina e dos tributos e monopólios da colônia americana que Portugal passou a viver, quando o despojaram por completo da Índia [...] <sup>230</sup>

A exploração do tráfico negreiro e o trabalho escravo como meio de ganhar “dinheiro fácil” solidificaram as relações econômicas no Brasil. No olhar de Bomfim, o parasitismo existente definia a exploração e, como o lucro era fácil, funcionava “*Sem os negros o Brasil não teria existido*” é uma afirmativa que busca colocar o negro como sujeito importante no processo de formação brasileiro. Bomfim não deixa de criticar as atrocidades que sofreram os negros, e o “parasitismo” dos portugueses.

O trabalho escravo e as relações capitalistas que se sedimentaram no período pós-abolição caminharam juntos com a formação da cidadania no Brasil. As reflexões realizadas por José Murilo de Carvalho nos anos de 1990, apesar da distância temporal, são luminosas, pois deixam claro que, em certos setores da sociedade, os indivíduos não possuem seus direitos respeitados e, conseqüentemente, não são cidadãos(ãs). O historiador, a partir do relato de um acontecimento cotidiano – a invasão, por policiais, da casa de uma suposta macumbeira, senhora pobre que se auto-identifica como crente – proporciona interessantes indícios para o entendimento do significado da cidadania de segunda ou terceira classe no Brasil. Essa noção pode ser retomada no momento da recém instaurada República, uma vez que os avanços, desde então, foram mínimos:

---

<sup>230</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de origem*, p.105-106.

O doutor, o cidadão de primeira classe [...] É o empresário, o professor universitário, o político, o fazendeiro, o coronel, o profissional liberal. É a pessoa capaz de defender seus direitos e mesmo seus privilégios. [...] O crente da história, projetado para o cenário da história brasileira é o pobre honesto: o trabalhador assalariado com carteira assinada, do campo ou da cidade, o pequeno funcionário, o pequeno proprietário. Ele não está, como o doutor acima de qualquer suspeita, mas tem o benefício da dúvida. [...] Em termo de Brasil o macumbeiro representa o imenso segmento da população das grandes cidades, trabalhadores sem carteira assinada, domésticas, biscateiros, camelôs, menores de rua, mendigos. Quase sempre, é o mulato ou negro, analfabeto ou com educação primária, incompleta. Este brasileiro faz parte da comunidade política apenas nominalmente. Seus direitos civis são desrespeitados sistematicamente. Ele é culpado até prova em contrário. Às vezes mesmo após a prova em contrário.<sup>231</sup>

Como analisa José Murilo de Carvalho, restam aos indivíduos pobres e negros uma cidadania “nominal”, que lhes permitiu espaço mínimo de atuação na sociedade. A não formação da cidadania está diretamente relacionada ao silenciamento das ditas minorias, nos discursos de identidade, ou seja, na perda de seu direito à fala. No que diz respeito à população afro-brasileira, sua exclusão social, política e econômica foi entendida como condição primeira para a consolidação da moderna sociedade e para a introdução das relações capitalistas, que, em seu início, trouxeram mudanças significativas na organização social e política do país.

Com a instauração da República, a preocupação da elite política era transformar o Brasil em um país civilizado, o que significava adotar comportamentos e valores europeus. Para o implante da nova cultura, as elites cidadinas procuraram silenciar a forte tradição cultural dos grupos populares presentes nas ruas, reprimindo suas manifestações artísticas e impondo nova maneira de agir:

No decorrer do século XX [...] torna-se notória a hegemonia da cultura francesa, por intermédio dos vários bens materiais – moda, arquitetura, etiqueta, obras de arte e literatura – de práticas sociais como a frequência em salões e saraus literários, e até mesmo na modelação das instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico (1938) e a Academia Brasileira de Letras (1897).<sup>232</sup>

<sup>231</sup> CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.276-277.

<sup>232</sup> VELOSO Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.67.

Nesse período, ruas e avenidas se consolidaram como espaço de lazer e consumo. Para além desses novos hábitos, na tentativa de esconder a pobreza econômica do país, tipos, como ex-escravos, pretos e mulatos, homens e mulheres pobres foram “expulsos” pelo poder público dos espaços centrais da cidade, mas na contramão dessa exclusão, esses mesmo sujeitos continuam frequentando esses locais, a fim de adquirirem meios necessários à sua sobrevivência material e à sua afirmação social.

Em pesquisa realizada, verificou-se<sup>233</sup> que a afirmação social dos grupos não privilegiados economicamente se fazia com a valorização de suas múltiplas ações para a sobrevivência, e não nos moldes almejados pelas elites, em uma (re)significação muito particular do seu dia-a-dia. Portanto, o centro urbano não era referência apenas para os burgueses que lá se encontravam para desfrutar as maravilhas da cidade moderna, mas também, e de maneira singular, para as camadas menos privilegiadas economicamente, pois era lugar para a busca do sustento material e da posição segura no mercado de trabalho que lhes possibilitassem sair da situação de miséria em que se encontravam, promovendo nítida efervescência social.

Na contra-maré destas experiências, têm-se narrativas que retratavam a sociedade de forma harmônica, silenciando a realidade do trabalhador negro, do pobre e dos indígenas, mascarando os contrastes existentes, como identifica-se na discussão do significado de cidadania, ocorrida na Câmara dos Deputados e seu texto publicado no Jornal do Commercio:

*Citoyen, citoyenne* foi o tratamento que a Constituição de 1792 substituiu em França a *monsieur, madame*. Mas este tratamento foi restabelecido a 18 brumario, não foi modificado em 1848 e perdura hoje, na terceira Republica Franceza.

Naquele tempo, senhores, em 1792, a palavra *cidadão* tinha um significado político, designando ella de um Estado livre ou democrátisado.

Compreende-se: era uma affirmação da unidade moral da Patria pelo nivelamento das tres classes que dividião a população, separando-a hierarchicamente nos tres estados. Cidadãos, isto é, perante a lei.

Ora senhores, nós brasileiros jámais conhecemos tal desigualdade. Assim, cidadão, como expressão de combate a um regimen de

<sup>233</sup> SILVEIRA, Cristiane. Op. Cit.

privilégios sociais ou como afirmação do triumpho de uma nova ordem civil, é palavra vasia de sentido por nós.<sup>234</sup>

O palestrante recuperou o sentido da palavra cidadão na França e mostrou como foi utilizada como meio de nomear determinadas classes sociais. A palavra possuía conotação política, mas também buscava unir os homens em uma mesma identidade, mesmo que dividida entre eles. Ao olhar para a dinâmica nacional a demonstra como se não existissem os privilégios de classe, o que significava dizer que todos os brasileiros eram iguais, pois aqui não se conhecia a diferença de classes. Afirmativa complicada, se se pensar em um país que abolira, havia pouco tempo, o sistema de escravidão, pois o texto é datado de 1903.

O argumento é instigante e suscita reflexão sobre como os discursos construídos no período estudado levam ao silêncio, no que dizia respeito às diferenças sociais e econômicas, e aos conflitos presentes naquele momento. Passados mais de 100 anos desde a abolição do trabalho escravo ainda são perceptíveis as diferenças no trato entre os cidadãos brasileiros. Muitas vezes, a palavra cidadão torna-se mera figura de linguagem, na medida em que o “preconceito racial” no discurso, transmuta-se em “tolerância racial”.

Palavras e idéias, que terminaram por consolidar imagens de nacional, na virada do século XIX para o XX, entre os vários escritores daquele período, se fizeram a partir das diferenças e das semelhanças. As argumentações de Bomfim permitem inferir que o pensador, apesar das argumentações e das conclusões destoantes, estava em constante diálogo com os temas debatidos entre os *homens das letras* de seu tempo. Mesmo não estando presente entre os “ilustres” este fato não o colocou fora ou mesmo além de seu tempo.

---

<sup>234</sup> Câmara dos Deputados. Jornal do Commercio, Anno 83, no. 285, 13 de outubro de 1903, p.2.

### – CAPÍTULO III –

## CONTRIBUIÇÕES DE MANOEL BOMFIM NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA BRASIL E A IDENTIDADE DO “SER” NEGRO

No capítulo anterior, perseguiram-se os discursos presentes na virada do século XIX para o XX, tanto os de Bomfim como os de alguns de seus contemporâneos no que dizia respeito ao negro e aos aspectos da história do Brasil. Os discursos construídos, direta ou indiretamente, consolidaram um lugar para o negro no período pós-abolição, conseqüentemente, na moderna sociedade brasileira, em que o negro transfigurou-se, de reles mercadoria a um “*sem lugar*” na sociedade, tendo em vista o projeto de imigração e de branqueamento da sociedade brasileira, o que não instigou, entre os brasileiros, relações de igualdade, na diferença, e esta última, uma fomentadora das identidades. Naquele momento, o negro, com o suporte das teorias raciais em crescente gosto dos intelectuais, foi visto como ser inferior e incapaz de alcançar o grau de civilidade e progresso almeçados pela elite intelectual e econômica do país.

Manoel Bomfim encontrou-se na contramão desses discursos, ao não pactuar com as ideias correntes sobre aspectos que diziam respeito à história do Brasil, aos caminhos do progresso e à suposta superioridade do branco sobre as classes populares em geral. No (des)fiar do Brasil, as narrativas de Bomfim configuram-se em um contra-discurso, ou seja, um discurso que se encontrava à margem do corrente, seja na forma como era escrito, seja na repercussão sobre a sociedade em seu tempo<sup>235</sup>.

A obra de Bomfim foi fruto de crescente discussão. Ao analisá-la Uemuri afirmou que uma das possíveis causas do esquecimento de Bomfim foi a crítica destrutiva que Sílvio Romero<sup>236</sup> elaborou sobre sua obra de estréia “América Latina: Males de origem”, aliado aos argumentos sobre a questão racial não utilizados em seu momento. Entende-se essa afirmativa como controversa, uma vez que, por

---

<sup>235</sup> SANTOS, Regma Maria dos. *Memórias de um plumitivo*: Impressões cotidianas e histórias nas crônicas de Lycido Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005.

<sup>236</sup> No entanto, lembre-se que tanto Romero quanto Bomfim, por vias diferentes, elaboraram ao longo de seu percurso intelectual um projeto de transformação para o Brasil.

exemplo, seu penúltimo livro “O Brasil na América” foi esperado com expectativa. Já “*América Latina: males de origem*” foi a obra de Bomfim que mais crítica recebeu, dados os pressupostos e as argumentações então trabalhado. Assim, recorra-se à imagem do “*radical*”, construída por Antonio Candido, o intelectual que se opôs ao pensamento conservador elitista e que, no entanto, não conseguiu (ou não tentou) romper totalmente com sua classe. Bomfim viveu uma experiência única, no limiar entre o que era corrente no seu tempo e suas análises, que rompiam com o discurso hegemônico. Assim, Bomfim mostrou-se como fruto da transição entre o velho e o novo na formação do pensamento social brasileiro.

Neste momento, a proposta é analisar-se seu contra-discurso, no que diz respeito ao “*ser negro*” no Brasil, buscando outro olhar para as identidades do Brasil. Para se compreender sua fala, como contra-discurso, recupera-se a pesquisadora Regma Maria dos Santos<sup>237</sup> que, ao trabalhar as crônicas de Lycídio Paes, um jornalista do interior do Brasil, trouxe importante contribuição para o entendimento sobre a relação escritor - contexto histórico - pensamento hegemônico e o seu contrário. Ao estabelecer, como propósito de pesquisa “revelar que, por trás de um discurso aparentemente hegemônico, outros elementos se apresentam tornando mais dinâmico e dialético o pensamento de Lycídio Paes”<sup>238</sup>, a autora chama a atenção para as reflexões, que mesmo nascendo às avessas do pensamento hegemônico, estão inseridas em um momento determinando. Há, de acordo com Regma, um constante diálogo entre o pensamento hegemônico e os discursos construídos à sua margem, o que os coloca em ponto estratégico para análise da sociedade à qual estão inseridos.

Os fios que construíram a imagem de Brasil e do ser brasileiro nos escritos do pensador, conduzem à reflexão sobre as idéias de latinidade, a crítica aos ideais de progresso econômico x progresso social, e a formação da identidade em uma perspectiva dinâmica. Bomfim possibilita compreender o ser negro, rompendo com a imagem depreciativa vigente naquele momento. O pensador, ao longo de suas narrativas, na obra “*América latina: Males de origem*” crítica a suposta inferioridade racial presente na América Latina e no Brasil. Naquele momento, a invenção da América Latina e a inferioridade racial estavam entrelaçadas. Passe-se

---

<sup>237</sup> Idem, p. 35.

<sup>238</sup> Idem, p.25.

à invenção da latinidade e assim, necessariamente, analisem-se as identidades do Brasil na visão de Bomfim.

### 1. Bomfim e seus fios de latinidade e de progresso

Nos escritos de Bomfim, tem-se o caminho para a (des)construção das imagens negativas sobre a América Latina e os americanos. Este movimento também proporciona elementos para análise do Estado e as contradições presentes nas relações travadas entre as classes dominantes e as classes populares na sociedade brasileira, enfocando a questão étnica e a suposta inferioridade racial do negro.

América Latina, denominação forjada no processo de formação do Estado-Nação dos países colonizados, ou seja, uma “invenção”, entre tantas outras geridas no período analisado, em discurso e não em realidade. Estigmas da inferioridade: agitadores, mundo lendário, riquezas à espera de “descobrimento”, imagens de latinidade que se entrecruzam e denominam realidades múltiplas, muitas vezes contadas em uma narrativa homogênea, silenciando histórias e sujeitos, cristalizando a idéia do latino como ser não civilizado, longe dos ideais do progresso econômico alardeados pelos países colonizadores. Em um primeiro momento, Bomfim instiga o olhar sobre a América Latina e o latino, a partir do que foi construído pelo europeu:

A opinião publica européia sabe que existe a América Latina ... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se freqüentemente. Essas coisas porém, já lhe aparecem um vago mal limitado: riqueza, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da anciedade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que não se definem, sequer no obscuro longínquo desta visão única – *A América do Sul* ... É dela que se falam. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai ... não se importa; o que está ali, a imagem que se tem na mente é da América do Sul.<sup>239</sup>

Nas imagens da América, construídas, em um dado momento, em um dado momento, pelo olhar europeu, chamava a atenção uma suposta unidade que,

---

<sup>239</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.37-38.

na perspectiva de Bomfim, nunca existiu. Bomfim ressalta outro aspecto negativo, visto pelos europeus, na América, sua falta de “anciedade”, Este interligado a elementos de civilidade, na unificação dos gestos/cultura e do progresso econômico, enfim, de uma tradição política/econômica que não existia na América Latina, mas encontrava-se fortemente presente na Europa. Anciedade que determinava, na Europa, as tradições de cada país. Bomfim acredita no fazer-se das tradições do Brasil, que culminaria no processo de afirmação de sua história e de sua identidade, linhas que seriam traçadas potencializando-se a diversidade étnica do país, a ideia do herói que lutou pela independência do Brasil e a contribuição das várias etnias na formação do caráter brasileiro.

A partir da realidade vivida, Bomfim entendia a América Latina apenas como um aglomerado de países reunidos sob um mesmo nome; no entanto, seu nenhum traço comum, unindo as nações. Não eram, então, irmãs em espírito:

Nós outros – Argentinos, Peruanos, Brasileiros, Chilenos... que somos dos chamados *latino-americanos*, nunca pensamos em *América Latina*. Para nossos conceitos de realidade, no simples positivo das relações comuns, ou como convergência de qualquer acção imediata, tal unidade não existe. Consideramos, apenas, cada um dos povos com que os dissertadores formavam o latinismo da América. O mesmo acontece a qualquer estrangeiro que feito vida conosco: falará de Venezuela, Paraguay, México, Nicarágua ... mas nunca sentirá a necessidade de concentrar o espírito, nesse concepto de América Latina. Em compensação todos que não nos conhecem, si fazedores de theorias, com a lingua em cousas social, históricas ou políticas, não falham no repetir de emphaticos e pueris preconceito a cerca da inicial unidade da América Latina.<sup>240</sup>

De acordo com Bomfim, ao longo do tempo, essa unidade se fez, mas apenas como instrumento de re-afirmação da negatividade da noção de latinidade e da inferioridade racial presentes, seja na figura do indígena, do negro ou da mistura entre as raças. A multiplicidade racial em solo americano, no imaginário europeu, agiu como elemento fortalecedor do preconceito contra os latinos e determinava/legitimava a superioridade europeia. O pensador descreveu o conhecimento dos europeus sobre a América e evidencia narrativas totalizantes: riqueza, grandes extensões de terras e lendas. Estas imagens, por um lado, demonstrava conhecimento sobre a existência da América no olhar do europeu, largamente difundida pelos viajantes que por aqui passaram, mas por outro lado

---

<sup>240</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.11.

evidenciava o desconhecimento sobre as singularidades das tramas históricas vividas na América, transformando-a em um todo homogêneo e vazio. Passado mais de um século, essas imagens totalizantes sobre a América Latina ainda persistem.

Para Maria Lígia Prado:

O tratamento que se tem dado da história geral dos países da América Latina no revela duas posições problemáticas. A primeira é a de assumir uma perspectiva homogeneizante, que pretende englobar todos os “casos” *ao modelo* estabelecido. A segunda, oposta, mas não melhor, é a da simples enumeração dos “casos”, já que se considera incorreto ou inadequado o viés globalizante. Esses estudos de “caso”, além de comumente serem muito cansativos, perdem alguns marcos históricos mais amplos, que dão sustentação a uma análise da América Latina.<sup>241</sup>

No passado e no presente de Bomfim, a força do discurso europeu sobre a diversidade étnica, cristalizou a inferioridade, ao olhar do latino sobre si:

O lastimável, em tudo isto, é que nós mesmos – chilenos, mexicanos ou brasileiros ... de tanto encontrar o conceito, na nitidez e simplicidade dos termos acabaremos admitindo que deve existir uma América Latina, no sentido dos que, com esse epitheto, nos condemnam, isto é, chegaremos a pensar - que sofreremos de inferioridade essencial, um qual peccado original ethnico, e que nos faz irremissivelmente degradados, todos num mesmo destino. Ora devemos reagir contra taes e efeitos, reagir, sobretudo em nós mesmos, comprhendendo bem toda a extensão dos defeitos de que realmente sofreremos, analysando-os objectivamente, buscando-lhes cuidadosamente as origens que são, com as tradições coloniais dos povos metropoles, as condições mesma da formação nacional.<sup>242</sup>

Eis a “*invenção*” da América, pois de “*tanto encontrar o conceito, na nitidez e simplicidade dos termos acabaremos admitindo que deve existir uma América Latina*”, invenção que vem do estrangeiro e condena o presente latino ao subdesenvolvimento, ao olhar negativo sobre si. Invenção que, para Bomfim, definia os caminhos trilhados pelos países integrantes do continente latino-americano, atrelado às relações estabelecidas entre o país colonizador e a colônia e, posteriormente, entre as classes dominantes e dominadas, termos utilizados por Bomfim. A origem brasileira encontrava-se na colonização, na tradição de exploração da metrópole, em contraponto às realidades vividas na América, no

<sup>241</sup> PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994, p.04.

<sup>242</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.16.

processo de formação nacional. O passado determinava o presente, e estava entrelaçado à questão étnica, pois a inferioridade se fazia, principalmente, a partir da diversidade étnica. No olhar de Bomfim, muito do atraso econômico vivido pelo latino vinha deste estigma negativo criado pelo europeu:

Depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem do povo na América do Sul, o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre americano não achou mais salvação. Pouco importam todas as qualidades de resistência e sobriedade que ele possui; pouco importa que lhe falte apenas, a educação do trabalho e a instrução; foi condenado, e todos repetem a condenação, sem um instante de reflexão, sem atenuantes. É a sentença implacável, acompanhada com os panegíricos clássicos ao trabalhador estrangeiro – muitos e longos elogios das miraculosas virtudes da emigração.<sup>243</sup>

“*Estrangeiro ignorante*” foi o termo utilizado por Bomfim para explicar a “*cegueira*” do olhar estrangeiro, responsável pela imagem negativa sobre o latino americano e, conseqüentemente, sobre seu atraso, que alicerçou as ações presentes, condenando o latino a uma “*sentença implacável*”, sem condições de potencializar as singularidades nacionais. A latinidade vivida, a partir da “*condenação*” e da “*sentença implacável*” se configurou em argumentos fortes, imagem firmada a partir do olhar do outro, do europeu, que não buscou as singularidades e as lutas presentes em solo americano. Ou, se o fez, foi como meio de reafirmar a negatividade, a barbárie em que viviam os latinos.

Ao longo da obra Bomfim constrói uma proposta de transformação da nação em sua totalidade, tendo como instrumento central a educação. No entanto, em alguns, é preso em armadilhas na construção de seus argumentos. No fio de Bomfim, há sempre uma constante tensão: o romper e o pactuar com as ideias de seu tempo. No entanto, essa tensão não invalidou seus escritos como um contradiscurso.

Assim, traze-se para o debate um desses momentos. Mesmo criticando as imagens criadas pelos europeus, afirma que “*pouco importa que lhe falte apenas, a educação do trabalho e a instrução*”, a partir da realidade vivida em seu cotidiano pactuar com uma “*imagem*” do brasileiro ligada à “*falta*”, ou seja, em certa medida, assume o discurso da inferioridade latina. Esta é que lhe torna inferior e, em certa medida, sem força para a “*ação*”. Com este argumento, termina por retirar a

<sup>243</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.176-177.

capacidade do sujeito para a ação de transformação social. Bomfim e, mesmo entendendo a educação como caminho para superação do atraso, não apresentou meios para o povo latino americano fugir do estigma que lhe fora imposto. Tal pensar é, de certo modo, recorrente nas narrativas de Bomfim. Assim descreve as relações entre os escravos e seus parasitas:

Os únicos que poderiam reclamar, se soubessem, se tivessem o direito de falar, esses, coitados! Não estão em condições de provocar reformas. A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se!...<sup>244</sup>

Aqui o escravo foi identificado com a vítima, que poderia reclamar por mudanças. No entanto, o parasitismo que “comanda” as relações na “colônia” não lhe permitiam condições de fala. Tem-se então, a tensão nos escritos de Bomfim, pois fala de mudanças, mas não demonstra seus caminhos. O olhar para o escravo, mesmo que inovador ficou preso ao seu tempo. A resistência não se fez de fato. José Carlos Reis chama a atenção para essa tensão. Ao analisar a coletânea organizada por Carlos Maul, questiona algumas posições de Bomfim, que diziam respeito ao seu olhar sobre o negro, o índio e o português, em suas narrativas e possibilita a reflexão sobre os limites das posições de Bomfim. Para o autor: *“Ele não teria uma concepção essencialista, metafísica, mítica, idílica, da identidade nacional brasileira? A sua interpretação radicalmente nacionalista não poderia levar à xenofobia, à recusa da alteridade, a projetos políticos-sociais autoritários?”*<sup>245</sup>

Em sua perspectiva Bomfim também teria se deixado levar pelo preconceito, mesmo que às avessas. Assim, uma vez mais traz-se as análises de José Carlos Reis:

Os negros não representam para o Brasil a vontade de liberdade e coragem de combater. São escravos! Poderiam compor a nação brasileira? [...] Se Oliveira Vianna pretendia “salvar” o Brasil da presença negra no futuro pelo branqueamento, Bomfim excluiu os africanos já na origem: a feliz combinação brasileira é indígena e branca, sem os negros.<sup>246</sup>

Reis identifica em Bomfim nuances de preconceito, que o faz retirar o negro da história da formação brasileira. No entanto, o próprio Reis não enfatiza,

<sup>244</sup> BOMFIM, América Latina, p.118.

<sup>245</sup> REIS, José Carlos. Op. Cit. p.101.

<sup>246</sup> Idem, p.98.

que Bomfim, a partir da leitura da denuncia da escravidão, da exploração dela advinda termina por construir outra possibilidade de escrita da história do Brasil. Para Zilda Márcia Grícoli Iokoi, ao escrever sobre a obra “O Brasil na América: caracterização da formação brasileira” Manoel Bomfim analisou a formação do Brasil a partir da mestiçagem e das singularidades das raças integrantes. No entanto, não partiu da simples aceitação das teorias raciais vigentes, mas sim realizou sua crítica:

[...] As relações entre os europeus e o gentio, o sentido menos destrutivo dos contatos, as alterações nos vários modos de vida, a formação da população brasileira com os elementos centrais da mestiçagem, o cruzamento das tradições e a gênese do sentido da inferioridade atribuído ao negro em decorrência do escravo.<sup>247</sup>

A relação do Brasil com o negro não se fez, no olhar de Bomfim, a partir da depreciação do primeiro, mas da assimilação, preservando os traços de todas as raças integrantes da nação brasileira. No entanto, a escravidão foi a responsável pela realidade do negro.

O que se identifica foi o dialogar de Bomfim com seu tempo, pois fazia parte de um momento de transição, e este transparece em sua narrativa, em sua visão sobre o negro, integrante da nação brasileira. A educação como instrumento de transformação equilibraria as posições dos diversos sujeitos sociais. Para além desse fato, o pensador abre horizonte de interpretação para a realidade brasileira, que não se esgotava no fatalismo. Em seu olhar, o que faltava ao brasileiro eram instrução e educação para o trabalho; só assim o país poderia formar outras realidades para além da ignorância e do atraso. Nesse sentido é que se entende sua posição contrária à imigração. Nas palavras de Bomfim:

Nesta questão de emigração, o erro dos políticos vem, não só da falta de observação, como do conservantismo obscuro de quase todos. Não vêem, no caso, senão a *importação de braços*. A expressão é técnica e preciosa. Os efeitos políticos e sociais da colonização não são compreendidos; pensa-se, apenas, nesta famosa *importação de braços*, que permitirá perpetuar um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo – parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador. E esse trabalhador [...] não tem outra esperança que acumular o preço de três ou quatro salários

---

<sup>247</sup> IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. BOMFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 18:35,1998, p.398.

e voltar à pátria, ou ir parasitar pelas cidades, ou cavar as indenizações.<sup>248</sup>

Pode-se entender o argumento do pensador como forma de defender o trabalhador nacional, pois o imigrante teria apenas o interesse econômico no país e não na sua valorização e no seu desenvolvimento social. A vida de trabalhador assalariado não possuía os atrativos para amarrar o trabalhador à terra, fazendo dela seu lar; poucos foram os que conseguiram “melhorar a sorte”. Com a abolição do trabalho escravo, o apelo ao imigrante foi muito forte, trazendo para o país milhares deles, relegando ao ex-escravo espaço ainda maior de exclusão

Se em um primeiro olhar, identifica-se imagens comuns sobre a América; nos escritos de Bomfim, o autor segue chamando atenção para a necessidade de trazer à tona as particularidades dos quais cada país latino era composto. Para Bomfim, a diversidade étnica presente no Brasil o fez um país diferente, mas não inferior. Neste ponto, rompe com as teorias raciais europeias e, conseqüentemente, com o pensamento hegemônico ao seu redor, uma vez que a inferioridade racial sedimentava os discursos dos intelectuais brasileiros, entre eles Silvio Romero, Nina Rodrigues e outros. Assim Bomfim caracteriza a questão racial na América Latina:

[...] Na constituição orgânica dos povos sul-americanos, entra uma grande dose de sangue indiano, e, em algumas das novas nacionalidades – Cuba, Brasil ... – entra, também, um forte contingente de elemento africanos. Se, de fato, estas duas raças são *inferiores*, que dizer incapazes de alcançar o grau de perfeição que ora apresentam os vários povos europeus, é lógico que as nacionalidades da América Latina participarão dessa inferioridade. Já vimos que a teoria em si, não vale grande coisa, todavia, há uma tal unanimidade nos sociólogos a serviço dos fortes em chamar de “inferiores” a estas raças, que é mister discutir miudamente as suas apreciações. Os argumentos de que servem os tais sociólogos são: 1) que os indígenas têm sido exterminados – *eliminados* – pelos brancos, o que prova serem eles *inferiores*; 2) que estes povos, são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial. Como o apoio ao primeiro dos argumentos invoca-se a teoria evolucionista de Darwin – a luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. [...] <sup>249</sup>

Bomfim, tal como outros contemporâneos, não negou a mistura entre as raças para a formação étnica brasileira. No entanto, para escritores como Silvio

<sup>248</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.179.

<sup>249</sup> Idem. p.248.

Romero e Euclides da Cunha, as contribuições dos indígenas e dos negros para a formação brasileira era enfatizada no sentido de reafirmar a inferioridade defendida pelos europeus<sup>250</sup>. Para Bomfim, esse argumento tinha intenções que estavam além da mera questão científica, ou seja, a de justificativa da dominação<sup>251</sup> e de exploração de uma classe sobre outra. Para ele a teoria de Darwin largamente utilizada, por si só, não justificava as análises dela decorrentes:

Quão diferentes são estas idéias daquelas que Oliveira Martins pretende existir na filosofia do grande naturalista!... Certamente o escritor lusitano nunca leu as cartas de Darwin, escritas depois de ter morado no Brasil, e de conhecer, por si mesmo, uns e outros: o negro, *inferiorizado* pela pirataria evolucionista, e os que o cativaram, e cuja superioridade bem se exprime pela grandeza da invenção – o tráfico dos africanos... Devia ter lido, para ver o horror e a indignação humanitária com que ele se refere à abjeção e iniquidade desses homens, que, em nome de uma superioridade, cometem sobre criaturas humanas tais crimes.<sup>252</sup>

O pensador coloca-se em diálogo com Oliveira Martins e Darwin para construir sua crítica à questão da inferioridade dos negros e, conseqüentemente, à da escravidão. Para Bomfim houve a deturpação das palavras de Darwin. Em nota de rodapé, recorrendo às correspondências de Darwin, procurou demonstrar, a partir das palavras do cientista, sua hipótese, “*Conheço, agora, bastante a escravidão e o caráter dos negros, para estar sobejamente enjoado das mentiras e das asneiras que a esse respeito se ouvem na Inglaterra*”<sup>253</sup>.

Voltando à questão anterior. Bomfim jogou com as palavras “perfeição”, “inferioridade” e “raça” para demonstrar que a sociedade e seus “homens” não estavam fadados à estagnação e à inferioridade. Para Bomfim, essa justificativa se deu, principalmente, a partir de duas explicações centrais: o extermínio dos

<sup>250</sup> “[...] ideologia darwinista [...] é introduzida no ambiente brasileiro através, sobretudo, das idéias de Gobineau, Lapouge e Le Bon. Este último, um dos escritores mais vendidos nas livrarias do Rio de Janeiro até os anos 1920, afirmava que os países de raça mestiça, entre os quais o Brasil, com um terço de brancos e a maioria negros e mulatos, estavam condenados ao fracasso [...]”. SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a obra América Latina: a dialética entre passado e presente. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.50.

<sup>251</sup> O pensador analisa a realidade a partir dos sentimentos, da paixão; às vezes, enveredando-se pela denuncia contra a realidade opressora a que alguns estavam sujeitos com a aceitação das teorias de superioridade racial: “*Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.*” BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.243.

<sup>252</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.246.

<sup>253</sup> Idem, p.251.

indígenas, por conta da sua inferioridade, e o fato de que esses povos eram bárbaros. Bomfim demonstra o quanto nações latinas encontravam-se avançadas antes da chegada dos europeus:

Ao desembarcarem na América, os espanhóis encontraram aí dois impérios, cujo estado de civilização era superior ao da Europa central no século IV, ou no V. Esta civilização era a obra exclusiva das raças indígenas, e ela nos diz, sem contestação possível, que, se estes povos puderam sair da selvageria primitiva e alcançar o grau de organização social em que estavam, poderiam muito bem avançar até chegar ao mesmo estado de civilização e cultura de que se orgulham os europeus.<sup>254</sup>

Bomfim, ao defender suas ideias sobre a inexistência da inferioridade inata, demonstrou o quanto os povos ameríndios alcançaram estágios de evolução que se equiparavam aos moldes europeus, e que no entanto, não foram “entendidos/vistos” pelos europeus. A igualdade, no olhar europeu, se faria apenas entre os “iguais”, o “outro” seria o inferior. Assim, centra sua argumentação no sentido de demonstrar a capacidade dos “povos primitivos” para o progresso, como qualquer ariano. No entanto, os discursos da inferioridade racial, tal como outros analisados, eram violentos e terminaram por legitimar relações de franca hostilidade racial<sup>255</sup>, sendo que os argumentos colocados abriram perspectivas, naquele momento, para se entender a inferioridade e o progresso por meio de outro olhar. Como analisa Aguiar: *“Em 1905, portanto, Bomfim, percebeu, com clareza, que a teoria da inferioridade das raças tinha um objetivo: perpetuar nos dominados, a consciência da sua própria inferioridade, fazendo-os aceitar a dominação como algo natural, inato e imutável.”*

Assim, para Bomfim:

Acusam-nos, ainda de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são excluídos dos mestiços, e pertencem ao geral das nações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono as que as condenam. Não trabalham porque ao sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> Idem, p.252-253.

<sup>255</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. Manoel Bomfim: um intérprete dissonante dos Males da América Latina. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.216.

<sup>256</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p. 265

Neste sentido, para além da formação plural, Bomfim instiga à reflexão sobre a relação entre o progresso e a questão étnica, uma vez que era discurso corrente naquele período. Assim, abre-se um parêntese para a compreensão dos ideais do progresso econômico, a partir de Marshall Berman, Walter Benjamin e Sandra Jataí Pesavento. Vale lembrar que os ideais de progresso foram divulgados em meio aos de modernidade, e assim se fizeram interligados.

O progresso foi tema muito discutido e envolve o âmbito filosófico, mas também a realidade vivida. Progresso, que significa “*um conjunto de mudanças havidas no curso do tempo, marcha para a frente*” não foi algo que no Brasil, trouxesse apenas fatos positivos. Trouxe também prejuízos para significativa parcela da população, pois não serviu a todos de forma homogênea. Para o negro, o mestiço e o pobre branco, o progresso não chegou na mesma mão de inovação e de deslumbramento do acometido pelas classes dominantes, mas demarcou o lugar desses sujeitos na sociedade. Enfim, a virada do século XIX para o XX foi um momento de crise, pois no Brasil, as elites desejavam implantar o novo que pretendia enterrar o antigo, mas este ainda não havia sido superado no cotidiano de muitos.

Sandra Jataí Pesavento, ao se referir ao progresso, no Brasil e no mundo, a partir do século XX, mais especificamente no Rio de Janeiro, caracterizou-o, vinculado à ação do prefeito Pereira Passos, no Rio, como principal determinante. Com isso, relegou ao silêncio um complexo processo histórico, que remonta ao modo como o Brasil foi colonizado, às atrocidades geradas pela escravidão e ao desastroso processo da abolição do trabalho escravo, chegando à inserção das relações de trabalho livre e ao surgimento da indústria no Brasil.

Compreender o progresso tal como Pesavento: “*o progresso constituiu-se assim no grande mito e na maior crença do século XIX, embalado pelos princípios filosóficos da evolução, pelo cientificismo, pela tecnologia, pelo esplendor da transformação burguesa das cidades*”<sup>257</sup>, significa perder toda a dimensão dos conflitos e dois sentimentos que a implantação forçada do progresso gerou no Brasil. É acreditar que o “*esplendor da transformação burguesa*” ofuscou a todos, com sua máscara do desenvolvimento econômico, e a todos favoreceu.

---

<sup>257</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p. 287

Vale lembrar que os ideais de progresso e de modernidade foram introduzidos no Brasil em realidades política, econômica e social muito distantes da européia, tornando-se aqui uma experiência única. Como enfatiza Weber: *“fora da Europa “nem o desenvolvimento científico, nem o artístico, nem o político, nem o econômico seguem a mesma via de racionalidade que é própria do Ocidente”*<sup>258</sup>. A modernidade que se fez na Europa foi única; em outros locais, as experiências vivenciadas, designadas como modernidade, foram eventos diferenciados. Modernidade e progresso foram ideais introduzidos pelo discurso hegemônico, como instrumento para padronizar as várias realidades vividas no Brasil. No entanto, o que se identificam são atos de violência, que buscaram impor a submissão da população negra e indígena e que legitimaram a desigualdade entre as etnias presentes em solo brasileiro.

Nas palavras de Bermam *“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promove aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”*<sup>259</sup>. O autor trabalha com a dialética que constrói e destrói as relações e as tecnologias do mundo moderno, questão que se coloca no âmago do mundo moderno, que impulsiona a incessante descoberta na indústria e a busca do lucro. Para Bermam, que cita Marx:

A burguesia não pode sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com ele as relações de produção, e com ele todas as relações sociais.[...] Revolução ininterrupta da produção, contínua perturbação de todas as relações sociais, interminável incerteza e agitação, distingue a era burguesa de todas as anteriores.<sup>260</sup>

Nesta passagem, Marx captou o ethos da modernidade burguesa e o ritmo imposto, por um modo de produção incessante, em constante transformação e revolução. O ritmo do tempo frenético revela uma dinâmica na qual as desigualdades sociais são ainda mais evidentes. A ilusão do progresso e as novas relações sociais, regidas pelo individualismo e pela necessidade de dominar a natureza rapidamente se alastraram pelo mundo. Assim, novas relações de poder foram tecidas, à medida que a necessidade do progresso foi se impondo. Na virada

<sup>258</sup> Weber: apud, BERMAM, p.03.

<sup>259</sup> BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.15.

<sup>260</sup> Idem, p.87.

do século XIX para o XX, era recorrente a ideia do progresso como superação do presente vivido, o destino natural de cada nação/sociedade. Os negros e indígenas eram considerados inferiores, por não pactuarem com este “viver o progresso”. A noção de progresso amplamente divulgada e aceita estava ligada, principalmente, ao âmbito econômico.

Benjamim contribui para a compreensão da noção de progresso e sua relação com a história escrita/vivida, a partir da imposição das classes dominantes:

O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de *nós*, *ele* enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre os escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que queria demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas assas e tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Esta tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.<sup>261</sup>

Esta passagem encontra-se na obra de Löwy<sup>262</sup>. Para este, Benjamim identifica uma catástrofe por vir, mas também a necessidade de uma postura que nega o progresso como fenômeno natural, inevitável e irreversível. Nesse sentido, é possível vislumbrar caminhos que trazem à tona outros rumos para a história, que não o meio da “incontestável continuidade”, mas da descontinuidade e da possibilidade do novo vir a ser. Temos, então, a noção de progresso, não como processo natural da história. Mas torna-se possuidora de múltiplas possibilidades, que se colocam no tempo passado e presente. Com Benjamim, rompe-se com o “olhar” para o progresso como evento que beneficia a todos, como natural a todos os homens e as temporalidades, buscando homogeneizar realidades diferentes e distantes entre si, que não necessariamente, rumam para o progresso.

Estas reflexões foram realizadas no avançar do século XX, mas Bomfim, em seu tempo, fiou caminhos para o entendimento do progresso e dos diferentes estágios em que os povos se encontravam e que instigam à reflexão sobre o progresso e sua ligação com as questões étnicas presente no Brasil. O progresso foi

---

<sup>261</sup> BENJAMIM APUD LÖWYgrifos do autor. Michael. *Walter Benjamim*: aviso de incêndio. Uma leitura das teses de “Sobre o conceito de História”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant [trad. das teses], Jeane Marie Gagnebin, Marcos Lutz Mulher. São Paulo: Boitempo, 2005, p.65.

<sup>262</sup> Idem.

caracterizado, nos argumentos de Manoel Bomfim a partir de duas conotações distintas: o progresso econômico e o progresso social. Assim,

É a riqueza, o progresso industrial e comercial principalmente, que impressiona os sociólogos e políticos que nos condenam; este progresso prova efetivamente uma grande energia e tenacidade por parte dos norte-americanos, prova o espírito empreendedor de que eles são dotados. Não refletem, porém, tais políticos e sociólogos, nas condições favorabilíssimas em que se achavam os mesmos norte-americanos – estabelecidos num território fértil, com um clima estimulante, e ao mesmo tempo saudável e propício, possuindo no próprio solo o ferro e a hulha, elementos indispensáveis e bastantes para organizar uma indústria desenvolvidíssima e apurada como essa que atualmente se vê ali.<sup>263</sup>

A crítica dos sociólogos e dos políticos ao Brasil advinha da inexistência da indústria e da materialização do progresso econômico. No entanto, para o pensador, o progresso presente nos Estados Unidos não era explicado apenas pelo “espírito empreendedor” do norte-americano, mas também pelas condições favoráveis que existiam naquele país – solo e clima. Bomfim não fecha a análise “na propensão inata”, mas identifica as singularidades de cada país e, conseqüentemente, das diferentes etnias/povos em alcançar os ideais propagados pelos europeus.

Como anteriormente colocado, Bomfim, ao analisar o progresso presente na América, antes da chegada dos europeus, ratifica a potencialidade de alcance do progresso, nas diferentes civilizações, de acordo com sua vontade/necessidade. Nessa perspectiva de pensamento, o que era considerado progresso para um povo, em um momento histórico específico, poderia não ser para outro:

Que os índios e africanos são “incapazes” de atingir a um grau de perfeição moral e social comparável aos dos povos cultos atuais. Que é que prova serem eles assim incapazes e inferiores?... “O fato de se manterem até agora selvagens ou bárbaros”. É esta a única prova positiva apresentada. [...] Mal se compreendem como esses homens confundem assim, lastimosamente, as “alternativas histórica dos povos” com “inferioridade definitiva das raças”. Demais será verdade que os indígenas americanos não tenham dado nenhuma prova de que sejam capazes de atingir a civilização superior? Não; há na história a demonstração categórica da perfectibilidade social destes povos.<sup>264</sup>

<sup>263</sup> BOMFIM, Manoel. *América latina*, p.252-253.

<sup>264</sup> Idem.

Bomfim trouxe para o debate a questão da diferença entre “alternativas históricas” e “inferioridade definitiva” e, neste ponto, identifica-se um elemento importante para discussão. No primeiro enunciado temos a análise de Bomfim sobre a possibilidade de progresso/transformação social para todos os povos, de acordo com a vontade/necessidade destes. Já no segundo não existia esta perspectiva, pois a ideia de possibilidade de progresso, finda na inferioridade inata dos povos, era aceita pela maioria dos contemporâneos de Bomfim.

Interessante ressaltar que, também nessa discussão, Bomfim utiliza-se alguns dos termos correntes em seu tempo, mesmo divergindo na essência com esses discursos. “*O fato de manterem-se selvagens e bárbaros é a única prova positiva apresentada*” demonstra que “compactuava” desse olhar, não conseguindo romper totalmente com os preconceitos de seu tempo. O termo “selvagem” carregava visões específicas sobre o grau de civilização e de progresso de uma sociedade, e incita à construção de imagens da diferença entre os povos. Assim, mesmo que Bomfim rompesse com o discurso da “inferioridade”, também pactuava com alguns dos termos/idéias correntes.

Para caminhar por entre os fios da diferença e romper com a visão de progresso pautada no parâmetro europeu, presente em seu tempo, Bomfim, realizou interessante reflexão sobre a superioridade de uma raça e seu progresso:

Destarte a superioridade da raça, que deverá ser definitiva para que possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses. Outra extravagância: os anglo-saxões são superiores porque conseguiram criar nos Estados Unidos uma nação prodigiosamente próspera; mas no Canadá, serão inferiores, pois que a colônia, ali, se arrasta mesquinha e reduzida, dez vezes menos populosa e cem vezes menos rica que os Estados Unidos. Os ingleses são superiores, porque a Inglaterra mantém os celtas da Irlanda subjugados e impotentes; o celta é superior porque expulsou o inglês da França [...].<sup>265</sup>

Quanto ao progresso Bomfim nos instiga a refletir sobre como o entende. De acordo com o pensador, “o progresso de uma nação” foi, ao longo do tempo, tomando diferentes formas entre as nações ditas civilizadas. Uma nação muito avançada em um tempo, logo é superada por outra e assim sucessivamente; muitas vezes a visão sobre o progresso foi determinada pela riqueza econômica da nação.

---

<sup>265</sup> BOMFIM, Manoel. *America latina*, p.250.

Inglêses, franceses, portugueses lutavam pela supremacia, e vão se superando mutuamente, ininterruptamente. Muito desse progresso se fez pelo suor/sangue do escravo. Ato de exploração de um ser humano sobre outro eram cometidos em nome do progresso, culminando por legitimar a violência. Tais experiências, no olhar arguto de Bomfim, foram entendidas como retrocesso, igualando o homem ao ser mais baixo na escala natural:

Extraordinários, estes moralistas e sociólogos que esperam melhorar, aperfeiçoar o homem, fazendo-o voltar justamente à primitiva condição animal!... Se o homem conserva ainda estes instintos, que trouxe do seio das florestas, o empenho deve ser para eliminá-los. É pelo esforço na luta, não há dúvida, que o homem progride; mas a luta é contra a natureza, e, nesta luta, só a união dos esforços garante a vitória. O papel do homem na civilização, é conquistar esta mesma natureza, impor-se a ela, e dar à evolução a marcha que lhe parecer melhor para a conquista de um ideal; e não entregar-se à brutalidade da fera, para a qual o futuro não tem significação e não o entregar-se a essas brutalidades sob a alegação de que elas são naturais nos outros animais.<sup>266</sup>

Naquele contexto, o progresso econômico estava ligado à questão da raça. Ao negro, no olhar europeu, era impossível alcançá-lo. Isto, tendo em vista o próprio olhar sobre o negro – o que estava destinado a trabalhar. Bomfim, ao chamar atenção para os diferentes estágios em que se encontravam os povos, busca também ressaltar as características próprias de cada povo/etnia, e entende que não haviam alcançado o progresso econômico dos europeus, mas conseguiram o progresso social. Neste, as relações estabelecidas criam caminhos para construções de igualdade na sociedade, nas quais a inferioridade de um povo deixa de existir.

## **2. O “ser negro” na história do Brasil: a solidariedade que constrói identidade(s)**

Como se viu, no imaginário criado sobre os latinos, a mistura entre as raças estava fortemente presente, reafirmando a inferioridade do negro. Na busca de homogeneizar a história do Brasil, o negro foi a ela incorporado, mas sempre enfatizando os aspectos negativos das relações travadas entre negros e brancos, não os colocando como sujeito ativo do processo histórico. No entanto, tem-se, em

---

<sup>266</sup> BOMFIM, Manoel. *America latina*, p.255-256.

Bomfim, o rompimento com esse olhar sobre o “ser negro” e a possibilidade de construção de outra(s) identidade(s) do ser negro.

A identidade nacional é uma questão amplamente discutida, no meio acadêmico contemporâneo, sendo o conceito um discurso construído historicamente, que reflete tensões e conflitos, presentes na realidade à qual se vincula. Neste movimento de construção, é consensual aproximar o conceito de identidade nacional ao de país/território/língua ao qual pertence o sujeito.

No debate acadêmico da atualidade, como identificado acima, novas são as análises realizadas, que permitem ampliar o conceito de identidade, desvinculando-o da noção de um discurso homogêneo, ou seja, com capacidade para abranger o todo de uma Nação. Nessa discussão, outros elementos são inseridos e outras imagens traçadas, que não se limitam à unidade de língua e território. Nessa perspectiva, para Stuart Hall, o conceito de identidades nacionais “que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”<sup>267</sup>. Identifica-se, neste argumento a mudança do conceito de identidade para identidades – isso não significa apenas uma mudança semântica, mas, principalmente, de significado – trazendo à tona a impossibilidade do conceito de identidade permanecer como instrumento de unificação do sujeito ao território de origem.

Vale lembrar que a identidade nacional, em seu período de formação, estava atrelada à consolidação do Estado Nação. O processo de constituição do Estado Nação implicou a igualdade formal de direito para todos, e visou, principalmente, à elaboração das bases da democracia. Na prática, porém, não significou igualdade ou democracia para todas as camadas sociais. Aqui alinhavam-se os conceitos de Estado Nação, identidade nacional e nacionalismo, haja vista que estão intimamente relacionados. Para Hobsbawm, nacionalismo significa “exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe o corpo social de cidadãos”<sup>268</sup>. Nacionalismo diz respeito à unidade e à defesa de um território, e nele se busca a unidade atrelada ao Estado e à identidade.

---

<sup>267</sup> HALL. Op. Cit. 2006, p. 7.

<sup>268</sup> HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: PAZ e Terra, 1990, p.273.

O referido autor entende que a intrínseca relação entre nacionalismo e etnia não estava colocada no início do processo de formação do Estado Nação, principalmente, nos Estados Unidos, pois havia a necessidade imediata da expansão territorial, e não da separação entre povos e grupos, como se identifica atualmente. Já nos países do Terceiro Mundo, ainda segundo Hobsbawm, a constituição do nacionalismo esteve interligado às tradições do século XIX, na qual o “comunalismo”, o “tribalismo” e “outras identidades setoriais e regionais” foram entendidas como “anti-nacionais”. Mas o nacionalismo e a língua, no processo de constituição do nacionalismo, nos países do Terceiro Mundo, foram considerados como elementos fundamentais, cristalizando, na prática, a marginalização de determinadas etnias e grupos econômicos.

O nacionalismo, interligando um território a uma língua/etnia específica, é construção recente, e permite a definição de “identidade grupal” a partir do separatismo. Assim, se, em um primeiro momento, o nacionalismo visou a expandir a área de domínio territorial, não importando que várias línguas fossem faladas em um mesmo território, este se modificou com o desenvolvimento das relações capitalistas, acabando por criar fronteiras entre as etnias formadoras de um mesmo país, o que, em termos práticos, naturalizou as relações entre dominantes e dominados a partir da identificação étnica e lingüística. Neste ponto, os esclarecimentos de Hall são significativos:

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*.<sup>269</sup>

A partir de Hall, identificam-se as identidades como construções, como representação social, como o próprio autor argumenta, permitindo ao sujeito conforto ao pertencer a determinado território ou etnia. Não se nasce inglês ou brasileiro, torna-se, a partir dos laços tramados na sociedade em que se vive, e se insere em determinado contexto social, político, econômico e cultural.

---

<sup>269</sup> HALL. Op. Cit p.49. Grifos do autor

A identidade encontra-se, nesta perspectiva, sempre em processo de metamorfose. Para melhor se compreender estas construções, deve-se voltar o olhar para os movimentos sociais emergentes na atualidade latino-americana. Novas relações são travadas no âmbito econômico, político e identitário na experiência da Bolívia, sob o governo de Evo Morales<sup>270</sup>, que permitem identificar a apreensão de múltiplas identidades e não uma única identidade, na qual se busca vivenciar a igualdade na diferença.

No pensamento social brasileiro<sup>271</sup>, muitos intelectuais têm arquitetado utópicas representações do caráter brasileiro e da Nação. Nesse sentido, entende-se que analisar a questão da identidade se faz a partir de indagações complexas, que ganham outros contornos, à medida em que os intelectuais a delineiam. Dante Moreira Leite, em “*O Caráter Nacional*”<sup>272</sup>, buscou compreender, a partir de uma primorosa análise do panorama intelectual brasileiro, o caráter nacional. Para o autor, as ideologias constituintes do caráter nacional são múltiplas e revelam diferentes maneiras dos intelectuais verem o Brasil e as características psicológicas do povo brasileiro. Leite não se preocupa com a vinculação das ideologias à realidade política e econômica de cada época, mas com a análise objetiva das ideologias, mesmo porque, de acordo com o autor, nem sempre foram possíveis ligações significativas entre as ideologias e a realidade de determinado período histórico. Corroborando o pensamento de Dante Moreira Leite, têm-se as análises

---

<sup>270</sup> Evo Morales, descendente indígena da etnia *aymará*, assumiu a presidência da República Boliviana em 2005, membro do Movimento para o Socialismo (MAS) e intentou proporcionar maior participação política aos indígenas e seus descendentes, grupo marginalizado, mesmo compondo a maior parte da população do país. Aqui não interessam análises detalhadas de seu governo, mas apenas enfatizar que novas relações e possibilidades de mudanças político-econômicas e formação de identidade estão sendo desenhadas neste momento, na qual grupos até então marginalizados podem conquistar novo *lugar social*. Essas ações conduzem, necessariamente, a novas formas de interpretação e de construção do conhecimento acadêmico.

<sup>271</sup> São citados alguns dos trabalhos que objetivavam estudar a identidade nacional em seus vários aspectos, ressaltando, porém, que a lista é muito ampla: CAMILOTTI et al(org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003; LIPPI, Lucia Oliveira. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; JUNIOR, Abdala. *Fronteiras Múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. MOTA, Lourenço Dantas (coord.). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002; BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar comum. In: Ressentimentos e conformação de identidades e O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil. Tese de titulação apresentada ao Departamento de História/Unicamp, mimeo., 2003; LEITE, Dante Moreira. *Caráter Nacional Brasileiro História de Uma Ideologia*. 4 ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983; MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 1977, entre vários outros.

<sup>272</sup> LEITE, Dante Moreira. Op. Cit.

das historiadoras Veloso e Madeira<sup>273</sup>. Para estas, há em cada período histórico, elementos norteadores para a interpretação da identidade nacional:

Na primeira metade do século XIX, a identidade nacional encontrava-se ancorada nas noções de pátria, povo, língua e território, tais como foram construídas pela literatura romântica e pelos discursos sociais em circulação na época [...] Já na segunda metade do século XIX, a raça e o meio geográfico, questões presentes nos debates europeus, encontrarão aqui ressonância, no confronto com a realidade empírica, e serão categorias relevantes para se pensar sobre a nação. Nas primeiras décadas do século XX, o debate sobre identidade nacional desloca seu foco de interesse, e são eleitas as noções de cultura e civilização como parâmetros para a construção da identidade nacional. A partir dos anos 50, as discussões políticas e os debates intelectuais pautavam-se pelas noções de modernização, desenvolvimento, burguesia nacional, imperialismo e cultura popular. Cada um desses períodos elaborou categorias específicas, por meio das quais eles podem ser estudados.<sup>274</sup>

Nas análises formuladas pelas autoras, está presente o permanente movimento de construção e de reconstrução da identidade nacional, podendo ser dividido em períodos, sendo por elas identificados como “blocos históricos”. Para Veloso e Madeira cada bloco histórico possui características próprias para sua elaboração, sendo privilegiados elementos em conformidade com a conjuntura do momento. No entanto, nos esforços para construção da identidade brasileira não foram problematizadas, ou mesmo potencializadas, as diferenças políticas, sociais e culturais existentes nas relações e nas vivências entre sujeitos brancos, negros e índios; ricos e pobres, ocorrendo, portanto, o silêncio de importantes sujeitos integrantes do Brasil e de seus respectivos códigos culturais, ao se impor um modelo pautado nos parâmetros francês e norte-americano, tendo como fio condutor a civilidade e o progresso econômico, assunto analisado no primeiro capítulo.

Déloye<sup>275</sup> aponta para o sentido de identidade nacional em dinâmica que reflita sobre a construção de embates cotidianos e não apenas por meio da vontade/imposição do Estado ou das elites. Para o autor, o conceito identidade nacional se faz complexo por sua própria polissemia, pois significa tanto *fronteira* e

<sup>273</sup> VELOSO e MADEIRA. Op. Cit.

<sup>274</sup> Idem, p.49.

<sup>275</sup> DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.

*clausura*, que marcam as diferenças entre um país e outro, como *unidade gerida pelo Estado*.

As proposições do autor permitem compreender a identidade, não como unidade de linguagem e raça, mas como sentimento de identificação. Ao analisar a realidade da França, identifica que “A identidade francesa promovida não é resultado da inserção prévia do cidadão francês em uma etnia da qual ele herdaria a identidade, mas procede de um processo voluntário de identificação e orientação de sua ação”<sup>276</sup>. Assim, possibilita a perspectiva de reflexão sobre a construção das identidades, a partir da diferença/alteridade de cada grupo social e não por aspectos exteriores ao seu foro íntimo.

Definir o conceito de identidade não é tarefa fácil, mesmo porque os vários campos de conhecimento (a psicanálise e as ciências humanas) o entendem a partir de perspectivas distintas. Nas análises formuladas por esta pesquisa, tratam, principalmente, dos conceitos forjados pelas ciências humanas. Seguindo a trilha dos autores mencionados, é possível se afirmar que, na atualidade, há uma incessante busca pela afirmação de identidades, potencializando-se as diferenças e não um todo homogêneo. Este anseio é perceptível, principalmente, a partir da década de 1980 e coloca para a sociedade uma série de outras questões. No entanto, no processo de busca e de afirmação da identidade nacional, ou seja, no processo de construção do Estado Nação brasileiro, a intenção era conquistar novos territórios e povos. A necessidade de utilização da mesma língua não estava entre as prioridades e os Estados se formavam a partir do espaço territorial, em detrimento do social ou do cultural.

Ao construir sua argumentação, Bomfim utilizou-se largamente de análises sobre a escravidão e suas conseqüências para a construção da(s) identidade(s) do ser negro<sup>277</sup>. Ao voltar-se ao passado de escravidão, nos escritos de Bomfim, percebe-se um duplo movimento. O de denuncia daquela realidade, “*a injustiça horrenda, secular*”<sup>278</sup>, e o de demonstrar, no caráter do negro, sua predisposição para a superação das relações parasitárias, a ação que os brancos ainda não conseguiram alcançar, pois se utilizavam largamente da exploração do outro para

---

<sup>276</sup> Idem, p.103.

<sup>277</sup> Ressalte-se que não era esse o exato objetivo da obra aqui analisada de Bomfim. No entanto, busca-se, essas possibilidades em seu escrito.

<sup>278</sup> Ressalte-se que não era esse o exato objetivo da obra aqui analisada de Bomfim. No entanto, busca-se essas possibilidades em seu escrito.

adquirir os meios de subsistência, possibilitando pensar em uma outra perspectiva para a construção das identidades do Brasil, pautada na solidariedade e na igualdade, tendo a educação como meio fomentador dessa identidade.

Bomfim foi criticado por analisar a sociedade, a partir de noções biológicas, no entanto, também identifica-se, análises nas quais o pensador não apenas transpunha conceitos biológicos, mas construiu as bases para uma perspectiva de entendimento da realidade social. Nessa linha de pensamento, afirma-se que o parasitismo denunciado por Bomfim possibilita a reflexão sobre outras nuances da história e identidade do ser negro:

Em certos casos, se o parasitismo feroz de um grupo sobre o outro não produz o aniquilamento deste último, trazendo como o resultado final o aniquilamento total da sociedade, é porque o grupo explorador conseguiu renovar a sua provisão de vítimas. Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho. A população negra não atinge hoje, no Brasil, a dois milhões; se não fosse esse extermínio, ela seria superior, talvez, à população branca.<sup>279</sup>

Bomfim busca a possibilidade de igualdade entre os diferentes povos. Para o pensador, antes de ser um instrumento de progresso, a escravidão leva ao aniquilamento do negro. Ainda em nota de rodapé Bomfim afirma:

Não tenho à mão todas as cifras sobre a importação dos negros no Brasil; tenho dados somente sobre o período de 1759 a 1803, e o de 1807 a 1847, quando já estava condenado o tráfico. Pois bem, só nesses 86 anos entraram no Brasil 2.444.000 negros escravos. Ora, a importação de escravos durou 300 anos, e nos primeiros anos da companhia do Grão-Pará a importação no Brasil chegou a 100 mil por ano!...<sup>280</sup>

Eis alguns dos fios que construíram a história do negro no Brasil no olhar de Bomfim: exploração/parasitismo, tráfico, morte e silêncio. O parasitismo prendeu-o, por longo tempo, a uma rede de exploração, ou seja, a escravidão. O pensador colocou em relevo as péssimas condições de vida (excesso de trabalho/castigo corporal), e a péssima alimentação, que levou à morte muitos africanos. Essa história foi/é silenciada pelo viés oficial, pois depara-se na fala de Bomfim, com a falta do registro sobre a entrada/morte dos trabalhadores negros, mais uma vez

<sup>279</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.125.

<sup>280</sup> Idem, p.125.

reafirmando o silêncio sobre sua história entrelaçada com a do Brasil. As afirmações do pensador não foram adquiridas por dados concretos, pois seus dados eram relativos a menos de 100 anos de história, período mínimo, se for considerado o total do tempo de vigência da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, o fluxo de entrada e mesmo morte de sujeitos negro.

No olhar de Bomfim, a manutenção da ação parasita se fazia a partir da constante entrada de trabalhadores negros, pois o processo, por ser violento, se mantinha com a “renovação” dos trabalhadores. Bomfim utiliza-se do “contar” essa realidade para buscar outros caminhos para a história até então vivida, ou, nas palavras de pensador, outras tradições. História que se funda a partir da exploração sofrida pelo negro e na possibilidade de caminhar para o progresso social. Assim, se fundaria na perspectiva de entendimento do Brasil e da escrita da sua história a partir da mistura entre as raças, da necessidade da compreensão dos diferentes graus de “evolução” de cada sociedade, da contribuição das várias etnias para a formação do Brasil.

A partir de Bomfim, identifica-se que “contar” a história do negro significava denunciar violência e enfatizar outros traçados que não apenas o da depreciação. Bomfim busca o “ser negro” em suas várias dimensões:

E o negro?... A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda: *Raças completamente inferiores e gravemente diversas* – considera-as Oliveira Martins. “O pensamento de chamar essas raças a uma civilização para que a natureza as não dotara, foi uma das nobres quimeras...” Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco [...] Paremos aqui, e desmascaremos já este sofisma. Alega o sociólogo lusitano, e com eles todos os da escola da *inferioridade das raças negras e índias*: “É legítimo que o branco escravize e extermine o negro, porque é assim que as coisas se passam na natureza...” Não, não há tal. Há luta na natureza, é verdade entre os seres animados, que se disputam um lugar na vida; mas esta luta, mesmo quando é cruenta e direta, o que é raríssimo entre os indivíduos de mesma espécie – mesmo quando é direta, nunca se faz no sentido de um grupo obrigar o outro a trabalhar para si. [...] Querem dar aos conflitos humanos e sociais a mesma significação que os conflitos animais, querem chegar às mesmas conseqüências, querem apelar para as lutas bestiais dos seres inferiores para legitimar as devastações cruentas? Então coloquem-se os homens nas mesmas condições de igualdade em que lutam as feras e as besta. [...] <sup>281</sup>

<sup>281</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.281.

Tem-se o “olhar” para o negro, que não culminou no negativo sobre sua estrutura física. Sua posição foi além do que era determinada pela cor da pele. Ao dialogar com Oliveira Martins crítica este lugar do negro. No que era dado como natural, por muitos, para Bomfim existia o estranhamento. Este não permitiu a Bomfim compactuar com a justificativa da dominação de um homem sobre o outro. Sua argumentação era apaixonada e comparava o reino animal ao humano. Havia, na natureza, rivalidade entre os pertencentes a uma mesma espécie, mas não a escravidão, ou seja, o ato de obrigar o outro a trabalhar para si. Nesta perspectiva, ressaltou as diferenças entre o animal e o humano, mostrando, que as duas realidades não eram comparáveis. O homem ao tentar se igualar aos seres “*inferiores*”, tornava-se também uma besta, ou seja, perdia suas qualidades de humano.

Bomfim utiliza-se do termo “crueldade” para analisar a relações estabelecidas entre os seres, na dominação. Assim, crueldade se referia a dois aspectos: a briga intensa, travada no mundo animal, que os fazia inferiores ao homem e a dominação de um homem sobre o outro. Mas esta, em seu ponto de vista, não era justificável. Assim, partiu de outros parâmetros que não os usuais para a análise da dominação entre os homens e rompeu com o até então naturalmente aceito. Assim coloca Bomfim:

[...] Os indígenas americanos, os pretos africanos, os negroídes e malaios da Oceania, foram declarados inferiores” em massa. Para estes o julgamento é definitivo; a sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos decretou que eles são “inferiores”, pois que se acham todos em estado social inferior aos dos outros povos”.<sup>282</sup>

Ao discordar dos discursos raciais em voga, analisou o negro, não pelo viés da inferioridade, mas a partir de sua capacidade de transformação e de rompimento com o parasitismo dos portugueses. Nesta perspectiva, continuou com seu discurso “*emocionado*” sobre o negro e o debate fomentado em seu tempo:

Os teóricos da exploração, se tentassem responder, cairiam nas contradições que enriquecem as dissertações de Oliveira Martins; p. ex. : considera o negro como *abjetamente inferior, na inferioridade incontentável dos dotes de sua raça*, e tão incapaz de progresso

---

<sup>282</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p. 245.

social que deve ser *fatalmente eliminado sob o império dos seres superiores* [...] <sup>283</sup>

Identifica-se pontos importantes, que apontam outro olhar para o negro na história brasileira. O discurso racial, ao ser problematizado por Bomfim revelou idéias fortes e violentas, pois pregava a suposta incapacidade do negro, sua falta de vocação para o progresso. Este olhar, para além de negar a subjetividade do negro, o colocava em um patamar de inferioridade *“inata”* sendo implícita a necessidade de seu *“extermínio”*. *“Abjetamente inferior, na inferioridade incontentável dos dotes de sua raça”*, assim, entende-se que o negro pertencia, a partir desse olhar, à camada inferior da sociedade, terminando por negar sua atuação enquanto sujeito no processo de formação da identidade brasileira e de sua história.

Para contrapor-se a estes fortes argumentos, Bomfim enfatizou a capacidade do negro para o progresso social, pouco valorizada por outros intelectuais, que também se debruçavam sobre a história do Brasil. Neste sentido, recuperou o negro, que, com sua capacidade/tenacidade para o trabalho conseguiu, em alguns momentos, vencer o parasitismo que minava o progresso social, como o exemplo que cita a experiência dos palmarinos:

[...] depois descreve a organização de uma sociedade desses seres inferiores, e, da história, como ele a conta, verifica-se que os pretos são gente admiravelmente bem dotadas sob o ponto de vista do progresso social. É maravilhosa, perfeita, quase ideal, a evolução dessa sociedade. O próprio historiógrafo sente-se entusiasmado pela perfeição daquela evolução [...] Há, naqueles palmarinos, uma energia de organização, uma aptidão social que os leva, quando prósperos, “a abandonar a pilhagem, fazendo-se agricultores”; produtores – o que outros povo, “superiores”, não conseguiram... *Assim formam as nações*, diz o detrator dos negros e índios; e é por isso que, em sessenta e cinco anos, Palmares *já merecia esse nome*, contava 20 mil habitantes, e pôde opor aos carrascos parasitas 8 mil heróis. <sup>284</sup>

O diálogo de Bomfim com Oliveira Martins indico-nos outra visão sobre o negro, em um tempo em que suas imagens são construídas em um sentido depreciativo e violento. A afirmação que os *“pretos são admiravelmente bem dotadas sob o ponto de vista do progresso social”* pode ser considerada como um avanço no olhar sobre o negro e sua história. Para Bomfim, romper com o parasitismo significava trilhar o caminho do progresso social e este foi alcançado

<sup>283</sup> Grifos do autor. Idem, p.258.

<sup>284</sup> Manoel Bomfim, America latina, p.258. Grifos do autor.

pelos negros, em momentos específicos da história. Ao analisar os mestiços constrói inovador olhar:

Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages afirmam “que os mestiços são pelo menos iguais em inteligência aos seus progenitores da raça superior”. Este último – Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços têm podido desenvolver as suas aptidões e tem mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas Raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornaram notáveis em medicina...”<sup>285</sup>

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços – admiravelmente dotados. São exceções; dizem. Sim, mas por toda parte – grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs?...<sup>286</sup>

Bomfim, ao argumentar que os povos não nasceram predestinados ao primitivismo, consegue enxergar o outro, no caso específico o negro, a partir da diferença, mas buscando relações de igualdade. Este dado o colocou em posição estratégica, para se pensar a dura realidade que se colocava para o negro. Compreender as diferenças que faziam parte do ser negro no Brasil significava não deixar no silêncio os longos anos de escravidão e as atrocidades cometidas. Essas experiências ajudaram no “fazer-se” do negro na realidade brasileira, construindo sua identidade a partir da diferença, o que não o fez menor que o branco.

Em Bomfim, o limite entre o romper a imagem corrente sobre o negro e o pactuar, em alguns momentos, é tênue. Observem-se estas outras imagens:

De par com estas qualidades, citam-se os clássicos efeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que colocaram. Pensem na mísera desgraçados, que, ainda jovens ainda, ignorantes, de inteligência embrionária, são arrancados ao seu meio natural e transportados a granel, nos portões infectos, transportados entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável!...<sup>287</sup>

<sup>285</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.264.

<sup>286</sup> Idem, p.265.

<sup>287</sup> Idem, p.125.

Se em alguns momentos é inegável o avanço do pensamento em Bomfim, pois fala das qualidades do negro e não os analisa a partir da depreciação de seu físico; por outro, fala de algumas de suas características psicológicas. Assim, submissão, frouxidão, docilidade entram em cena para caracterizar o negro. Tais atributos, aliás, são contrários a tentativa de Bomfim de demonstrar a possibilidade de igualdade entre os demais, com a educação formal. No movimento de construir outra imagem do negro que não a da inferioridade o pensador traz à tona a história dos palmarinos. Para Bomfim o próprio Oliveira Martins, ao analisar a organização/desenvolvimento dos palmarinos, aponta elementos para a compreensão da imagem do negro a partir de outra dinâmica, que não apenas a da depreciação. Para os negros, havia uma outra lógica do progresso, que não o do puramente econômico. No entanto, muitas vezes, não atenta para as relações de conflito presentes entre os diferentes setores sociais. Nessa linha de pensamento, Bomfim tem visão “otimista” sobre a questão racial, pois para ele o país possuía condições de comportar as várias etnias, e não deveria invocar o preconceito de raça.

Só há um meio de impedir esta agressão: é o levantar-se diante dessas nações, levantar-se vigoroso, armado, decidido e apercebido de tudo, rivalizando com elas, não só em força, mas principalmente, em competência – tal como fizeram os Estados Unidos, tal como fez o Japão. A estas sim, a Europa lhes reconhece as soberanias e as respeita, que são nações feitas, completas – não são países *essencialmente agrícolas*, sinônimo de colonial.<sup>288</sup>

O progresso da nação se faria a partir do progresso econômico e social:

Não se trata de simples questão de patriotismo; não, os que pedem a abolição de fronteiras e o esquecimento de preconceitos e privilégios patrióticos, pedem finalmente, o afastamento de tudo o que possa impedir a generalização de uma justiça perfeita e de uma igualdade natural entre os homens [...] Pede-se solidariedade e fraternidade, e não conquista e violência; e não há de ser pelas vitórias guerreiras de um povo sobre outro, *impondo-lhes* costumes e leis, violentando-lhes todos os sentimentos e tradições, que a humanidade se congregará. Daí só podem nascer conflitos, com os que se retardará essa obra de unificação [...] ela se fará pela conquista das idéias, pela cultura e pela harmonia das vontades.<sup>289</sup>

---

<sup>288</sup> Idem, p.289.

<sup>289</sup> Grifos do autor. Idem, p.294-295.

O presente e o passado da história do Brasil, no olhar de Bomfim eram trágicos, carregado da exploração de uma classe sobre a outra e do cerceamento do progresso social; no entanto, o futuro era grávido de possibilidades de superação da realidade nacional. Identifica-se, também, que Bomfim caminhou entre os tênues limites das imagens construídas sobre o ser negro em seu tempo. A partir do momento em que não entendia a exploração como natural, nas relações sociais, teceu outros caminhos para a construção da imagem do “ser negro”. Aliado a essas questões, tem-se em Bomfim, a busca de instrumentos para a transformação social com vista à inclusão dos vários sujeitos, o que traz à tona a necessidade de romper com o passado agrário que o país encontrava-se condenado.

A alternativa encontrada por Bomfim foi a popularização da educação<sup>290</sup>. A saída da educação, como alternativa para a transformação do Brasil, foi uma questão discutida por alguns autores. Assim, coloca Aguiar, *“Antonio Candido (1973) considerou, com alguma razão, a proposta de Bomfim “um decepcionante estrangulamento de argumentação”, pois, em vista do “radicalismo das posições” do mérito sergipano, tudo “levava a uma teoria da transformação das estruturas sociais como condição necessária” à superação do atraso latino-americano. Segundo o autor de “Os parceiros do Rio Bonito”, Bomfim deixou-se influenciar pela ilusão ilustrada, ou seja, pela idéia de que a “instrução traz automaticamente todos os benefícios que permitem a humanização do homem e o progresso da sociedade”.*

Esse “equivoco” só seria sanado, de acordo com Aguiar, em sua obra *“O Brasil Nação”*: *“A verdade é de que ele só se daria conta disso em O Brasil nação ao confessar, com indisfarçável amargura: “Aprendi, nos últimos vinte anos, como os nossos dirigentes são incapazes de compreender e realizar a democracia, como temem a liberdade”.* Defendeu, então, uma revolução nacional-popular contra as classes dominantes, o Estado autocrático e a dominação externa. Para além das análises realizadas, entende-se que para o momento suas análises geravam muito incômodo, pois significava proporcionar oportunidades iguais para as diferentes classes sociais. A sociedade capitalista entende, como instrumento da mobilidade, o acesso à educação. Esta, em certa medida, qualifica o trabalhador para melhores postos de trabalho e assim, permitiu, supostamente, a luta, entre todos os

---

<sup>290</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. Manoel Bomfim: um intérprete dissonante dos males da América Latina. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.224-225.

pertencentes de uma sociedade, pelos diferentes postos de trabalho, em um clima de meritocracia e não por nascimento ou cor da pele, ou seja, de “igualdade”:

Aceitemos a vida integralmente; busquemo-la em todas as suas fontes de energia, que resumem não só as exigências materiais, como as necessidades intelectuais, afetivas, estéticas; restituamos estes grandes estímulos na proeminência do progresso. A necessidade de beleza – como o desinteresse na dedicação e a curiosidade do saber – é bem mais geral do que se pensa; mas não se pode exigir do miserável ignorante que sinta a harmonia das linhas do Partenon ou se extasie ao ouvir uma fuga de Bach; há belezas que só um preparo preliminar torna sensíveis. Não há nenhuma razão, porém, para que o gozo estético se faça o privilégio de um pequeno número [...] Como o pão material, é preciso ao indivíduo, para que a sua harmonia moral seja completa, o alimento de verdade e beleza.<sup>291</sup>

Bomfim defende a educação para os brasileiros sem distinção de classe social ou etnia. Para o pensador todos os cidadãos deveriam possuir acesso à cultura e à beleza proporcionada pela arte. A possibilidade de conhecimento não deveria ficar circunscrita a uma única classe social. O homem não deveria buscar apenas o “*pão material*”, mas um conhecimento que preencheria sua vida de beleza, completando sua existência. Temos ainda em Bomfim, a crítica sobre a educação, pois ela, em seu tempo – e mesmo nos dias atuais – era um privilégio de classe. Privilégio que determinava o “*lugar*” do sujeito na sociedade.

Como se viu em outro momento, a cor da pele justificava o lugar do sujeito, no processo de consolidação da moderna sociedade brasileira. Com o acesso à educação, tem-se outro elemento determinante dos “*lugares sociais*”. Naquele momento, ao negro, raramente era permitido o direito de conquistar a educação formal e, quando o fazia, ainda não conseguia competir na mesma posição de igualdade com o branco, mesmo o capitalismo pregando essa “*ilusão*”.

Bomfim, ao ver a educação como instrumento de transformação social, busca equilíbrio de forças, ou seja, busca dar força a quem ainda não a possuía, igualar relações até então desiguais. No entanto, esse seu olhar carrega em si contradições, pois, como foi dito, delegava essa função às elites e mais especificamente ao Estado, que buscavam a manutenção dos privilégios e não as condições de igualdade para todos. Assim, ao mesmo tempo em que pensava a

---

<sup>291</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.350.

transformação a partir da educação, fragmentava esta possibilidade, ao excluir as classes populares do papel de agentes potenciais no processo de transformação.

No entanto, deixando as contradições de lado<sup>292</sup>, observe-se o lugar do negro, nos escritos de Bomfim, que revelam outra identidade para o “*ser negro*” no Brasil.

Quem viajou o interior das terras brasileiras, p. ex., notou por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações – arraiais, povoados, restos de aldeamentos, onde se acumulam os casebres de sapê, onde vivem como formigas – formigas que não trabalham – os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados ... como quem não *tem*, nem pensa em *ter*... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça: até o trabalho é comum. Quando um planejou uma roça, convida os outros a um *ajuntamento*; vêm até os de uma légua de distância; marcham todos contra o mato e põem-no embaixo num dia, que é um dia de festa; ao cair da tarde, esbofados, roucos de cantar, vão continuar a festa no batuque, depois do repasto comum. Amanhã, será na roça do outro, depois na de outro...<sup>293</sup>

Aqui, Bomfim possibilita olhar para a dinâmica própria que o negro/mestiço estabeleceu, no Brasil, longe do chicote. Imperavam a solidariedade e a liberdade. Não havia a incessante necessidade de “*ter*”, assim, estabeleceram relações distantes das necessidades impostas pelo progresso econômico. O trabalho deixa de ser árduo, uma tarefa “*individual*”, para ser realizada em comunhão e para o bem de todos pertencentes a uma comunidade, envolvendo festas, a vivência em comum, e “*bem estar comum*”. Interessante ressaltar, que Bomfim ao analisar as novas formas “*de ser*” do negro, demonstra que estas fogem ao domínio da hierarquia criada nas grandes cidades, mas que beira o “*primitivismo*”:

Aí, nestas populações verdadeiramente primitivas, é também comum o boi, a galinha e o cachorro, que este ou aquele possui. Quando um falta uma cuia de farinha, acode o outro; este, que não tem um jereré, pesca – serve-se do jereré do vizinho; um cavalo que um possua montam-nos todos... Os homens civilizados pensam que é melhor: cada um trabalhe para comprar um cavalo, e incriminam-nos

<sup>292</sup> Que acredita-se, explicada pelo próprio Bomfim, ao final de América Latina: Males de origem: “*Utopia... Utopia ... repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer forma imanente à própria; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. “Sem os utopistas de outrora o homem ainda viveriam, ainda hoje, nas cavernas miseráveis e nus [...] a utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor”*”. Ao citar Anatole France Bomfim acredita num outro futuro, futuro que primeiro se faz na imaginação do homem do tempo presente. Se o passado e o presente não era de progresso, o futuro o seria. BOMFIM, Manoel. *América Latina*, p.351.

<sup>293</sup> Idem, p.266-267.

justamente por esta falta de ganância – qualquer coisa de sórdida avidez de outros povos ... Fique a acusação por conta de quem a faz; mas convenham que, apesar de tudo, essa tendência à sociabilidade, esse altruísmo, é uma boa qualidade, um elemento favorável ao progresso moral. Dêem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas.<sup>294</sup>

Bomfim defendeu a “*comunhão*”, como o meio de transpor as dificuldades cotidianas, com ações que iam contra as idéias/preceitos da “*civilização*”. Enfim, criticava a ganância, que levava à exploração de um povo sobre o outro, pois “*corrompia*” as sociedades, levando-as ao individualismo. Para um outro entendimento sobre o negro e sua identidade Bomfim “*fia*” idéias que foram contra as pré-estabelecidas e rumam para o progresso da sociedade como instrumento de valorizar/potencializar o sujeito em relação constante com a sociedade:

O progresso há de ser da própria sociedade, no seu todo; e isto só se obtém pela educação e pela cultura de cada elemento social. Não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos; não há progresso para quem seja incapaz de compreendê-lo e desejá-lo, prevê-lo e buscá-lo. O progresso é um triunfo – a vitória crescente sobre a natureza; e na batalha que a ele conduz, a primeira condição é estar desembaraçado da ignorância, dos preconceitos e dos desalentos que nela se geram, *conhecer* os inimigos a vencer, *conhecer* os obstáculos a suprimir ou transpor, *conhecer* os recursos que podem servir, *conhecer* o alcance de cada tentativa, *conhecer, conhecer ... conhecer mais e mais.*<sup>295</sup>

A partir da educação, dar-se-ia, na visão de Bomfim, o verdadeiro progresso da sociedade. O argumento foi construído a partir de palavras fortes, como “*vencer o inimigo*”, “*vitória crescente*”, “*triunfo*”, “*conhecer*”, que incita a compreender a força que o pensador colocava no futuro da nação. Assim, Bomfim criou outro caminho para se pensar as identidades do Brasil, que se faria a partir da educação. Entremeadas a ela, estavam a solidariedade e a igualdade. Era assim, uma visão democrática de identidade, no qual havia lugar para os mais variados sujeitos sociais.

As palavras fortes, acima caracterizadas, indicam a vontade de Bomfim de construção de uma nação forte e solidária. Tais possibilidades se fizeram

---

<sup>294</sup> Idem, p.267.

<sup>295</sup> Idem, p.267.

presentes no arguto olhar do pensador, a partir da análise de sua realidade. Os escritos de Bomfim, em seu momento, despertaram pouco entusiasmo. A discussão sobre a educação não se colocou em debate de fato como instrumento de transformação da realidade brasileira. No entanto, seus escritos, se configuraram como uma genial interpretação do Brasil. O “remédio” indicado para os males da população brasileira seria a educação, como possibilidade real de transformação da realidade.

### **– À GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO –**

No decorrer deste trabalho, muitos foram os caminhos percorridos. E tal como na vida do pensador, o traçado inicialmente imaginado não se concretizou, mas outros foram se fazendo. Iniciou-se o estudo acreditando ser Manoel Bomfim homem esquecido no pensamento social brasileiro, e por isso “inédito”. No entanto verificou-se uma quantidade considerável de trabalhos sobre este pensador e chegou-se à tese de que a imagem “pensador esquecido” não corresponde mais à sua pessoa e aos seus escritos. Pelo contrário, é possível firmar sua imagem como a de singular e genial intérprete da história do Brasil.

Este trabalho caminhou em duas direções. Por uma, analisaram-se a trajetória da vida e a imagem de Bomfim, construída por outros pesquisadores, tais como Ivone Bertonha, Dante Moreira Leite, Rebeca Carrijo, Ronaldo Conde Aguiar, entre vários outros. A intenção foi muito mais trazer estas posições do que construir novas análises sobre as anteriores, pois o objetivo foi a mudança “do olhar” sobre Bomfim e como sua obra foi interpretada, a partir das mais diferentes visões, tratando-se dos mais diversos temas presentes em sua obra. Todos esses trabalhos são datados de determinado momento e cada análise se sustenta a partir do meio em que foi elaborado.

Por outra direção, analisam-se os escritos de Bomfim tendo em vista construir outros traçados para o Brasil e o ser brasileiro. Os discursos na obra de Silvio Romero, Nina Rodrigues e os dos artigos *Jornal do Commercio* foram chamados para se compreender as imagens do ser negro. Nesse momento, o olhar

voltou-se para como essa imagem do negro foi construída na virada do século XIX para o XX, em um país que experimentava o fim do trabalho escravo e a instauração da República. As imagens eram marcadas pela inferioridade, o que era feio, e a necessidade de seu fim, a partir do branqueamento da sociedade. Na contra-mão destas ideias Bomfim elaborou um contra-discurso, demonstrando que havia lugar para os mais diferentes tipos, na sociedade brasileira.

A obra *“América latina: males de origem”* é uma obra carregada de tensão, pois ao mesmo tempo em que rompia com as idéias de inferioridade inata do negro, também dialogava com seu tempo, o que a tornava ambígua em alguns momentos da argumentação, mostrando a transição entre o antigo e o moderno no pensamento brasileiro. A ambiguidade algumas vezes presentes em seus escritos não invalidou Bomfim como portador de um importante e estratégico contra-discurso de seu tempo.

Bomfim analisou a validade da teoria da superioridade, a partir da análise da condição do índio e do negro, no contexto da corrida entre as potências mundiais e seu progresso/retrocesso. Ao expor suas posições, construiu um olhar singular sobre como a teoria da superioridade das raças estava ligada à questão da dominação e não, necessariamente, à questão da potencialidade/capacidade para o progresso e para a transformação de cada nação/etnia.

Outro elemento importante para a compreensão da argumentação de Bomfim e os caminhos para a construção da identidade foi a discussão sobre o progresso econômico e o progresso social. O pensador refletiu sobre essas duas formas de entendimento do progresso. A primeira se pautava em questões econômicas e no desenvolvimento industrial. A segunda se referia ao progresso para o todo da sociedade, em que a solidariedade e a igualdade se faziam presentes.

O tema da identidade e da escrita da história do Brasil foi caro a Manoel Bomfim. A partir das singularidades de sua obra, construíram-se outros caminhos para a escrita da história do Brasil. Encontra-se no “silêncio” sobre a trajetória do negro na história brasileira, outra perspectiva de “olhar” sobre as identidades e a escrita de sua história. Bomfim instigou à reflexão sobre a(s) identidade(s) pautada nos sentimentos morais, sendo a relação entre as raças estabelecida na igualdade e não na intolerância ou na repulsa racial. Assim, compreender o outro na diferença foi um dos fios que se encontram em seus escritos. Para além desses elementos, a obra do autor configurou-se como uma possibilidade de transformação do país

pautado na solidariedade, no respeito ao outro e no acesso à educação para todos os brasileiros.

A argumentação de Bomfim foi elaborada a partir do estudo da história do Brasil, no contexto latino-americano, e tentou traçar marcos representativos para a escrita da história do país, que não os baseados na narração de fatos oficiais, heróis e datas. Bomfim destoou do pensamento intelectual de seu momento ao defender as relações sociais estabelecidas entre brancos, negros e índios, no Brasil, como desiguais, sendo, para o pensador, impossível se analisarem igualmente, povos com diferentes condições de cultura e de educação. Assim, rompeu com a discussão da superioridade de um povo sobre o outro, qual seja, o europeu/branco e trilhou outros caminhos para a formação da nacionalidade.

O esquecimento das diferenças sociais, políticas e econômicas entre os grupos étnicos, no período de consolidação da moderna sociedade brasileira proporcionou a exclusão ainda mais brutal da população negra, relegando-a à marginalidade. Com a construção de imaginário social, no qual reinava a igualdade e a democracia racial, o problema racial no Brasil não foi encarado/superado. Houve, assim, o impedimento da efetiva inserção social, política e econômica dos negros na sociedade brasileira. Esse problema é ainda candente, ao mesmo tempo em que é perceptível a ebulição da organização do movimento negro organizado para o rompimento das barreiras sociais e econômicas ainda existentes para a real inserção do negro na sociedade.

Bomfim identificou a necessidade de transformação, pela via da educação e das relações sociais pautadas na solidariedade, na liberdade, na igualdade e no progresso social, o que minaria a manutenção das relações desiguais, proporcionando a todos um lugar na sociedade brasileira. A partir dos escritos de Bomfim, identifica-se olhares sobre o negro, que fugiam ao estereótipo da incapacidade inata, e por isso iam contra as idéias vigentes na virada do século XIX para o XX, de civilização e progresso econômico, concatenadas com os ideais das elites econômicas e políticas. Ideias imaginadas, que não encontraram seus caminhos para a transformação real do país, mas que, nem por isso, deixaram de cunhar importante lugar no pensamento social brasileiro e levar a compreensão da história do Brasil, essas impregnadas de amor à pátria, da liberdade e da necessidade da solidariedade e igualdade entre os homens.

## FONTES

### **Jornal do Comércio**

Janeiro a dezembro de 1888

Janeiro a dezembro de 1889

Janeiro/ fevereiro de 1900

Janeiro/fevereiro / maio/ junho/novembro/dezembro 1901

Janeiro/fevereiro/ março/ abril/ maio/ junho/ julho/ agosto/ setembro/ outubro/  
novembro/ dezembro - 1902

Janeiro/ março / abril/ maio/junho/ setembro/outubro - 1903

Janeiro/fevereiro/agosto/dezembro de 1904

Revista do Brasil - de 1905 a 1922

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história: deturpações das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. *A América Latina: Males de Origem*. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2<sup>a</sup>.ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pensar e dizer*. Estudo do Symbolo no pensamento e na linguagem. Casa Eletros. Rio de Janeiro, 1923.

\_\_\_\_\_.; BILAC, Olavo. *Através do Brasil* : prática da língua portuguesa. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4. ed: Briguiet, 1954.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topopbooks, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades Étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiame, 1979.
- AMARAL, Azevedo. *A aventura política no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.
- \_\_\_\_\_. Prefácio à 2<sup>a</sup> edição. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. 4<sup>a</sup> Edição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- ANDRADE, Yara Rodrigues. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2008.
- AZEVEDO, Célia. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARZÚ, Marta Casaús. *Guatemala: práticas sociais e discurso racista das elites*. In: TEUN A. van DIJK (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BACHELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2002.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A "Outra" América: A América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*. Doutorado, USP, São Paulo, 1998.

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. *Bomfim: Entre continente e nação*. 2003. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de Campinas, São Paulo.

BARTALOME, Donaldo; MACEDO, Lilia. O racismo na era da globalização. In: IMBERNÓN, F.(org.). *A educação "ao no século XIX: os desafios do mundo imediato*. Porto Alegre, 2000.

BECHELLI, Ricardo Siqueira. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzales Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. 2002. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim: Um ilustre desconhecido*. 1987. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch. Publicações Europa-América, 1997.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: A nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim: um percurso de cidadania no Brasil. In: *Um Enigma chamado Brasil*. 29 interpretes do Brasil. BOTELHO, Andre, SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, José Roberto do Amaral. Historiografia Brasileira Contemporânea. In: *Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, v.4( 8): 4-18, janeiro/abril, 1990.

CARONE, Edgar. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1978

\_\_\_\_\_. *A primeira República. (Texto e Contexto) (1889-1930)*. 2ª ed., São Paulo: Difel, 1969.

\_\_\_\_\_. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1974.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALLOUB, Sidiney e PEREIRA, Leonardo de Lima. *A História Contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9 edição, São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)Ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1968.

FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno Histórico do Movimento Negro Contemporâneo. In: SCHWARCZ, Lilia M. & REIS, Leticia V. de S. (Orgs.). *Negras Imagens*. Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil. São Paulo.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. (3 vols.) São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª edição. São Paulo: Global, 2007.

FONTANA, J. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

GALVÃO, Iraci Salles. *Trabalho, Progresso e sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão de obra*. São Paulo; Brasília: Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flávio. *Os negros e política*. (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2001.

\_\_\_\_\_. Pensador da História na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, p.129-154, julho de 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ª ed., Salvador: Associação Brasileira de antropologia, EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. SILVA, Tomas Tadeu; LOURO, Guaracira Lopes (trad.). 9ª. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.

HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: PAZ e Terra, 1990.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte:UFMG/IPEA, 2000.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. 2ªed., São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *As metamorfoses do escravo*. 2ªed. São Paulo; Hucitec/Curitiba: Scietia et Labor, 1988.

\_\_\_\_\_. A Sociologia e o mundo moderno. In: *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(1): 7-27, 1 sem., 1989.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. BOMFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 18: (35), p.395-400,1998.

LANDA, Fabio. Crimes simbólicos, crimes paradigmáticos. In: *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastro*. HARDMAN, Francisco Foot. (org.). São Paulo: UNESP, 1998.

LANDA, Eva. O preconceito como violência do pensamento: espaço narcísico e imagem do outro. In: *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastro*. HARDMAN, Francisco Foot. (org.). São Paulo: UNESP, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINS, IVAN. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1967.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 2ª. edição, São Paulo: Editora SENAC, 2002.

NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Ração nação. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo. (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. Ed: Salvador: Associação Brasileira de antropologia, EDUFBA, 2008.

Le GOFF, J. e NORA, P. (org.) *A História: Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LEITE, Dante Moreira. *Caráter Nacional Brasileiro História de Uma Ideologia*. 4 ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

LOPES, J. S. L. (org.) *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O outro como semelhante: alteridade ubuntu e reconciliação sul-africana. IN: *Figurações do outro*. NAXARA; Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL Marion (Org.), Uberlândia: EDUFU, 2009.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARONI, A. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira*. Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

NAXARA, Márcia Regina C.. 'Encantos' e 'Conquistas' do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Horácio Gutiérres, Márcia Regina C. Naxara e Maria Aparecida de S. Lopes (orgs.). Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: República: da Bella Époque à Era do Rádio*. SEVCENKO, Nicolau (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Thétis Maria. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.186. OLIVA, Terezinha Alves de. O pensamento geográfico em Manoel Bomfim. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010, p.108-109. PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Eni P.. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª. Ed., Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: Literatura e Folia no Rio de Janeiro do Século XIX*. 2ª edição revisada. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Jose Maria de Oliveira. *Da educação a revolução radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. 1990. Mestrado São Paulo, USP.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: TEUN A. Van DIJ (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio Santos (orgs.). *A liberdade por um fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_.; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. A resistência Negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um *povo novo*: o povo brasileiro. Rev. hist. n.138 São Paulo jul. 1998.

\_\_\_\_\_. Esperança e frustração: a república brasileira soberana e democrática em Manoel Bomfim. In: *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. CRUZ, José Vieira da; JÚNIOR, Antonio Bittencourt (org.). Aracajú: Editora Diário Oficial, 2010.

\_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil: De Varhagen A FHC*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos da História Colonial: 1500 a-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943, (tomo I).

\_\_\_\_\_. *Provocações e debates*. Contribuições para o Estudo do Brazil Social. Porto/Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1908.

RUDĚ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

SAMPAIO, Cesar Luis. *“A Moralidade do Salteador” Manoel Bomfim contra o espectro do colonialismo*. Dissertação, PUC, São Paulo, 2004.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SANTOS, Alexsando do Nascimento. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. Dissertação, PUC, SP, 2010.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na 1ª República. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: TEUN A. Van DIJK (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Nelson Verneck. *História da literatura brasileira – seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

SCHAWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: *Raça e diversidade*. SCHAWARCZ, Lília Moritz; Queiroz, Renato da Silva (org.). São Paulo: EDUSP.

\_\_\_\_\_.; REIS, Letícia Vidor de Sousa (orgs.). *Negras Imagens: Ensaio sobre cultura e escravidão*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

SCHENEIDER, Alberto Luiz. *Uma teoria do Brasil: Silvio Romero, uma Consciência Dilacerada*. Dissertação. PUC: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Silvio Romero: hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *Retratos em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos de São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_.; REIS, Letícia Vidor de Sousa Reis (Org). *Negras Imagens: escravidão e cultura*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

SILVEIRA, Cristiane. *O Alvorecer da República sobre o olhar interpretativo de Lima Barreto*. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

SKIDMORE, Tomas. *Uma história do Brasil*. FIKER, Raul (trad.) São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SUSSENKIND, Flora, VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bomfim*. Coleção contemporânea coordenada por MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem de tradução*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

TEUN A. van DIJK (orgs.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

THOMPSON, E. *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.,

THOMPSON. E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

UEMURI, Celso Noboru. *Explorando em campo minado: A sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. Doutorado, PUC, São Paulo, 2006.

VENTURA, Roberto. *Manoel Bomfim estado e elites como parasitas do povo-nação*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manoel Bomfim, um rebelde atual*. São Paulo 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: República: da Bella Époque à Era do Rádio*, vol. III. SEVCENKO, Nicolau (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELOSO Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

## SITES CONSULTADOS

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, março de 2003, n.118. Disponível em <[http://www.scileo.br/script=sci\\_arttex&pid=S0100157420030001000010&Ing=es&nr m=isso&tnIng=pt](http://www.scileo.br/script=sci_arttex&pid=S0100157420030001000010&Ing=es&nr m=isso&tnIng=pt)>. Acesso em: 27 de setembro de 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Manoel Querino e a formação do pensamento negro no Brasil, entre 1890 e 1920*. Acesso em: 03/06/2011 <http://svn.br.inter.net/5star/blogs/mqpensamentonegro.pdf>.

BOMFIM Apud DIAS, Maria de Fátima Sabino. In: A história da América na cultura escolar no Brasil: identidade e utopia Disponível em: [http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4SKPB\\_pt-BRUS344US344&q=Compendio+de+Hist%c3%b3ria+da+Am%c3%a9rica+1899](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4SKPB_pt-BRUS344US344&q=Compendio+de+Hist%c3%b3ria+da+Am%c3%a9rica+1899) Acesso em: 29/06/2011

[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091998000100005&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091998000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 04/07/2011.

A cidade de São Paulo, em 2010 contava com 11.244.369 habitantes. Disponível em: em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, Acesso em: 11/04/2011.